

**SUMÁRIO**

Pelas 10 horas e 16 minutos, ao abrigo do n.º 1 do [artigo 173.º](#) da Constituição, reuniu a Assembleia da República.

O Deputado [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), após breves palavras de saudação à Câmara, propôs, em nome do partido maioritário, que fosse convidado para presidir aos trabalhos o Deputado do PCP [António Filipe](#), com o que a Câmara concordou.

De seguida, por indicação, respetivamente, dos Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), tomaram lugar na Mesa, como Secretários, os Deputados [José Cesário](#) (PSD) e [Palmira Maciel](#) (PS).

O Presidente saudou todos os Deputados eleitos e deu conta do Projeto de Resolução n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L e CDS-PP) — Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, que foi aprovado por unanimidade, após o que declarou interrompida a sessão.

Após a reabertura da sessão, o Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD) procedeu à leitura do relatório daquela Comissão, tendo o respetivo parecer sido aprovado.

Seguiu-se a eleição do Presidente da Assembleia da República para a XVI Legislatura. O candidato proposto pelo PSD, o Deputado [José Pedro Aguiar-Branco](#), não obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções, tendo, nessa sequência, intervindo os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Nos termos do disposto no n.º 6 do [artigo 13.º](#) do Regimento da Assembleia da República, foi reaberto o processo de eleição, tendo sido propostos como candidatos, pelo PSD, novamente o Deputado [José Pedro Aguiar-Branco](#); pelo PS, o Deputado [Francisco de Assis](#); e, pelo Chega, a Deputada [Manuela Tender](#). Não tendo nenhum dos candidatos obtido a maioria absoluta dos votos, procedeu-se à segunda volta desta votação, desta vez entre os dois candidatos mais votados, os Deputados [Francisco de Assis](#) e [José Pedro Aguiar-Branco](#).

Não tendo nenhum destes candidatos obtido a maioria absoluta dos votos, o Presidente declarou reaberto o processo de eleição do Presidente da Assembleia da República e convocou para o dia seguinte uma reunião plenária para o efeito.

O Presidente encerrou a sessão em 23 horas e 10 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia da República para a XVI Legislatura, tendo sido propostos como candidatos, pelo PSD, o Deputado [José Pedro Aguiar-Branco](#) e, pelo CH, o Deputado [Rui Paulo Sousa](#). O candidato proposto pelo PSD, o Deputado [José Pedro Aguiar-Branco](#), obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções.

Posteriormente, o Presidente dirigiu-se à Câmara, agradecendo a sua eleição e desejando a todos as maiores felicidades, tendo anunciado a realização da eleição, na Sala D. Maria, dos

Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República. Em seguida, usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Nuno Melo](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Eurico Brillhante Dias](#) (PS) e [Hugo Soares](#) (PSD), após o que a sessão foi interrompida.

Reaberta a sessão, foram anunciados os resultados das eleições.

Foram eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os Deputados [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L) — como efetivos — e os Deputados [Gonçalo Valente](#) (PSD), [Pedro Vaz](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP) e [Paulo Muacho](#) (L) — como suplentes.

Foram ainda eleitos, para Vice-Presidentes, os Deputados [Teresa Morais](#) (PSD), [Marcos Perestrello](#) (PS), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL); para Secretários, os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) e [Germana Rocha](#) (PSD), [Joana Lima](#) (PS) e [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH); e, para Vice-Secretários, os Deputados [Sandra Pereira](#) (PSD), [Susana Correia](#) e [Palmira Maciel](#) (PS) e [Filipe Melo](#) (CH).

Depois de felicitar todos os candidatos e todos os Deputados eleitos, o Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 15 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 3 (2024.04.12)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Moções de Rejeição n.ºs 1 e 2/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativo à assunção de mandatos e à substituição de Deputados do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP.

O Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)) procedeu à apresentação do Programa do XXIV Governo Constitucional, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN), após o que foram interrompidos os trabalhos.

Reaberta a sessão, após se dar conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 21/XVI/1.<sup>a</sup>, retomou-se a apresentação do Programa do XXIV Governo Constitucional, tendo o Primeiro-Ministro respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Isaura Morais](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Maria Begonha](#) (PS), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Paulo Cafôfo](#) (PS), [Maria José Aguiar](#) (CH) e [Francisco César](#) (PS).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de [André Kuper](#), Presidente do Grupo Parlamentar da CDU Estadual na Renânia do Norte-Vestefália.

Iniciou-se o debate do Programa do XXIV Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças ([Joaquim Miranda Sarmiento](#)), do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial ([Manuel Castro Almeida](#)), do Ministro da Educação,

Ciência e Inovação (Fernando Alexandre) e da Ministra da Juventude e Modernização (Margarida Balseiro Lopes), os Deputados *Alexandra Leitão* (PS), *Andreia Neto* (PSD), *João Torres* (PS), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *André Pinotes Batista* (PS), *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *Marina Gonçalves* (PS), *Joana Mortágua* (BE), *Alexandre Poço* (PSD), *António Filipe* (PCP), *Jorge Pinto* (L), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Miguel Santos* (PSD), *Rui Tavares* (L), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Bernardo Blanco* (IL), *Eduardo Teixeira* (CH), *Miguel Cabrita* (PS), *Hugo Carneiro* (PSD), *Isabel Pires* (BE), *Joana Cordeiro* (IL), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Carla Barros* (PSD), *Luís Graça* (PS), *Pedro Pinto* e *Filipe Melo* (CH), *Paulo Moniz* e *Dulcineia Catarina Moura* (PSD), *Manuela Tender* (CH), *Carlos Pereira* (PS), *João Vale e Azevedo* (PSD), *Paula Santos* (PCP), *Isabel Mendes Lopes* (L), *José Moura Soeiro* (BE), *Marta Martins da Silva* (CH), *Paulo Muacho* (L), *Miguel Matos* (PS), *Rodrigo Alves Taxa* (CH), *Isabel Alves Moreira* (PS), *Pedro Alves* (PSD), *Diva Ribeiro* (CH), *Alfredo Maia* (PCP), *Patrícia Gilvaz* (IL), *Sónia Ramos* (PSD), *Pedro Pessanha* (CH), *Pedro Coelho* (PSD), *Rui Cristina* (CH), *Elza Pais* (PS), *Ana Gabriela Cabilhas* (PSD), *Jorge Galveias* (CH), *Rodrigo Saraiva* (IL), *Pedro Correia* (CH) e *António Rodrigues* (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 54 minutos.

---

#### **DAR — I SÉRIE — N.º 4 (2024.04.13)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXIV Governo Constitucional, tendo proferido intervenções, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (*Paulo Rangel*), os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Isabel Mendes Lopes* (L), *Paulo Raimundo* (PCP), *Fabian Figueiredo* (BE), *Mariana Leitão* (IL), *André Ventura* (CH), *Pedro Nuno Santos* (PS) e *Hugo Soares* (PSD), tendo no final sido rejeitadas as Moções de Rejeição n.ºs *1/XVI/1.ª* (PCP) e *2/XVI/1.ª* (BE) — Do Programa do XXIV Governo Constitucional. No final, proferiram declarações de voto as Deputadas *Paula Santos* (PCP) e *Mariana Mortágua* (BE).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias do Sr. Ministro-Presidente da Renânia do Norte-Vestfália, Sr. Hendrik Wüst, da Sr.ª Embaixadora da República Federal da Alemanha e do Chefe de Missão Adjunto.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º *1/XVI/1.ª* (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º *21/XVI/1.ª* (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 28 minutos.

---

#### **DAR — I SÉRIE — N.º 5 (2024.04.13)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu Especial, com a participação do Primeiro-Ministro, que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Regina Bastos](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Bruno Nunes](#), [Francisco Gomes](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 6 (2024.04.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 113/XV/2.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 1 a 53/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 2 a 11, 13 a 20 e 22 a 42/XVI/1.ª, e dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 1 a 4/XVI/1.ª.

Ao abrigo do artigo 72.º do [Regimento](#), procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «Alterações em sede de IRS». Depois de a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) e [António Mendonça Mendes](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) referiu-se à execução dos fundos europeus, em particular do PRR e do Portugal 2030, e à proposta de constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento desta matéria. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Marina Gonçalves](#) (PS) criticou o arranque do novo Governo, considerando-o pouco dialogante e dúbio nos seus anúncios. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Nuno Simões de Melo](#) (CH) frisou a falta de efetivos e de material nas Forças Armadas, referindo ainda os atuais desafios que enfrentam, no contexto geopolítico atual. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marcos Perestrello](#) (PS) e [Bruno Vitorino](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) defendeu a criação de um círculo nacional de compensação, à semelhança do existente na Região Autónoma dos Açores, de forma a reforçar a proporcionalidade do sistema eleitoral. A seguir, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).

Em declaração política, o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) criticou o projeto imobiliário de luxo pensado para a área verde da Quinta dos Ingleses, em Cascais, defendendo, no âmbito de políticas de combate às alterações climáticas, a necessidade de classificação desta zona

como área protegida. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Matos](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) propôs ao Governo que proceda, durante o ano corrente, à atualização do regime remuneratório aplicável aos militares dos três ramos das Forças Armadas e à atribuição de um complemento vitalício de pensão aos antigos combatentes. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Carlos Reis](#) (PSD) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L), a propósito dos casos de burnout registados nos trabalhadores da Administração Pública em Portugal, apresentou medidas para inverter essa situação, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Carlos Brás](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP) e [José Moura Soeiro](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) fez referência à necessidade de reconhecimento, valorização e promoção das condições de vida dos militares, bem como dos antigos combatentes, ex-militares e deficientes das Forças Armadas, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Luís Dias](#) (PS) e [Silvério Regalado](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) referiu o lançamento do livro *Identidade e Família* como exemplo do presente retrocesso na defesa dos direitos humanos, particularmente os das mulheres e pessoas LGBTQIA+, anunciando que o PAN iria apresentar um pacote de iniciativas legislativas no sentido de assegurar a defesa destes direitos. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Joana Mortágua](#) (BE), [Elza Pais](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 54, 55, 57, 60 e 61/XVI/1.ª, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs 43 e 44/XVI/1.ª.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 5 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 7 (2024.04.19)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo BE, sobre o tema «Muito km para pouco dinheiro: direitos para motoristas e estafetas das plataformas». Depois de o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ([Maria do Rosário Palma Ramalho](#)) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Felicidade Vital](#) e [Filipe Melo](#) (CH), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Carla Barros](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Nuno Gabriel](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [João Ribeiro](#) (CH) e [Ana Bernardo](#) (PS). No encerramento do debate, intervieram a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 11 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 34 minutos, tendo posteriormente saudado várias escolas presentes nas galerias.

Procedeu-se ao debate, e votação, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs [1/XVI/1.ª](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG, que foi rejeitado e [2/XVI/1.ª](#) (PAN) — Constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund, Lda, que foi também rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Vanessa Barata](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Cristina Rodrigues](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi ainda aprovado o Projeto de Resolução n.º [31/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 9 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**SUMÁRIO**

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 54, 55 e 57 a [63/XVI/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs 43 a [50/XVI/1.ª](#).

Foi debatido o Inquérito Parlamentar n.º [3/XVI/1.ª](#) (PCP) — Inquérito parlamentar sobre a privatização da ANA Aeroportos, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Hugo Costa](#) (PS), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Pires](#) (BE) e [Filipe Melo](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º [87/XV/1.ª](#) (Marta Manuel Dias Neves de Vasconcelos Marques e outros) — Comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes/pacientes com doença de Crohn, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [49/XVI/1.ª](#) (BE) — Regime de comparticipação para nutrição entérica, [55/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria um regime especial de comparticipação do Estado no preço dos alimentos para fins medicinais específicos destinados às pessoas que apresentem risco nutricional associado à doença, [59/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece o regime excecional de comparticipação do Estado no preço da nutrição entérica e define que a dispensa destas terapêuticas é feita pelas farmácias comunitárias e com os Projetos de Resolução n.ºs [28/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com doença de Crohn, [33/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo

a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, [36/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn, [40/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e [42/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório. Após a Presidente ([Teresa Morais](#)) ter saudado os representantes dos peticionários presentes nas galerias, entrevistaram, a diverso título, os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Sónia Ramos](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Susana Correia](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).

Foi discutida a Petição n.º [79/XV/1.<sup>a</sup>](#) ([Marta da Silva Gameiro](#) e outros) — Petição para a organização de um referendo sobre a adesão de Portugal ao tratado pandémico da OMS, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [41/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda que o Estado português não adira ao tratado pandémico. Usaram da palavra os Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [André Ventura](#) (CH).

Foi discutida a Petição n.º [13/XV/1.<sup>a</sup>](#) (ASPE-Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros) — Enfermeiros reclamam descongelamento da carreira e avaliação de desempenho igual aos enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [50/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, [56/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Aprova um regime excecional de avaliação do desempenho dos profissionais das carreiras de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde para o biénio de 2025-2026, em reconhecimento do esforço empreendido no âmbito da pandemia da doença covid-19, [57/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça, valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao País e premiar o esforço dado no âmbito da crise sanitária provocada pela covid-19, alterando diversos diplomas, [58/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS e [60/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Elimina as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e com os Projetos de Resolução n.ºs [35/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem e [39/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a contagem de pontos e reposição da paridade entre a carreira de enfermagem e a carreira técnica superior da Administração Pública. Entrevieram no debate os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Eurídice Pereira](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Rui Cristina](#) (CH).

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º [1/XVI/1.<sup>a</sup>](#) e dos Projetos de Lei n.ºs [64](#) a [71/XVI/1.<sup>a</sup>](#).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 11 minutos.

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 72/XVI/1.ª.

Foi apresentado, pelo Ministro de Estado e das Finanças ([Joaquim Miranda Sarmento](#)), o Programa de Estabilidade 2024-2028, que foi discutido juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [13/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que contemple, no Programa de Estabilidade, critérios objetivos e previsíveis para a utilização da folga orçamental, sob a forma de um compromisso para a equidade e investimento, [45/XVI/1.ª](#) (BE) — Transparência nas opções de política económica e rejeição do Programa de Estabilidade 2024-2028, [48/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que reflita no Programa de Estabilidade as previsões macroeconómicas que anunciou na campanha eleitoral, [49/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e dos princípios de orçamentação verde da Lei de Bases do Clima no Programa de Estabilidade 2024-2028, [50/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela transparência da execução orçamental e garantia de envolvimento da Assembleia da República na aplicação de receita fiscal extraordinária face à prevista no Programa de Estabilidade 2024-2028 e [51/XVI/1.ª](#) (PCP) — Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do povo e do País, que foram posteriormente rejeitados, na generalidade. Além do Ministro, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) e [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Jamila Madeira](#) (PS), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH) e [Alberto Fonseca](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [1/XVI/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que, a requerimento do PSD, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 15 dias, e dos Projetos de Lei n.ºs [51/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS e o alargamento do regime do IRS Jovem, que foi rejeitado; [64/XVI/1.ª](#) (CH) — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, promovendo uma maior justiça fiscal, que, a requerimento do CH, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 60 dias; [65/XVI/1.ª](#) (IL) — Reduzir o IRS: valorizar o trabalho e libertar a nossa economia, que, a requerimento da IL, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 15 dias; [66/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera as deduções específicas do IRS, que foi aprovado; [67/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis, que foi aprovado; [68/XVI/1.ª](#) (PCP) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que foi aprovado; [69/XVI/1.ª](#) (L) — Mais progressividade e justiça fiscal no IRS, que foi rejeitado; e [70/XVI/1.ª](#) (PS) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que foi aprovado. Usaram da palavra, além do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Coelho](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Alberto Fonseca](#) e [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Pereira](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) e [Hugo Soares](#) (PSD).



Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [13/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Pedro Cruz e [14/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Ricardo Peres, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º [3/XVI/1.ª](#) (PCP) — Inquérito Parlamentar sobre a privatização da ANA-Aeroportos.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [49/XVI/1.ª](#) (BE) — Regime de participação para nutrição entérica, [55/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria um regime especial de participação do Estado no preço dos alimentos para fins medicinais específicos destinados às pessoas que apresentem risco nutricional associado à doença e [59/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece o regime excecional de participação do Estado no preço da nutrição entérica e define que a dispensa destas terapêuticas é feita pelas farmácias comunitárias.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [28/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela participação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com doença de Crohn, [33/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da participação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, [36/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a participação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn, [40/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e [42/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [41/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda que o Estado português não adira ao Tratado Pandémico.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [50/XVI/1.ª](#) (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, [56/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime excecional de avaliação do desempenho dos profissionais das carreiras de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde para o biénio de 2025-2026, em reconhecimento do esforço empreendido no âmbito da pandemia da doença covid-19, [57/XVI/1.ª](#) (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça, valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao País e premiando o esforço dado no âmbito da crise sanitária provocada pela covid-19, alterando diversos diplomas, e [58/XVI/1.ª](#) (PCP) — Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [60/XVI/1.ª](#) (L) — Elimina as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [35/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [39/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a contagem de pontos e reposição da paridade entre a carreira de enfermagem e a carreira técnica superior da Administração Pública.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 21 minutos.

**SUMÁRIO**

Às 11 horas e 33 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, dois Secretários da Mesa da Assembleia da República, o Secretário-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Procuradora-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado Maria Leonor Beleza e António Sampaio da Nóvoa, e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes: Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.<sup>a</sup> Carla Montenegro, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes e mulher, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, o antigo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva e os antigos Presidentes da Assembleia da República Mota Amaral, Jaime Gama e mulher, Dr.<sup>a</sup> Alda Taborda, Maria da Assunção Esteves e Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.<sup>a</sup> Maria Filomena de Aguiar, os antigos Primeiros-Ministros Francisco Pinto Balsemão, José Manuel Durão Barroso e mulher, Dr.<sup>a</sup> Joana Gonçalves, e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, a Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, a Chanceler das Ordens Honoríficas Portuguesas - Conselho das Ordens Nacionais, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Patriarca de Lisboa, o Presidente e membros da Comissão de Liberdade Religiosa, a Direção e membros da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República, e ex-Conselheiros da Revolução, a Direção e membros da Associação 25 de Abril;

Na Galeria III, Secretários de Estado;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos do Secretário-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido;

Na lateral da Tribuna A, o Auditor Jurídico e os Diretores de Apoio Parlamentar, de Informação e Cultura, Administrativa e Financeira, de Tecnologias e Informação, de Controlo e Auditoria e da Divisão de Apoio ao Plenário da Assembleia da República;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Nuno Santos](#) (PS) e [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República ([Marcelo Rebelo de Sousa](#)).

A sessão foi encerrada eram 13 horas e 34 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 12 (2024.05.03)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD e à retoma do mandato de outro Deputado do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 73 e 81/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 51 a 55 e 60/XVI/1.<sup>a</sup>, e dos Projetos de Deliberação n.ºs 3 e 4/XVI/1.<sup>a</sup>.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PS, procedeu-se à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [72/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança, que foi aprovado, [79/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Eliminação das portagens para as autoestradas de acesso às regiões do interior (A22, A23, A24, A25, A28, A29, A41, A42), que foi rejeitado, e [81/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Eliminação de portagens em autoestradas, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [58/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avalie o custo-benefício de isentar de portagens as antigas SCUT, que foi rejeitado, [61/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD e CDS-PP) — Pela redução gradual e financeiramente responsável de portagens no interior e nas grandes áreas metropolitanas, que foi rejeitado, [62/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que na estrita defesa do interesse público proceda à renegociação dos contratos de parcerias público-privadas do setor rodoviário, que foi rejeitado, [63/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Prevê a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens e [66/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que isente de forma temporária as portagens nas autoestradas alternativas ao IC2 na localidade de Serém, Macinhata do Vouga, Águeda, que foi rejeitado, tendo a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) declarado eventual conflito de interesses em relação à matéria em discussão.

Entretanto, o Presidente saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Jorge Botelho](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Emília Cerqueira](#), [Sandra Pereira](#) e [Carlos Silva Santiago](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [José Rui Cruz](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José](#)

*Barreira Soares (CH), Ana Mendes Godinho (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Luís Paulo Fernandes (CH), Jorge Pinto (L), Raul Melo e João Tilly (CH), Hugo Soares (PSD), Nuno Fazenda (PS), Bruno Nunes (CH) e Hugo Costa (PS).*

*Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 74 a 80 e 82 a 84/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 56 a 59 e 61 a 66/XVI/1.ª.*

*O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 1 minuto.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 13 (2024.05.04)**

### **SUMÁRIO**

*O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.*

*Entretanto, o Presidente saudou várias escolas presentes nas galerias.*

*No âmbito da ordem do dia fixada pelo L, procedeu-se à discussão conjunta das seguintes iniciativas legislativas:*

*Projeto de Lei n.º 20/XVI/1.ª (L) — Revê a lei eleitoral consagrando um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;*

*Projeto de Lei n.º 9/XVI/1.ª (PAN) — Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de «votos desperdiçados», alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República;*

*Projeto de Lei n.º 10/XVI/1.ª (BE) — Cria o círculo de compensação do território nacional na eleição para a Assembleia da República (alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio), que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;*

*Projeto de Lei n.º 40/XVI/1.ª (IL) — Introduce um círculo de compensação nacional nas eleições legislativas, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;*

*Projeto de Lei n.º 78/XVI/1.ª (IL) — Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação, que foi rejeitado, na generalidade;*

*Projeto de Lei n.º 80/XVI/1.ª (PAN) — Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República; e*

*Projeto de Resolução n.º 64/XVI/1.ª (PS) — Determina a preparação da codificação da legislação eleitoral, que foi aprovado, na generalidade.*

*Intervieram, a diverso título, os Deputados Paulo Muacho (L), Pedro Neves de Sousa (PSD), Miguel Arruda (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Delgado Alves (PS), Armando Grave (CH), Fabian Figueiredo (BE), Rodrigo Saraiva (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Ricardo Dias Pinto (CH), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Rui Tavares (L), Hugo Carneiro (PSD), José Dias Fernandes (CH), António Filipe (PCP), Paulo Pisco (PS), Pedro Pinto (CH), Flávio Martins (PSD), Jorge Pinto (L), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Patrícia Gilvaz (IL), João Paulo Graça (CH), António Rodrigues (PSD), Isabel Mendes Lopes (L) e Cristina Rodrigues (CH).*

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [3/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de sete trabalhadores da organização humanitária World Central Kitchen em Gaza, [8/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Nuno Júdice, [9/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Alexandre Baptista, [10/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Minervino Pietra, [11/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Carlos Resende, [12/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Eugénio Lisboa, [15/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Bartolomeu Costa Cabral, [17/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas vítimas do acidente de 7 de abril de 2024, em Troia; [18/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Paulo Abreu, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas(a).

Foi ainda lido, pelo Deputado [António Filipe](#) (PCP), o Projeto de Voto n.º [21/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Sérgio Ribeiro, cuja parte deliberativa foi igualmente aprovada (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [55/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Itália.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [22/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que as provas nacionais deste ano letivo se realizem em papel.

O Presidente encerrou a sessão em 13 horas e 26 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 14 (2024.05.09)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 85 a 95 e [98/XVI/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs 67 a [72/XVI/1.ª](#).

No âmbito da ordem do dia fixada pela IL, procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º [21/XVI/1.ª](#) (IL) — Reversão de medidas lesivas para a habitação aprovadas no âmbito do pacote Mais Habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [22/XVI/1.ª](#) (IL) — Reversão das alterações desproporcionais e persecutórias ao regime do alojamento local no âmbito do pacote Mais Habitação, que foi rejeitado, tendo o Deputado Pedro Coelho (PSD) declarado conflito de interesses em relação à matéria;

Projeto de Lei n.º [23/XVI/1.ª](#) (IL) — Revogação do direito de preferência do Estado em transações particulares de imóveis de habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [26/XVI/1.ª](#) (IL) — Baixa a tributação autónoma de IRS das rendas e facilita as situações de mudança de habitação, descontando o valor de rendas pagas ao valor de rendas recebidas para efeitos de cálculo de IRS, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [32/XVI/1.ª](#) (IL) — Facilita o acesso às cadernetas prediais do património imobiliário do Estado, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Reduz as barreiras de transações de habitação própria e permanente, eliminando o imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT) para habitação própria e permanente e o imposto do selo sobre todas as operações imobiliárias, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 36/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Reduz o custo da construção de habitações através da diminuição imposto sobre o valor acrescentado (IVA) relativo à construção, beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 41/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Adota medidas de proteção dos beneficiários do apoio extraordinário à renda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 91/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Defende a habitação própria e permanente, protege os inquilinos no arrendamento urbano e promove o correto urbanismo, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 92/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 93/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Altera a Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, alargando o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, que foi aprovado, tendo o Deputado [Rui Tavares](#) (L) declarado conflito de interesses em relação à matéria;

Projeto de Lei n.º 94/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Reforça os incentivos à estabilidade nos contratos de arrendamento para habitação própria e permanente por via da redução das taxas de tributação autónoma, bem como torna mais acessível a compra de casa, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 95/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Revoga diversas disposições do denominado programa Mais Habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 96/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Proíbe a venda de casas a não residentes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 97/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Garante a afetação do património público para fins habitacionais, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 70/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que apoie os beneficiários do Porta 65 nas despesas iniciais com o contrato de arrendamento, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 71/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas para apoio ao alojamento universitário em Portugal, que foi aprovado; e

Projeto de Resolução n.º 72/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Um novo caminho para a habitação: dinamizar a oferta, corrigir erros e dar resposta à crise, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Maria Begonha](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Alberto Fonseca](#) e [Alexandre Poço](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Rui Afonso](#) (CH), [Ricardo Costa](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Marcus Santos](#) (CH), [Cristóvão Norte](#) e [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Carlos Pereira](#) (PS) e [Rui Rocha](#) (IL).

Entretanto, o Presidente ([Marcos Perestrello](#)) saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Deu-se conta de quatro Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) interpelou a Mesa sobre a verificação de quórum e o resultado das votações, o que motivou uma resposta do Presidente, tendo ainda usado da palavra o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão em 18 horas e 9 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 15 (2024.05.10)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 99 a 101, 104, 110, 114 e 116 a 119/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 73 a 75, 80, 81 e 88 a 90/XVI/1.<sup>a</sup>.

Posteriormente, o Presidente ([Marcos Perestrello](#)) saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Procedeu-se a um debate político, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 62.º](#) do Regimento, tendo a ordem do dia sido fixada, a requerimento do PSD, sobre «O estado do Serviço Nacional de Saúde». Depois de o Deputado [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [João Paulo Correia](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Jorge Botelho](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Alberto Machado](#) e [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Moniz](#) e [Miguel Santos](#) (PSD), [Rui Cristina](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Irene Costa](#) (PS), [Andreia Bernardo](#) e [Ana Oliveira](#) (PSD), [Felicidade Vital](#) (CH), [Regina Bastos](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) (CH) e [Susana Correia](#) (PS). No encerramento do debate, interveio o Deputado [Miguel Guimarães](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de um grupo de 100 pessoas da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, que foram aplaudidas pela Câmara.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [7/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António-Pedro de Vasconcelos, [24/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Fernando Conceição (1923-2024), [32/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte do jovem atleta Pierre-Mathieu Fernandes e [41/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelas vítimas das inundações no Brasil, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [63/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Prevê a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [9/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de «votos desperdiçados», alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, e [80/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições

para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 9/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a equiparação do subsídio de risco da PSP e GNR ao da Polícia Judiciária, a revisão da respetivas carreiras e tabelas remuneratórias e abertura de novos concursos de ingresso na PSP e GNR.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 10/XVI/1.ª (BE) — Revisão das carreiras técnicas e criação da carreira única de técnica/o de reinserção, no âmbito da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 11/XVI/1.ª (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 54/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 60/XVI/1.ª (PCP) — Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição incluindo a digitalização.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 1 minuto.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 16 (2024.05.16)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de uma Deputada do BE.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 102 e 103, 105 a 109, 111 a 113, 115, 120 a 129/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 76 a 79, 82 a 87 e 91 a 101/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «A situação provocada pelas declarações do Sr. Presidente da República em relação à reparação histórica das ex-províncias ultramarinas». Depois de o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele Deputado e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Paulo Rangel](#)), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Regina Bastos](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).

Deu-se conta de que um Deputado do PSD esteve presente por videoconferência nesta reunião plenária.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 11 horas e 18 minutos.



---

**DAR — I SÉRIE — N.º 17 (2024.05.16)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, no início da qual condenou o atentado contra o Primeiro-Ministro da Eslováquia, Robert Fico, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [André Ventura](#) e [Rita Matias](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) e [Jorge Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Sobre a gestão de tempos, usaram ainda da palavra, em interpelação à Mesa, os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Hugo Soares](#) (PSD), tendo o Presidente remetido o assunto para a Conferência de Líderes.

Deu-se conta de um Deputado do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 18 (2024.05.17)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 130 a 132/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 104 e 105/XVII/1.ª.

Foi apreciada a Petição n.º [44/XV/1.ª](#) (Nádia Marlene Nicolau Ferraz e outros) — Pela nova ala de cardiologia pediátrica do Hospital de Santa Cruz, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [80/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz, [94/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para a realização das obras de renovação e ampliação do Hospital de Santa Cruz, [97/XVII/1.ª](#) (BE) — Investimento no Hospital de Santa Cruz e [99/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Ricardo Lima](#) e [Susana Correia](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Luísa Areosa](#) (CH).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de vários grupos de cidadãos, alunos e professores, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi discutida a Petição n.º [105/XV/1.ª](#) (Suzana Maria de Jesus Marques – Movimento «Salvar o Jardim da Parada») — Salvar o Jardim da Parada – Contra o Traçado da Expansão da Linha Vermelha de São Sebastião a Alcântara, juntamente com o Projeto de Resolução

n.º 29/XVI/1.ª (BE) — Recomenda uma localização alternativa para a nova estação do metro «Campo de Ourique» que preserve o Jardim da Parada. Proferiram intervenções os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Vaz](#) (PS) e [Pedro Pessanha](#) (CH).

Procedeu-se à discussão das Petições n.ºs [118/XV/1.ª](#) (Paulo Espírito Santo e outros) — Construção de um novo hospital central do Oeste nas Caldas da Rainha e [128/XV/1.ª](#) (José Augusto Clemente de Carvalho e outros) — Um hospital para todo o Oeste, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [76/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha a decisão de construção do novo hospital do Oeste, [77/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um plano de reformulação dos hospitais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, [95/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avance com a construção do hospital do Oeste e faça uma avaliação da viabilidade da manutenção das demais infraestruturas de saúde na região Oeste, [96/XVI/1.ª](#) (BE) — Construção do novo hospital da região do Oeste com investimento nas atuais infraestruturas para cuidados de saúde em proximidade e [98/XVI/1.ª](#) (PCP) — Construção do novo hospital público do Oeste. Usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [André Rijo](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Walter Chicharro](#) (PS) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º [341/XIV/3.ª](#) (Tiago Boanova da Silva e outros) — Manter o Parque de Campismo da Galé, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [78/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção da península de Troia e dos ecossistemas dunares entre Troia e Melides e pela reabertura do Parque de Campismo da Galé, [92/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a manutenção do parque de campismo da praia da Galé (Grândola) e medidas de proteção do acesso à praia e de proteção do ecossistema, [93/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que encete negociações para a reabertura do Parque de Campismo da Galé e que garanta o acesso público incondicional à Praia da Galé e [101/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola, tendo o Presidente saudado uma delegação de peticionários presentes nas galerias. Intervieram os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Eliseu Neves](#) (CH), [Sonia dos Reis](#) (PSD), [Clarisse Campos](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Deu-se conta de um Deputado do PSD e de um Deputado da IL que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 19 (2024.05.18)

### SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior de Informações, o Conselho Superior de Segurança Interna e o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação do Ministro das Infraestruturas e Habitação (Miguel Pinto Luz), que, após

ter aberto o debate, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Alexandre Poço](#), [Bruno Ventura](#), [Marco Claudino](#) e [Paulo Moniz](#) (PSD), [Maria Begonha](#), [Hugo Costa](#), [Pedro Coimbra](#) e [André Pinotes Batista](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Rui Rocha](#) e [Mariana Leitão](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em interpelação à Mesa, a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS) questionou o Presidente sobre ter sido aberto um precedente relacionado com discurso de ódio, tendo também usado da palavra os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [57/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) — De pesar pela morte do cidadão luso-israelita Dror Or, refém português capturado pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, e [62/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar em memória do bombeiro Paulo Cardoso, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [60/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por 2 Deputadas do PS) — De saudação pela celebração dos 200 anos da Vista Alegre, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [80/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz, [94/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para a realização das obras de renovação e ampliação do Hospital de Santa Cruz, [97/XVI/1.ª](#) (BE) — Investimento no Hospital de Santa Cruz, e [99/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [29/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda uma localização alternativa para a nova estação do metro «Campo de Ourique» que preserve o Jardim da Parada.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [76/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha a decisão de construção do novo hospital do Oeste, [77/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um plano de reformulação dos hospitais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, [96/XVI/1.ª](#) (BE) — Construção do novo hospital da região do Oeste com investimento nas atuais infraestruturas para cuidados de saúde em proximidade e [98/XVI/1.ª](#) (PCP) — Construção do novo hospital público do Oeste, tendo sido rejeitado, também na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [95/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avance com a construção do hospital do Oeste e faça uma avaliação da viabilidade da manutenção das demais infraestruturas de saúde na região Oeste.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [78/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção da península de Troia e dos ecossistemas dunares entre Troia e Melides e pela reabertura do Parque de Campismo da Galé, [92/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a manutenção do parque de campismo da praia da Galé (Grândola) e medidas de proteção do acesso à praia e de proteção do ecossistema, [93/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que encete negociações para a reabertura do Parque de Campismo da Galé e que garanta o acesso público incondicional à Praia da Galé e [101/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [89/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que apele à libertação incondicional e em segurança de Vladimir Kara-Murza e que torne pública a disponibilidade de Portugal para o acolher.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 43/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que operacionalize a isenção de IVA nas transmissões de todos os produtos, secos ou húmidos, destinados à alimentação de animais de companhia quando acolhidos por associações de proteção animal legalmente constituídas, prevista na Lei n.º 10-A/2022, de 28 de abril, na redação dada pela Lei n.º 81/2023, de 28 de dezembro.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 42 do Diário relativos à 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XV Legislatura.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do CH a intervir em tribunal.

Deu-se conta de três Deputados do PSD, de um Deputado do PS e de um Deputado da IL que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 6 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 20 (2024.05.18)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a reunião plenária anterior, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior de Informações, o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço e o Conselho Superior de Segurança Interna.

Procedeu-se ao debate do Relatório da Comissão Parlamentar Especial, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados *Isabel Alves Moreira* (PS), *André Ventura* (CH), *Hugo Soares* (PSD), *António Filipe* (PCP), *Pedro Neves de Sousa* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Rui Rocha* (IL), *Rui Tavares* (L) e *Fabian Figueiredo* (BE). No final, a iniciativa do processo foi rejeitada.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 6 minutos.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 21 (2024.05.23)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 133 a 141 e 143 a 151/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 102, 103 e 106 a 115/XVI/1.<sup>a</sup>.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo BE, sobre o tema «Vida boa: casa para morar e tempo para viver», procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 112/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e segunda alteração à Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro), que foi rejeitado;

*Projeto de Lei n.º 113/XVI/1.ª (BE) — Controlo de rendas para defender o direito à habitação, que foi rejeitado;*

*Projeto de Lei n.º 115/XVI/1.ª (BE) — Moratória a novos empreendimentos turísticos, que foi rejeitado;*

*Projeto de Lei n.º 129/XVI/1.ª (BE) — Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na Administração Pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 30 dias;*

*Projeto de Lei n.º 130/XVI/1.ª (BE) — Garante uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional através da criação de uma licença para fruição e cuidado de filhos menores, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 30 dias;*

*Projeto de Resolução n.º 87/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo uma política para o banco público que baixe os juros do crédito habitação, que foi rejeitado;*

*Projeto de Resolução n.º 102/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o alargamento da semana de quatro dias, através um mecanismo de apoio permanente para a transição das empresas privadas e organizações para os quatro dias e da concretização do projeto-piloto no setor público, que foi rejeitado;*

*Projeto de Lei n.º 86/XVI/1.ª (PAN) — Consagra o direito de dispensa ao serviço no dia de aniversário e possibilita o gozo dos feriados obrigatórios em dia distinto àquele em que recaiam, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 30 dias, sem votação, por 30 dias;*

*Projeto de Lei n.º 131/XVI/1.ª (PS) — Aprova o regime jurídico de complemento de alojamento, alargando-o a estudantes deslocados não-bolseiros provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS, que foi aprovado;*

*Projeto de Lei n.º 133/XVI/1.ª (IL) — Revoga o adicional ao IMI, vulgo, «imposto Mortágua», que foi rejeitado;*

*Projeto de Lei n.º 134/XVI/1.ª (IL) — Altera o Código de IMI, revogando o coeficiente de qualidade e conforto, e torna o coeficiente de vetustez automático, que foi rejeitado;*

*Projeto de Lei n.º 136/XVI/1.ª (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 30 dias;*

*Projeto de Lei n.º 139/XVI/1.ª (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores;*

*Projeto de Lei n.º 146/XVI/1.ª (L) — Altera o Código do Trabalho e legislação relacionada, consagrando o direito ao horário de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais e 25 dias úteis como período mínimo de férias, à verificação das condições de trabalho de quem está em teletrabalho, bem como o direito a férias pagas de quem esteja a realizar estágio profissional extracurricular, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 30 dias;*

*Projeto de Resolução n.º 110/XVI/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação, que foi rejeitado;*

*Projeto de Resolução n.º 113/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que fomente e apoie a implementação voluntária da semana de quatro dias, aproveitando a capacidade instalada com o programa-piloto, e que o aplique na Administração Pública, que foi rejeitado.*

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Hugo Oliveira](#) (PS), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Matos](#) (PS), [Francisco Covelinhas Lopes](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Vanessa Barata](#) (CH), [Isaura Morais](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [José Rui Cruz](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Paula Margarido](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [João Ribeiro](#) (CH), [Martim Syder](#) e [Gonçalo Lage](#) (PSD) e [Maria Begonha](#) (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de vários grupos de cidadãos, alunos e professores, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e de dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 22 (2024.05.24)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 152/XVI/1.<sup>a</sup>

Procedeu-se a um debate político, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 62.º](#) do Regimento, tendo a ordem do dia sido fixada, a requerimento do PSD, sobre «O estado da escola pública». Depois de o Deputado [Pedro Alves](#) (PSD) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Palmira Maciel](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [João Tilly](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Sonia dos Reis](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Ângela Almeida](#), [Cidália Abreu](#) e [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [José Carvalho](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Madalena Cordeiro](#) (CH) [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Elza Pais](#) (PS), [Manuela Tender](#) (CH). No encerramento do debate, interveio o Deputado [Emídio Guerreiro](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou os alunos e professores presentes nas galerias, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta de uma Deputada do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 23 (2024.05.25)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PS, sobre a redução do IVA da eletricidade como medida de combate à pobreza energética, foram apreciados e votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [132/XVI/1.ª](#) (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA, que foi aprovado, [135/XVI/1.ª](#) (IL) — Redução do IVA da eletricidade para a taxa reduzida de 6 % (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, [137/XVI/1.ª](#) (PAN) — Combate a pobreza energética por via do alargamento dos beneficiários das tarifas sociais de eletricidade e de fornecimento de gás natural, alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, que foi rejeitado, [138/XVI/1.ª](#) (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, que foi rejeitado, [141/XVI/1.ª](#) (PCP) — Redução do IVA da energia e das telecomunicações (altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, [145/XVI/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável à eletricidade, que foi rejeitado, [147/XVI/1.ª](#) (L) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para 6 %, que foi rejeitado, [148/XVI/1.ª](#) (BE) — Garante o direito de acesso à energia como bem de primeira necessidade (sétima alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho – Lei dos serviços públicos essenciais), que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [109/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima empreenda um debate público alargado e coloque a erradicação da pobreza energética até 2050 como uma das principais prioridades e [114/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para maior eficiência energética e conforto habitacional através do reforço do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima, que foram aprovados.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Carlos Cação](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Nelson Brito](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Carlos Brás](#) (PS), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Sérgio Ávila](#) e [Marina Gonçalves](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Nunes](#) (CH), [Salvador Malheiro](#) (PSD) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS). No encerramento do debate, usou da palavra o Deputado [Hugo Costa](#) (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de alunos e professores de várias escolas, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 142 e 153/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 116 e 117/XVI/1.ª.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [72/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte do estilista Manuel Alves, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [153/XVI/1.ª](#) (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L e CDS-PP) — Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões. No fim, o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) proferiu uma declaração de voto.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [6/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [19/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reversão da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, operada pelo Despacho n.º 7647/202, e [56/XVI/1.ª](#)

(PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à nomeação da Comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio no ensino superior.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [139/XVI/1.ª](#) (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores.

Deu-se conta de quatro Deputados do PS e de um Deputado do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 46 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 24 (2024.06.12)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PS.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 3 a 6/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 154 a 168 e 170 a 173/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 118 a 142 e 144/XVI/1.ª, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 5 a 7/XVI/1.ª e dos Projetos de Deliberação n.ºs 5 e 6/XVI/1.ª.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [6/XVI/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CDS-PP, sobre «Sessão solene evocativa do dia 25 de Novembro de 1975, com periodicidade anual, a organizar pela Assembleia da República», foram apreciados em conjunto e posteriormente votados o Projeto de Deliberação n.º [4/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Sessão evocativa do dia 25 de Novembro, que foi aprovado; o Projeto de Lei n.º [98/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela instituição do 25 de Novembro como feriado nacional, que foi rejeitado na generalidade; e o Projeto de Deliberação n.º [3/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda à Assembleia da República que realize uma sessão evocativa do cinquentenário do 25 de Novembro no âmbito das celebrações do cinquentenário do 25 de Abril, que foi aprovado. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Pinto](#) e [Jorge Galveias](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Vanessa Barata](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Bruno Vitorino](#) (PSD), [Francisco de Assis](#) (PS) — a quem o Presidente dirigiu palavras de apreço e cumprimentou pela eleição para o Parlamento Europeu —, [Hugo Soares](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Filipe Melo](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paulo Cavaleiro](#) (PSD) e [Manuel Magno](#) (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 174 e 176 a 177/XVI/1.ª e do Projeto de Resolução n.º [146/XVI/1.ª](#).

Deu-se ainda conta de um Deputado do PSD e de três Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [3/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [146/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela



implementação e fomento das green bonds em Portugal. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), os Deputados [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Rui Afonso](#) (CH).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 6/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a isentar de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto do selo a compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto do Selo, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs 174/XVI/1.ª (PAN) — Cria uma isenção de IMT aplicável à compra de primeira casa por sujeitos passivos com idade compreendida entre os 35 anos e os 45 anos, 176/XVI/1.ª (BE) — Altera as taxas do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e 177/XVI/1.ª (CH) — Apoia os jovens na aquisição de habitação própria e permanente. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Juventude e Modernização (Margarida Balseiro Lopes), os Deputados [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Rita Matias](#) (CH).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 53 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 25 (2024.06.14)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Em declaração política, a Deputada [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) mencionou a vitória do PS nas eleições europeias, enfatizando a importância do voto em mobilidade e realçando o maior número de eurodeputadas eleitas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Cristina Rodrigues](#) (CH) referiu-se à situação das forças de segurança, apelando ao Governo para que oiça as reivindicações desses profissionais no sentido de melhorar as suas condições de trabalho. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [Pedro Vaz](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) teceu considerações acerca da liberdade de expressão como pilar fundamental da democracia e direito humano, salientando a necessidade de se distinguir palavras e ações. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Rita Matias](#) (CH) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Marisa Matias](#) (BE) fez referência ao conflito existente na Faixa de Gaza e exortou o Governo para que assuma e defenda a solução de dois Estados. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Paulo Rebelo](#) (PS) e [Bruno Ventura](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) criticou a decisão de um tribunal arbitral que condenou o Estado português ao pagamento de uma indemnização a um consórcio

privado por incumprimento de contrato, defendendo que os litígios contratuais que envolvam o Estado devem ser apreciados nos tribunais administrativos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH) e [André Rijo](#) (PS).

Em declaração política, a propósito da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) recordou a efeméride dos 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões e fez uma distinção entre os conceitos de patriotismo e nacionalismo. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marcos Perestrello](#) (PS) e [António Filipe](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Eduardo Oliveira e Sousa](#) (PSD) defendeu a preparação da agricultura portuguesa para o futuro, no âmbito da PAC (política agrícola comum), de forma a aumentar a produtividade em sintonia com a defesa do ambiente e a promoção da saúde pública. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Paulo Graça](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo Pinheiro](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) defendeu a regulamentação da indústria do lobbying, com a criação de um registo da transparência e regras de transparência aplicáveis a entidades públicas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Andreia Neto](#) (PSD).

No âmbito dos n.º 2 e 3 do [artigo 79.º](#) do Regimento, o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)) proferiu uma declaração política, em nome do Governo, após o que respondeu a perguntas dos Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). No final, a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS) usou da palavra em defesa da honra da bancada relativamente a afirmações do Ministro dos Assuntos Parlamentares, que deu explicações.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 165/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 145 e 147 a 149/XVI/1.ª.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [107/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Professor Santana Castilho, [114/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Casimiro de Brito e [121/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento do embaixador Paulo Jorge Lopes Lourenço, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [117/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação à ACOS (Associação de Agricultores do Sul) pela organização da 40.ª edição da Ovibeja.

Foram aprovados o Projeto de Resolução n.º [144/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça e o Projeto de Deliberação n.º [5/XVI/1.ª](#) (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [3/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais. Foi igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [146/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela implementação e fomento das green bonds em Portugal.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [6/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a isentar de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto do selo a compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto do Selo.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [174/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria uma isenção de IMT aplicável à compra de primeira casa por sujeitos passivos com idade compreendida entre os 35 anos e os 45 anos, e [176/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera as taxas do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [112/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ no Gana e que inclua informação sobre questões LGBTI+ no Portal Diplomático e na app «Registo Viajante».

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [86/XVI/1.ª](#) (BE) — Auditoria aos vistos gold atribuídos ao abrigo do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [1/XVI/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, tendo sido aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à mesma proposta de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º [66/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera as deduções específicas do IRS.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º [70/XVI/1.ª](#) (PS) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, tendo a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) proferido uma declaração de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º [71/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas para apoio ao alojamento universitário em Portugal.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do BE e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 58 minutos.

Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 26 (2024.06.20)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para a Comissão Nacional de Eleições, o Conselho Económico e Social, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o

Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho de Estado, o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Superior da Magistratura.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 178 a 187/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 150 a 158/XVI/1.<sup>a</sup>.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CH, sobre o tema «Imigração», procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 163/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera os critérios de atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 164/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Prevê a desburocratização dos regimes e programas de Apoio ao Retorno Voluntário de imigrantes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 165/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Garante o direito à dignidade da pessoa humana na dimensão que lhe é conferida pela iminente necessidade de estabilidade na habitação, consagrando e impondo limites ao número de atestados de residência por habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 166/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Revê as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e estabelece quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do país, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 136/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda imediatamente a emissão de autorizações de residência, até que todos os pedidos pendentes sejam resolvidos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 183/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reintroduz o procedimento de autorização de residência assente em manifestações de interesse, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 157/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforça os recursos humanos da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, que foi rejeitado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Clara de Sousa Alves](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Vanessa Barata](#) e [André Ventura](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Elza Pais](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [André Rijo](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Entretanto, o Presidente saudou um grupo de alunos e de cidadãos presentes nas galerias.

Foi anunciada a não admissão do Projeto de Lei n.º 184/XVI/1.<sup>a</sup>.

Deu-se conta de um Deputado do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 42 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada do Projeto de Lei n.º 188/XVI/1.ª.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária anterior, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho de Estado, o Conselho Superior da Magistratura, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, Presidente da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, a Comissão Nacional de Eleições, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários e o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, não tendo sido eleito o candidato proposto para Presidente do Conselho Económico e Social.

Foram apreciados os Inquéritos Parlamentares n.os 5/XVI/1.ª (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para averiguação da gestão, transparência de funções e conduta dos anteriores responsáveis envolvidos nos desequilíbrios de contas e funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 6/XVI/1.ª (IL) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e 7/XVI/1.ª (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão estratégica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Isaura Morais](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Felicidade Vital](#) (CH).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um grupo de cidadãos da Associação Nacional de Freguesias de Portalegre.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 68/XVI/1.ª (PSD) — Constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da execução do PRR e do PT2030. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Botelho](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Bruno Nunes](#) (CH) e [Sónia Ramos](#) (PSD).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 65/XVI/1.ª (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 185/XVI/1.ª (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas e o Projeto de Resolução n.º 156/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Iglésias](#) (PS), [Paulo Neves](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Sérgio Ávila](#) (PS) e [Miguel Arruda](#) (CH), que deu ainda explicações no seguimento de um pedido de defesa da honra do Deputado [Francisco César](#) (PS).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa e a lei que

define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais, juntamente com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 155/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho, e 156/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Procede ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Diva Ribeiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Carlos Brás](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Almiro Moreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, os Deputados [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Carlos Pereira](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Filipe Melo](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo Carvalho](#) (PSD) e [António Filipe](#) (PCP).

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 27 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 28 (2024.06.22)

### SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 159 a 161/XVI/1.<sup>a</sup>.

De seguida, a Presidente ([Teresa Morais](#)) anunciou a realização da eleição, durante a sessão, para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo L, sobre o tema «Reconhecimento do Estado da Palestina». Depois de o Deputado [Rui Tavares](#) (L) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Neves](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Pinto](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Bruno Ventura](#) (PSD), [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Paulo Pisco](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH). No encerramento do debate, intervieram o Ministro dos Assuntos Parlamentares e a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º 89/XV/1.<sup>a</sup> (Movimento 2030) — Salvem o perímetro florestal das dunas de Ovar, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 79/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela proteção do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, 100/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi

rejeitado, [123/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a manutenção e valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, [132/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, [140/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi rejeitado, e [154/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o plano de ordenamento florestal do perímetro florestal das dunas de Ovar, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Armando Grave](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Salvador Malheiro](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Jorge Galveias](#) (CH).

Entretanto, a Presidente ([Teresa Morais](#)) assinalou a presença nas galerias de estudantes e professores do município de Oliveira de Azeméis, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi apreciada a Petição n.º [143/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício e outros) — Pela cessação do Projeto MAIA, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [117/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela cessação imediata da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, ou Projeto MAIA, nas escolas do ensino básico e secundário, [126/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela suspensão e revisão do Projeto MAIA, [135/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela suspensão e avaliação do Projeto MAIA, e [141/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a garantia de mais tempo para a prática pedagógica e a suspensão do Projeto MAIA e respetiva avaliação externa, que foram rejeitados. Intervieram os Deputados [Maria José Aguiar](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Manuela Tender](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Ferreira](#) e [Palmira Maciel](#) (PS) e [Inês Barroso](#) (PSD).

Foi discutida a Petição n.º [114/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Vera Lúcia Domingos de Almeida e outros) — Petição para revisão de decisão – Programa de acesso precoce ao Pembrolizumab, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [124/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda a imediata adoção de medidas com vista à redução do tempo médio de disponibilização e autorização de introdução do mercado de medicamentos inovadores no tratamento do cancro da mama, [125/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de alargamento do rastreio do cancro da mama e de acesso a medicamentos e terapêuticas inovadoras no tratamento da doença, [133/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Celeridade e transparência na disponibilização e acesso a terapêuticas inovadoras e [139/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a adoção de medidas que visem melhorar as condições de acesso a medicamentos inovadores, que foram aprovados. Usaram da palavra os Deputados [Rui Cristina](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [Sofia Andrade](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º [125/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Liga de Amigos do Hospital Arcebispo João Crisóstomo) — Em defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Hospital de Cantanhede, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [120/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela reabertura da Urgência Básica no Município de Cantanhede, que foi aprovado, [131/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha, que foi rejeitado, [137/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Autonomia e reforço do Hospital de Cantanhede e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, que foi rejeitado, e [138/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a abertura de uma urgência básica de funcionamento diário e com horário alargado e a atualização da página de internet do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, que foi aprovado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Eliseu Neves](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Marisa Matias](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Ana Abrunhosa](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL) e [António Pinto Pereira](#) (CH).

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária de oito Deputados do PSD e oito Deputados do PS.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [135/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Tavares, [140/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar em memória das vítimas dos incêndios florestais, cujo dia nacional se assinala a 17 de junho e [149/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional) — De pesar pelo falecimento de Manuel Rey Cordeiro (1962-2024), piloto da patrulha YAKSTARS, durante o festival aéreo Beja Air Show. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se à leitura dos Projetos de Voto n.ºs [147/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo 450.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos e [154/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo primeiro centenário da BIAL, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [158/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

Foram aprovados os Inquéritos Parlamentares n.ºs [5/XVI/1.ª](#) (CH) — Comissão parlamentar de inquérito para averiguação da gestão, transparência de funções e conduta dos anteriores responsáveis envolvidos nos desequilíbrios de contas e funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, [6/XVI/1.ª](#) (IL) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e [7/XVI/1.ª](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão estratégica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [68/XVI/1.ª](#) (PSD) — Constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da execução do PRR e do PT2030.

Em votação, na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [65/XVI/1.ª](#) (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, foi rejeitado o Projeto de Lei n.º [185/XVI/1.ª](#) (BE) — Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [156/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação e a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [2/XVI/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais. Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PAN e pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 30 e por 60 dias, respetivamente, dos Projetos de Lei n.ºs [155/XVI/1.ª](#) (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho, e [156/XVI/1.ª](#) (CH) — Procede ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [4/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos



estabelecimentos de alojamento local para efeitos da liquidação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 177/XVI/1.ª (CH) — Apoia os jovens na aquisição de habitação própria e permanente.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 88/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão das regras do prémio salarial de valorização da qualificação por forma a incluir os beneficiários de bolsas ou prémios atribuídos no exercício de atividades científicas, culturais e desportivas, os jovens integrados no agregado familiar dos seus pais e os titulares de grau de doutor.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 24/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração-base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 73/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços marítimos regulares de passageiros e carga rodada entre a Região Autónoma da Madeira e a República, e foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 74/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que priorize o lançamento de concurso internacional para a concessão de serviços aéreos regulares entre a Madeira e o Porto Santo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 72/XVI/1.ª (PS) — Elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do Interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 11/XVI/1.ª (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 92/XVI/1.ª (PS) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 132/XVI/1.ª (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 28/XVI/1.ª (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com Doença de Crohn, 33/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, 36/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn, 40/XVI/1.ª (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e 42/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 19 do Diário, relativos à presente Sessão Legislativa.

A Câmara aprovou ainda quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando três Deputados do PSD e uma Deputada do PS a intervirem no âmbito de processos em tribunal.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 15 horas e 41 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 29 (2024.06.27)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PS e à respetiva substituição.

Foi anunciado o resultado da eleição que decorreu na anterior reunião plenária, tendo sido eleito o candidato proposto para Presidente do Conselho Económico e Social.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 190/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 162 a 171/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª.

De seguida, o Presidente assinalou a presença de vários grupos de cidadãos nas galerias, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Seguiu-se o debate preparatório do Conselho Europeu, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua versão atual). Após o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro) ter aberto o debate, respondeu às perguntas dos Deputados [Ricardo Carvalho](#) e [Ana Oliveira](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) e [Ana Mendes Godinho](#) (PS), [Ricardo Dias Pinto](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 172 a 174/XVI/1.ª e dos Projetos de Lei n.ºs 191 a 193/XVI/1.ª.

Deu-se conta de duas Deputadas do PSD e um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 31 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 30 (2024.06.28)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 194/XVI/1.ª.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PCP, foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [173/XVI/1.ª](#) (PCP) — Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo, que foi rejeitado, e [191/XVI/1.ª](#) (BE) — Reforça a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) através da integração dos animadores socioculturais nos quadros, que, a

requerimento do BE, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 166/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da capacidade da Autoridade para as Condições do Trabalho, tendo em atenção as empresas que empregam trabalhadores migrantes, que foi aprovado, 167/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que centralize os pedidos de renovação de autorizações de residência na AIMA e que alargue as funcionalidades do seu portal de serviços, que foi rejeitado, e 169/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reforce os recursos da AIMA e melhore os seus procedimentos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados António Filipe (PCP), Mariana Leitão (IL), António Rodrigues (PSD), Elza Pais (PS), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Muacho (L), Maurício Marques (PSD), André Ventura (CH), Cláudia Santos (PS), Patrícia Carvalho (CH), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Rodrigo Alves Taxa (CH), Paula Santos (PCP), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Ana Sofia Antunes (PS) e Hugo Oliveira (PS).

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e de duas Deputadas do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 14 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 31 (2024.06.29)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto, tendo em seguida anunciado a realização de eleições, durante a sessão, para um membro da Comissão Nacional de Eleições.

Na abertura do debate da Interpeleção ao Governo n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Um plano de emergência para o plano de emergência da saúde apresentado pelo Governo, intervieram a Deputada Mariana Mortágua (BE) e a Ministra da Saúde (Ana Paula Martins).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados Susana Correia (PS), Marisa Matias (BE), Paulo Muacho (L), Sofia Andrade (PS), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Alberto Machado (PSD), Pedro Pinto (CH), José Moura Soeiro (BE), Rui Cristina (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Mariana Vieira da Silva (PS), Andreia Bernardo (PSD), Sandra Ribeiro (CH), Miguel Guimarães (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Paulo Núncio (CDS-PP) e Rita Matias (CH).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado Fabian Figueiredo (BE) e a Ministra da Saúde.

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias do Presidente da Comissão de Política Agrária e Fundiária da Ucrânia, Oleksnder Gaydu, acompanhado da Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas.

Procedeu-se à leitura dos Projetos de Voto n.ºs 165/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Maria João de Sande e Lemos e 181/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Tomás Oliveira Dias. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Voto n.ºs 175/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação pela organização da 60.<sup>a</sup> edição da Feira Nacional de Agricultura, 178/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de

Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação à Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos por ocasião do seu 500.º aniversário e [179/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação dos 500 anos da Misericórdia de Borba.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [111/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que não permita o uso dos portos portugueses por navios que transportem armas para o Estado de Israel.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do BE e uma Deputada do CH a intervir em tribunal.

Foi anunciada a entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º [175/XVI/1.ª](#).

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária de seis Deputados do PSD e seis Deputados do PS.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 56 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 32 (2024.07.04)

### SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 15 horas, informou a Câmara de que nesta sessão iria ser testado o sistema de corte de som do microfone dos oradores finda a tolerância dada em relação aos tempos de intervenção previstos no Regimento.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 195 e 196/XVI/1.ª, da Proposta de Lei n.º 7/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 176 a 197/XVI/1.ª.

Foi anunciado o resultado da eleição que decorreu durante a reunião plenária anterior, tendo sido eleitos os candidatos propostos para a Comissão Nacional de Eleições.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PS, procedeu-se à discussão conjunta, e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [170/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação do Plano Ferroviário Nacional, que foi aprovado, [177/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o descongelamento e correção do Plano Ferroviário Nacional de modo a investir na ferrovia e enfrentar as dificuldades, que foi rejeitado, [178/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que corrija as falhas do Plano Ferroviário Nacional e reveja os respetivos planos plurianuais de investimento, que foi rejeitado, [179/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que retome os comboios noturnos, que foi aprovado, [180/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda o alargamento do passe ferroviário nacional, nos termos definidos na lei do Orçamento do Estado para 2024, que foi aprovado, [181/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação de um plano ferroviário nacional e adoção de medidas que promovam o transporte ferroviário como alternativa às viagens aéreas, que foi rejeitado, e [186/XVI/1.ª](#) (BE) — Priorização da ferrovia em Portugal, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Hugo Costa](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) — que declarou eventual conflito de interesses em relação à matéria em discussão —, [Marisa Matias](#) (BE), [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH), [Jorge Botelho](#) (PS), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Raul Melo](#) (CH), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo Costa](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Ricardo Araújo](#) (PSD),

Ana Mendes Godinho (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Marco Claudino (PSD), Luís Dias (PS), Bruno Ventura (PSD) e João Torres (PS).

Entretanto, o Presidente (Marcos Perestrello) saudou os alunos e professores presentes nas galerias, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 38 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 33 (2024.07.05)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 198/XVI/1.<sup>a</sup>

De seguida, o Presidente assinalou os 101 dias da tomada de posse dos Deputados e os 100 dias da sua tomada de posse como Presidente da Assembleia da República, tendo feito referência a um conjunto de dados sobre os trabalhos desenvolvidos nesse período, após o que foi aplaudido pela Câmara.

Em interpelação à Mesa, os Deputados Pedro Pinto (CH), Hugo Soares (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN) referiram-se ao novo sistema de controlo de tempos de intervenção, tendo o Presidente respondido remetendo para a decisão tomada em Conferência de Líderes.

Ainda em interpelação à Mesa, o Deputado André Ventura (CH) afirmou que havia cidadãos que não conseguiam entrar no Parlamento, tendo o Presidente, após intervenções dos Deputados Hugo Soares (PSD), Pedro Pinto (CH) e Pedro Delgado Alves (PS), informado que as entradas estavam a decorrer em condições de normalidade.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CH, procedeu-se ao debate e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 11/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e ao Corpo da Guarda Prisional, 192/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Procede à integração plena do pessoal da carreira de guarda-florestal na carreira militar da Guarda Nacional Republicana, 193/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Criminaliza o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal e órgãos judiciais e 194/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Aplicação do processo sumário ao julgamento dos crimes de resistência e coação sobre funcionário, que foram rejeitados, dos Projetos de Resolução n.ºs 172/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de gratificados da PSP e 173/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela prevenção do suicídio nas forças de segurança, que foram aprovados, dos Projetos de Lei n.ºs 7/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança e 48/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Garante a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da PSP, da GNR, do SEPNA, do Corpo da Guarda Prisional, da Polícia Marítima e da ASAE, alterando diversos diplomas, que foram rejeitados, e dos Projetos de Resolução n.ºs 182/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança, que foi aprovado, 183/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas legislativas e administrativas necessárias à aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, a várias categorias de agentes públicos, que foi rejeitado, 184/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão e valorização das carreiras

e tabelas remuneratórias da PSP, GNR e Corpo da Guarda Prisional, que foi aprovado, [185/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que garanta condições de bem-estar, salubridade e segurança no local de trabalho aos profissionais da PSP e da GNR, que foi aprovado, e [188/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento, implementação e reforço de políticas relativas à condição das forças de segurança em matéria de alojamento e habitação, saúde mental e formação, em diálogo com as associações representativas dos seus profissionais, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Nuno Gabriel](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Vaz](#) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Cláudia Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [André Rijo](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi lido, pela Deputada [Ana Bernardo](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [182/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Maria Custódia Barbosa Fernandes, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi lido, pelo Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE), o Projeto de Voto n.º [189/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Fátima Grácio, cuja parte deliberativa foi igualmente aprovada (a).

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs [199/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Manuel Fernandes, [196/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Manuel Alves Cargaleiro e [197/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Fausto Bordalo Dias, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas(a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [169/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reforce os recursos da AIMA e melhore os seus procedimentos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [147/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo uma maior divulgação da possibilidade de prorrogação por mais dois anos da isenção de IMI na compra de casa própria, aprovada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [5/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [128/XVI/1.ª](#) (PAN) — Determina a elaboração e divulgação pela Assembleia da República de um relatório de avaliação do impacte carbónico da sua atividade e funcionamento, relativamente à XV legislatura, em cumprimento da Lei de Bases do Clima.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [76/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha a decisão de construção do novo hospital do Oeste, [77/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um plano de reformulação dos hospitais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, [96/XVI/1.ª](#) (BE) — Construção do novo hospital da região do Oeste com investimento nas atuais infraestruturas para cuidados de saúde em proximidade e [98/XVI/1.ª](#) (PCP) — Construção do novo hospital público do Oeste.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [80/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz, [94/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para a realização das obras de renovação e ampliação

do Hospital de Santa Cruz, [97/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Investimento no Hospital de Santa Cruz e [99/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Pela construção de uma nova ala de cardiologia pediátrica no Hospital de Santa Cruz.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [109/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima empreenda um debate público alargado e coloque a erradicação da pobreza energética até 2050 como uma das principais prioridades.

Foi ainda aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [114/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para maior eficiência energética e conforto habitacional através do reforço do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima.

A Câmara aprovou ainda dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando dois Deputados do CH a intervirem no âmbito de processos em tribunal.

Deu-se conta de dez Deputados do PSD e de duas Deputadas do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão em 18 horas e 20 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 34 (2024.07.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo a duas assunções de mandato, por efeito da renúncia ao mandato de duas Deputadas do PS.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 199 a 210/XVI/1.<sup>a</sup>, das Propostas de Lei n.ºs 8 a 12/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 198 a 223/XVI/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se ao debate sobre o estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Viera da Silva](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Isaura Morais](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Francisco César](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Paulo Neves](#) (PSD), [Sofia Canha](#) (PS), [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Rui Afonso](#) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [António Filipe](#) (PCP).

Durante o debate, em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) propôs a alteração da grelha de tempos em uso, tendo também usado da palavra os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE), após o que foi consensualizada a atribuição de mais 10 minutos ao Governo.

No encerramento, interveio o Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Deu-se conta de uma Deputada do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 17 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 35 (2024.07.19)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 211 a 214/XVI/1.<sup>a</sup> e da Proposta de Lei n.º 13/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [205/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Franco Charais, [217/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Armando Carvalhêda, [219/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento do árbitro internacional Carlos Valente, [220/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH e pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de seis pescadores ao largo da Marinha Grande e [221/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PSD, pelo CH e por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento da antiga Procuradora-Geral da República Maria Joana Raposo Marques Vidal, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente saudou várias escolas e associações presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) usou da palavra para assinalar o aniversário do Presidente, que foi, depois, aplaudido pela Câmara.

Foi aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º [216/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus) — De saudação à eleição de António Costa para a Presidência do Conselho Europeu.

Foi aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º [225/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De condenação pelo atentado contra a vida do antigo presidente dos EUA Donald Trump.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [174/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Composição da Comissão Permanente.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [203/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Paris.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [209/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [220/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Estónia e à Polónia.



Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 104/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a intervenção nas comportas da Maria da Mata e a proteção da produção de arroz na região do Baixo Mondego.

Foram aprovados os pontos 1 e 2 do Projeto de Resolução n.º 44/XVI/1.ª (PAN) — Pelo rápido lançamento dos apoios na área do bem-estar e proteção animal previstos no Orçamento do Estado para 2024 e pela criação de gabinetes de apoio às candidaturas destinados às associações zoófilas, tendo sido rejeitado o ponto 3.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 189/XVI/1.ª (CH) — Assegura a gratuidade de acesso aos museus e monumentos nacionais por idosos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 18/XVI/1.ª (PAN) — Apela à Assembleia Nacional da República da Gâmbia que mantenha em vigor a proibição da mutilação genital feminina.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 145/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo português que se associe ao processo relativo à aplicação da convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul contra Israel).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 108/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a valorização dos baldios eliminando os cortes na elegibilidade das áreas de baldios para efeito de atribuição de apoios.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 129/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a concretização do bloco de rega de Reguengos e o desenvolvimento do projeto do bloco de regas de Mourão e 195/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que ative os procedimentos necessários para adjudicar a totalidade das obras previstas no Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz e cumpra a totalidade das metas fixadas no Programa Nacional de Regadio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 163/XVI/1.ª (PCP) — Pela reconstituição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura que foram extintos, tendo, no final, os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) proferido declarações de voto.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 171/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a Reversão da decisão de extinção das Direções Regionais de Agricultura.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário de uma proposta de alteração ao artigo 6.º do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 131/XVI/1.ª (PS) — Aprova o regime jurídico de complemento de alojamento, alargando-o a estudantes deslocados não-bolseiros provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS, no seguimento do qual usaram da palavra as Deputadas [Maria José Aguiar](#) (CH), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Isabel Ferreira](#) (PS). Após ter sido aprovada, na especialidade, a proposta avocada pelo Plenário, foi aprovado, em votação final global, aquele texto final, com as alterações entretanto introduzidas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 154/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reveja o Plano de Ordenamento Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 166/XVI/1.ª (L) — Recomenda o reforço da capacidade da Autoridade para as Condições do Trabalho, tendo em atenção as empresas que empregam trabalhadores migrantes.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do CH e outro a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Deu-se conta de uma Deputada do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Por fim, o Presidente pôs à consideração da Câmara a votação do Projeto de Deliberação n.º 7/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na XVI Legislatura, por não constar do guião de votações. Após terem usado da palavra os Deputados [Edite Estrela](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Soares](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), e tendo reunido consenso para a votação, aquele projeto de deliberação foi aprovado.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 34 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 36 (2024.09.12)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 4 minutos, tendo de seguida anunciado as condições de funcionamento do sistema de contagem do tempo durante as intervenções.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PSD e respetiva substituição.

Após ter sido anunciada a retirada do Projeto de Resolução n.º 235/XVI/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Deliberação n.º 9/XVI/1.<sup>a</sup>, deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 14, 15 e 18 a 20/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 197 e 215 a 236/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 224 a 234, 236 a 249, 251 a 262, 264 e 267/XVI/1.<sup>a</sup>.

Entretanto, o Presidente saudou os Deputados, desejando um bom reinício dos trabalhos parlamentares.

Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [246/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Susana Maria Alfonso de Aguiar (Mísia), [255/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte do jornalista João Paulo Guerra, [260/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo CH) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Constantino e [278/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PCP) — De pesar pela morte de cinco militares da GNR em Lamego, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a). Entretanto, o Presidente saudou a presença, nas galerias, do Comandante-Geral da GNR e de uma delegação de militares da GNR, que foram aplaudidos pela Câmara. De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados.

Em declaração política, que intitulou de «o estado a que isto chegou», o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) comparou o desempenho do atual Governo com o do Governo anterior.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) falou sobre a segurança como um bem essencial para a liberdade, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [António Rodrigues](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) referiu-se ao processo de privatização da TAP como um negócio desastroso, defendendo que o Ministro Miguel Pinto Luz não tem idoneidade política para gerir o dossiê. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Carlos Pereira](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) acusou o Governo de deixar o Serviço Nacional de Saúde degradar-se, elencando vários dos seus atuais problemas. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Paulo Correia](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) falou sobre o direito a nascer em segurança, referindo-se ao nascimento como um ato social, e recordou os casos de encerramento de urgências obstétricas durante o verão. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Paulo Correia](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) debruçou-se sobre a necessidade de reflexão acerca do efeito dos telemóveis e dos smartphones em ambiente escolar, nomeadamente no âmbito das aprendizagens e da saúde mental dos alunos, tendo, seguidamente, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Isabel Ferreira](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Isaura Morais](#) (PSD) destacou a sensibilidade, a responsabilidade social e o respeito deste Governo pelos mais desprotegidos, mencionando algumas das medidas tomadas nas áreas do trabalho, da segurança social e da inclusão. Respondeu, seguidamente, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Ferreira](#) (PS) criticou a atuação do Governo na educação, nomeadamente na preparação do novo ano letivo. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Alves](#) (PSD) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) falou sobre a violência sexual com base em imagens, propondo medidas de prevenção e combate a estes crimes. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [249/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Tenerife e a Las Palmas e [256/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Dublin.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 16 e 17/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 263, 265 e 266/XVI/1.ª.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a reunião eram 19 horas e 1 minuto.

Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 37 (2024.09.19)**

**SUMÁRIO**

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 15 horas, manifestou a sua consternação pelos incêndios que deflagraram no País e apresentou as suas condolências às famílias e amigos das vítimas, tendo sido aplaudido pela Câmara.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de uma Deputada do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 21/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 237 a 262, dos Projetos de Resolução n.ºs 268 a 297/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Deliberação n.ºs 10 e 11/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência e foi rejeitado o Projeto de Deliberação n.º 11/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência.

Na abertura do debate da Interpeção ao Governo n.º 2/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — O estado dos estabelecimentos prisionais, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e a Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [José Barreira Soares](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Margarido](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Cláudia Santos](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH), [João Antunes dos Santos](#) e [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Vanessa Barata](#) (CH).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte).

Deu-se conta de uma Deputada do PS e de uma Deputada do L que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 48 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 38 (2024.09.20)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 263 e 265 a 267/XVI/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre o tema «O início do ano letivo do ensino básico e secundário». Depois de a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Ângela Almeida](#) (PSD), [Manuela Tender](#) (CH), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Pedro Alves](#) (PSD), [Rosário Gambôa](#) (PS) e [José Carvalho](#) (CH). No

encerramento do debate, intervieram o Ministro da Educação, Ciência e Inovação e a Deputada [Paula Santos](#) (PCP).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um Deputado do Bundestag alemão.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) saudou também a presença nas galerias de um grupo da Universidade Sénior de Penela, em Coimbra, que foi aplaudido pela Câmara.

Deu-se conta de dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 15 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 39 (2024.09.21)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.<sup>a</sup>

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 13/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a regular a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica, que foi posteriormente aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, e do Projeto de Lei n.º 254/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Generaliza a citação eletrónica das entidades públicas, alterando o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, que foi aprovado na generalidade. Usaram da palavra, além da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça ([Maria Clara Figueiredo](#)), os Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Francisco Gomes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Vaz](#) (PS), [Ana Santos](#) (PSD) e [Mário Amorim Lopes](#) (IL). Relativamente àquela proposta de lei, foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Andreia Neto](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi apreciada, e posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 20/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública. Intervieram, além do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial ([Manuel Castro Almeida](#)), os Deputados [Silvério Regalado](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Marco Claudino](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Bruno Nunes](#) (CH).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um grupo da Universidade de Torres Vedras, que foi aplaudido pela Câmara.

Foi discutida, e posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 19/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social. Usaram da palavra, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ([Maria do Rosário Palma Ramalho](#)), os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Felicidade Vital](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Carla Barros](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) (PS) e [Armando Grave](#) (CH).

Foi lido, pela Deputada [Paula Santos](#) (PCP), o Projeto de Voto n.º [239/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Vicente Merendas, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa. (a)

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs [250/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de José Maria Amado, cônsul honorário em Comodoro Rivadavia, Argentina, [269/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino (1930-2024), [272/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de José Miguel Trigo, [275/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo L e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Edmundo Cruz, [296/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pela morte de Augusto M. Seabra, [317/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Graça Lobo e [316/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De pesar pelas vítimas dos incêndios no norte e centro do País. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram ainda aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Voto n.ºs [279/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De congratulação pelo 25.º aniversário do referendo que deu a independência a Timor-Leste, [289/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De congratulação à Missão Portuguesa nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, [299/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus) — De saudação pela eleição de Roberta Metsola para Presidente do Parlamento Europeu, [300/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus) — De saudação pela eleição de Ursula von der Leyen para Presidente da Comissão Europeia, [313/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo L e por uma Deputada do PS) — De saudação pelo Dia do Mirandês, [318/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelo Dia Nacional do Bombeiro Profissional, e [319/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De congratulação à Missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [12/XVI/1.ª](#) (BE) — Pelo reforço salarial da carreira geral de técnico superior.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [191/XVI/1.ª](#) (BE) — Reforça a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) através da integração dos animadores socioculturais nos quadros.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [198/XVI/1.ª](#) (PSD) — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento integrado da execução e monitorização da Agenda Anticorrupção, tendo, no final, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Pedro Pinto](#) (CH) proferido declarações de voto, a que se seguiu a defesa da honra da bancada pela Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) relativamente a afirmações do Deputado [Pedro Pinto](#) (CH), que deu explicações.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [228/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação do V Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e criação de um novo modelo de financiamento de organizações não governamentais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [234/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que garanta o efetivo acesso ao direito e aos tribunais, alargando os critérios para a obtenção do benefício de apoio judiciário.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [262/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que altere o Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, por forma a assegurar atribuição de prioridade na matrícula na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário às crianças e jovens com irmãos a frequentarem o agrupamento de escolas pretendido.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [120/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela reabertura da urgência básica no município de Cantanhede e [138/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a abertura de uma urgência básica de funcionamento diário e com horário alargado e a atualização da página de internet do Hospital Arcebispo João Crisóstomo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [5/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [128/XVI/1.ª](#) (PAN) — Determina a elaboração e divulgação pela Assembleia da República de um relatório de avaliação do impacte carbónico da sua atividade e funcionamento, relativamente à XV Legislatura, em cumprimento da Lei de Bases do Clima.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [10/XVI/1.ª](#) (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XVI Legislatura.

Foram aprovados os n.ºs 20 a 35 do Diário da Assembleia da República, relativos à atual Sessão Legislativa.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS e um Deputado do PSD a intervirem em tribunal.

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária de dois Deputados do PSD e três Deputados do PS.

Foi apreciada a Petição n.º [150/XV/1.ª](#) (Cláudia Pinheiro de Figueiredo Biscaya Fraga e outros) — Nenhuma mulher portuguesa com cancro do ovário deixada para trás, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da vacina contra o HPV para todas as raparigas e rapazes a partir dos 10 anos de idade e aumento para os 45 anos da idade máxima para completar o esquema vacinal e com os Projetos de Resolução n.ºs [116/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos das pacientes com diagnóstico de cancro do ovário, [266/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o alargamento de cuidados de saúde em primeira linha a mulheres com cancro nos ovários, [276/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize os dados nacionais relativos à incidência e mortalidade associadas ao cancro do ovário no Registo Oncológico Nacional e que adote medidas que promovam celeridade no acesso a medicamentos inovadores para os casos sem mutação, [287/XVI/1.ª](#) (BE) — Disponibilização de tratamento para cancro do ovário e [292/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Sónia Monteiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Eurídice Pereira](#) (PS) e [Patrícia Carvalho](#) (CH).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 1 minuto.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas, tendo em seguida anunciado a realização de eleições, durante a sessão, para um membro do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 264, 169, 268 e 269/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 299 a 303/XVI/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pela IL, sobre «O estado do Estado». Depois de o Deputado Rui Rocha (IL) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados Pedro Pinto (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Isabel Ferreira (PS), Rui Tavares (L), Filipe Melo (CH), António Filipe (PCP), Emídio Guerreiro (PSD), Mariana Vieira da Silva (PS), Rui Cristina (CH), José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro dos Santos Frazão (CH), Maria Begonha (PS) e Bernardo Blanco (IL).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 855/XV/1.<sup>a</sup> (Cidadãos) — Alargamento da licença parental inicial, 248/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental inicial, da licença parental exclusiva do pai, da licença parental em caso de deficiência da criança ou de um dos progenitores e da dispensa para amamentação ou aleitação, 249/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental e revê a majoração das remunerações de referência para atribuição do subsídio parental inicial, do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica e do subsídio para assistência a neto, 255/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê medidas de reforço da proteção na parentalidade, aprova uma licença parental inicial igualitária de seis meses e aumenta o período de dispensa para amamentação ou aleitação até aos 2 anos da criança e 260/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Isabel Mendes Lopes (L), José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Gilberto Anjos (PS), Luísa Areosa (CH), Joana Cordeiro (IL), Alfredo Maia (PCP), Ofélia Ramos (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Arruda (CH).

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) saudou a presença, nas galerias, de uma delegação do movimento de cidadãos que apresentou o Projeto de Lei n.º 855/XV/1.<sup>a</sup> e de um grupo de alunos do Instituto Universitário Egas Moniz, tendo sido aplaudidos pela Câmara.

Foram apreciados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 206/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Aprova o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, o Projeto de Resolução n.º 207/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço da acessibilidade das pessoas com diagnóstico de infertilidade às técnicas de procriação medicamente assistida, o Projeto de Lei n.º 259/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Assegura que a procriação medicamente assistida é comparticipada pelo SNS até aos 49 anos de idade e os Projetos de Resolução n.ºs 277/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de apoio à fertilidade, 281/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo aumento da idade máxima de acesso para o início de procedimentos de técnicas de procriação medicamente assistida no SNS e criação de um centro público de procriação medicamente assistida na zona sul do País, 288/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Desbloquear o acesso à procriação medicamente assistida, 290/XVI/1.<sup>a</sup>



(PS) — Recomenda ao Governo que proceda à conclusão do processo de regulamentação das disposições legais que permitem o acesso à gestação de substituição e [291/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforço da resposta dos Centros Públicos de Procriação Medicamente Assistida. Intervieram os Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD), [João Ribeiro](#) e [Diva Ribeiro](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marisa Matias](#) (BE), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rita Matias](#) (CH), [Elza Pais](#) (PS) e [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate conjunto dos Projetos de Resolução n.ºs [81/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que acompanhe consensos internacionais relativos à tributação de grandes fortunas, [199/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que apoie iniciativas internacionais de justiça fiscal e [282/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela justa tributação das grandes fortunas e combate à fuga de capitais. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Miguel Matos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Entretanto, foi anunciado o resultado da eleição que decorreu durante a reunião plenária, tendo sido eleita a candidata proposta.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [161/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Criação de uma rede pública de creches, [169/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Cria o programa rede pública de creches e [250/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação anual e atempada dos dados referentes a creches e a amas do Instituto de Segurança Social e os Projetos de Resolução n.ºs [237/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que altere as regras de inscrição nas creches aderentes ao programa Creche Feliz dando prioridade a crianças com pais trabalhadores e [283/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo aumento da capacidade da oferta pública de creches. Proferiram intervenções os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Felicidade Vital](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS) e [Jorge Galveias](#) (CH).

Deu-se conta de três Deputados do PSD e de uma Deputada do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 270 a 272/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 304 e 305/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 35 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 41 (2024.09.27)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da retirada do Projeto de Lei n.º 199/XVI/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [46/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Pela liberdade de escolha da creche, [100/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Inclusão das crianças até aos 3 anos no sistema educativo, [170/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, [246/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Modifica o regime do horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares por forma a facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional, [251/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar,

incluindo a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbindo o Estado de criar uma rede universal e gratuita de educação na primeira infância, [252/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade, [256/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Garante a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo por via da criação de um sistema da educação para a infância, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e [257/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Garante a gratuidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuidade das creches. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Eliseu Neves](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Faro](#) (PS), [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eduardo Pinheiro](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, na Galeria III, de uma delegação de 30 representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Provedoria de Justiça, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [200/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural. Intervieram os Deputados [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Marcus Santos](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Sofia Carreira](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Daniel Teixeira](#) (CH) e [Maria Begonha](#) (PS).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [201/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Prorroga os prazos para utilização de gâmetas e de embriões resultantes de doações previstos na Lei n.º 48/2019, de 8 de julho, [258/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Prevê a prorrogação do período de utilização de gâmetas e embriões em regime de confidencialidade da identidade civil do dador e [261/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Prorroga o regime transitório para a utilização de embriões resultantes de doações sob o regime de anonimato. Intervieram os Deputados [Marisa Matias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Sofia Andrade](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Elza Pais](#) (PS), [Sandra Ribeiro](#) (CH) e [Miguel Guimarães](#) (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [123/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Isenta de tributação, em sede de IRS, o trabalho suplementar realizado por profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e [234/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Valorização remuneratória dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, criação de um regime de dedicação plena e de um estatuto de risco e penosidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [João Paulo Correia](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alberto Machado](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Susana Correia](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Rui Cristina](#) (CH).

Deu-se conta de um Deputado do PSD e de dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da retirada do Projeto de Lei n.º 189/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 213.º-A](#) do Regimento, foi apreciada e aprovada a Conta Geral do Estado de 2022, tendo usado da palavra, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Carlos Pereira](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Pedro Coelho](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença na Galeria III de um grupo de jovens da Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Fafe, C.R.L. (CERCIFAF), que foram aplaudidos pela Câmara.

Ao abrigo do [artigo 242.º](#) do Regimento, foi debatido o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2023, tendo proferido intervenções, além da Ministra da Administração Interna (Margarida Blasco), os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Vaz](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Ana Sofia Antunes](#) (PS). O Deputado [Pedro Vaz](#) (PS) usou ainda da palavra em defesa da honra da bancada, relativamente a afirmações do Deputado [Pedro Pinto](#) (CH), que deu explicações.

Entretanto, o Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) assinalou a presença nas galerias de um grupo de jovens do Colégio Luso-Internacional do Porto, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [235/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Kildery Eduardo Ferreira Silva, [258/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Miguel Teotónio Pereira, [334/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação) — De pesar pelo falecimento de Paulo Pinheiro), [337/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) — De pesar pelo falecimento do Comendador António dos Ramos, Presidente da Casa de Portugal de São Paulo e [338/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) — De pesar pelo falecimento de Alice Aguiar, menina portuguesa assassinada no Reino Unido, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º [340/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da Declaração dos Direitos da Criança.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da vacina contra o HPV para todas as raparigas e rapazes a partir dos 10 anos de idade e aumento para os 45 anos da idade máxima para completar o esquema vacinal, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs [116/XVI/1.ª](#) (PAN). — Recomenda ao Governo que reforce os direitos das pacientes com diagnóstico de cancro do ovário, [266/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o alargamento de cuidados de saúde em primeira linha a mulheres com cancro nos ovários, [276/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize os dados nacionais relativos à incidência e mortalidade associadas ao cancro do ovário no Registo Oncológico Nacional e que adote medidas que promovam celeridade no

acesso a medicamentos inovadores para os casos sem mutação, [287/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Disponibilização de tratamento para cancro do ovário e [292/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário, que foram aprovados.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [855/XV/1.<sup>a</sup>](#) (Cidadãos) — Alargamento da licença parental, que foi aprovado; os Projetos de Lei n.ºs [248/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental inicial, da licença parental exclusiva do pai, da licença parental em caso de deficiência da criança ou de um dos progenitores, e da dispensa para amamentação ou aleitação, [249/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental e revê a majoração das remunerações de referência para atribuição do subsídio parental inicial, do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica e do subsídio para assistência a neto, [255/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Prevê medidas de reforço da proteção na parentalidade, aprova uma licença parental inicial igualitária de seis meses e aumenta o período de dispensa para amamentação ou aleitação até aos 2 anos da criança e [260/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança, que foram rejeitados. No final, proferiram declarações de voto os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH) e [Marina Gonçalves](#) (PS).

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [206/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Aprova o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que foi aprovado e [259/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Assegura que a procriação medicamente assistida é comparticipada pelo SNS até aos 49 anos de idade, que foi rejeitado, juntamente com os seguintes Projetos de Resolução:

N.º [207/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço da acessibilidade das pessoas com diagnóstico de infertilidade às técnicas de procriação medicamente assistida, que foi aprovado;

N.º [277/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de apoio à fertilidade, que foi aprovado;

N.º [281/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo aumento da idade máxima de acesso para o início de procedimentos de técnicas de procriação medicamente assistida no SNS e criação de um centro público de procriação medicamente assistida na zona Sul do País, que foi aprovado;

N.º [288/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Desbloquear o acesso à procriação medicamente assistida, que foi rejeitado;

N.º [290/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à conclusão do processo de regulamentação das disposições legais que permitem o acesso à gestação de substituição, que foi rejeitado; e

N.º [291/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforço da resposta dos centros públicos de procriação medicamente assistida, que foi aprovado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [81/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que acompanhe consensos internacionais relativos à tributação de grandes fortunas, [199/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que apoie iniciativas internacionais de justiça fiscal e [282/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela justa tributação das grandes fortunas e combate à fuga de capitais.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [161/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Criação de uma rede pública de creches e [169/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Cria o programa rede pública de creches, que foram rejeitados, juntamente com o Projeto de Lei n.º [250/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação anual e atempada dos dados referentes a creches e a amas do Instituto de Segurança Social, que foi aprovado, e o Projeto de Resolução n.º [237/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que altere as regras de inscrição

nas creches aderentes ao programa Creche Feliz dando prioridade a crianças com pais trabalhadores, que foi rejeitado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [46/XVI/1.ª](#) (IL) — Pela liberdade de escolha da creche, [100/XVI/1.ª](#) (IL) — Inclusão das crianças até aos 3 anos no sistema educativo, [170/XVI/1.ª](#) (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, [246/XVI/1.ª](#) (CH) — Modifica o regime do horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares por forma a facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional e [251/XVI/1.ª](#) (L) — Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, incluindo a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbindo o Estado de criar uma rede universal e gratuita de educação na primeira infância, que foram rejeitados, juntamente com o Projeto de Lei n.º [252/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade, que foi aprovado, o Projeto de Lei n.º [256/XVI/1.ª](#) (PAN) — Garante a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo por via da criação de um sistema da educação para a infância, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, que foi rejeitado, e o Projeto de Lei n.º [257/XVI/1.ª](#) (PAN) — Garante a gratuidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuidade das creches, que foi aprovado.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [200/XVI/1.ª](#) (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [201/XVI/1.ª](#) (BE) — Prorroga os prazos para utilização de gâmetas e de embriões resultantes de doações previstos na Lei n.º 48/2019, de 8 de julho, [258/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê a prorrogação do período de utilização de gâmetas e embriões em regime de confidencialidade da identidade civil do dador e [261/XVI/1.ª](#) (PCP) — Prorroga o regime transitório para a utilização de embriões resultantes de doações sob o regime de anonimato.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [123/XVI/1.ª](#) (CH) — Isenta de tributação, em sede de IRS, o trabalho suplementar realizado por profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e [234/XVI/1.ª](#) (BE) — Valorização remuneratória dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, criação de um regime de dedicação plena e de um estatuto de risco e penosidade.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [217/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para os produtores de uva para vinho.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [214/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a eliminação do pagamento de portagens nos troços da A1 situados no concelho de Vila Franca de Xira.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [264/XVI/1.ª](#) (L) — Consagração do Dia Nacional da Banda Desenhada Portuguesa.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [252/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que realize um apelo junto do Governo do reino da Dinamarca para a libertação imediata e não-extradução do ativista ambiental Paul Watson.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [200/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a priorização e investimento na melhoria das instalações de postos e esquadras da GNR e PSP.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [202/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o levantamento, reabilitação e aumento das casas de função para efetivos da PSP e GNR.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [218/XVI/1.ª](#) (L) — Pelo reconhecimento da igualdade de género como fundamento no pedido de asilo em Portugal.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [206/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, [273/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à

revisão das carreiras técnicas especiais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, [233/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais e [251/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à atualização da tabela de honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [124/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda a imediata adoção de medidas com vista à redução do tempo médio de disponibilização e autorização de introdução no mercado de medicamentos inovadores no tratamento do cancro da mama, [125/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de alargamento do rastreio do cancro da mama e de acesso a medicamentos e terapêuticas inovadoras no tratamento da doença, [133/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Celeridade e transparência na disponibilização e acesso a terapêuticas inovadoras e [139/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a adoção de medidas que visem melhorar as condições de acesso a medicamentos inovadores.

Foram votados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD e dois Deputados do CH a intervirem em tribunal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [201/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o investimento em novos programas de policiamento comunitário para comunidades específicas.

Foi apreciada a Petição n.º [54/XIV/1.<sup>a</sup>](#) (Nelson Esteves Gomes e outros) — Pela preservação do ambiente, património e a saúde e qualidade de vida em Covas do Barroso, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [127/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda a suspensão dos processos de mineração previstos para a serra da Argemela, Boticas, Montalegre e Lixa, [272/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a suspensão da exploração de lítio na mina do Barroso, [279/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o cancelamento das concessões de exploração de lítio nas minas do Romano, em Montalegre, e do Barroso, em Boticas, e a proteção da única região classificada pela FAO como património agrícola mundial em Portugal e [284/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela suspensão da vigência do contrato de concessão de exploração da mina do Barroso. Usaram da palavra os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Nelson Brito](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Manuela Tender](#) (CH).

Debateu-se a Petição n.º [213/XV/2.<sup>a</sup>](#) (Mafalda Maria Broguera Ribeiro e outros) — Em defesa dos músicos do Centro Comercial STOP, do Porto, da cultura e da transparência no processo urbanístico, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [274/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Defesa dos músicos e criadores culturais do Centro Comercial STOP e criação do centro cultural e musical do Porto, [280/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a criação da rede de «casa da criação», [285/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede nacional de residências artísticas, o incentivo à criação de residências artísticas em espaços públicos e a declaração de interesse cultural para espaços de criação artística, e [289/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Promover o CC STOP enquanto polo cultural. Proferiram intervenções os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Alberto Machado](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Patrícia Carvalho](#) (CH) e [Jorge Pinto](#) (L).

Deu-se conta de oito Deputados do PSD e de quatro Deputadas do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 40 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 22 e 23/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 273 a 284, 286 a 292, 294 e 295/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 306 a 323, 327 a 333, 337 e 338/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do BE, sobre «Saúde sexual e direitos reprodutivos: menstruação, gravidez e menopausa», foram discutidos e votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 221/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas, que foi aprovado, 268/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Promove os direitos na gravidez e no parto, que foi aprovado, 269/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforçar a saúde, a qualidade de vida e os direitos das mulheres na menopausa, que foi rejeitado, 274/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente, que, a requerimento da IL, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, 280/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, das crianças com regimes alimentares vegetarianos ou veganos e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que foi aprovado, 281/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova a lei da saúde menstrual, que foi rejeitado, 286/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Introduce um regime de faltas justificadas no local de trabalho e em estabelecimentos de ensino quando motivadas por menstruação incapacitante, que foi rejeitado, e 287/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Alarga o âmbito da consulta de planeamento familiar, que passa a abranger a saúde sexual e reprodutiva, da puberdade à menopausa e andropausa, que foi aprovado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 302/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença, que foi rejeitado, 303/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho, que foi aprovado, 325/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado, 329/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, que foi aprovado, 330/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa, que foi aprovado, e 331/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Mariana Mortágua (BE), Rita Matias (CH), Irene Costa (PS), Ana Oliveira (PSD), Joana Cordeiro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), Joana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Ribeiro (CH), Sofia Carreira (PSD), Elza Pais (PS), Andreia Bernardo (PSD), Marisa Matias (BE), Sandra Pereira (PSD), Susana Correia (PS), Marta Martins da Silva (CH), Paula Santos (PCP), Fátima Correia Pinto (PS), Rui Cristina (CH), Ana Abrunhosa (PS), Isabel Fernandes (PSD), Sónia Monteiro e Pedro Pinto (CH), Mário Amorim Lopes (IL), João Paulo Correia (PS) e Francisco Sousa Vieira (PSD).

Deu-se conta de três Deputados do PSD, de um Deputado do PS e de um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 59 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 44 (2024.10.04)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 285, 293, 296 a 300, 302 e 304/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 324 a 326, 334 a 336 e 339 a 341/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do L.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Pedro Nuno Santos (PS), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Hugo Soares (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um grupo de 30 cidadãos de Penacova e de um grupo de alunos e professores da Escola Profissional da Região Alentejo.

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se a um debate conjunto, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência húngara do Conselho da União Europeia e sobre o relatório anual quanto ao acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, previstos na alínea c) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, juntamente com a apreciação do Projeto de Resolução n.º 318/XVI/1.<sup>a</sup> (CAE) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023». Intervieram, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados Telmo Faria e Paulo Moniz (PSD), Ana Sofia Antunes e Eduardo Pinheiro (PS), Nuno Simões de Melo e João Tilly (CH), Bernardo Blanco (IL), Fabian Figueiredo (BE), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

Ao abrigo do mesmo artigo do Regimento, procedeu-se a um debate, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea b) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Nuno Sampaio) e da Secretária de Estado da Defesa Nacional (Ana Isabel Xavier), que abriram o debate, os Deputados Liliana Reis (PSD), José Costa (PS), Bruno Nunes e Diogo Pacheco de Amorim (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que deu explicações no seguimento de um pedido de defesa da honra da bancada exercido pelo Deputado António Filipe (PCP)

Deu-se conta de três Deputados do PSD, três Deputados do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 1 minuto.



## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PAN, sobre «Proteção e bem-estar animal em Portugal», procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º 293/XVI/1.ª (PAN) — Propõe a realização de um referendo sobre a abolição das touradas em Portugal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 270/XVI/1.ª (PAN) — Pela promoção da proteção de crianças e jovens da violência da tauromaquia, interditando a assistência e a participação a menores de 16 anos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 8/XVI/1.ª (PAN) — Densifica e alarga a tutela criminal dos animais, alterando o Código Penal, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias;

Projeto de Lei n.º 217/XVI/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de resgate animal («112 animal») e de equipas e infraestruturas de resgate animal, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias;

Projeto de Resolução n.º 226/XVI/1.ª (PAN) — Consagra o dia 18 de julho como o Dia Nacional do Resgate Animal, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 227/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um programa «112 animal» que integre equipas de socorro e resgate animal, hospitais de campanha e demais meios de socorro animal em situação de emergência, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 216/XVI/1.ª (PAN) — Prevê a criação de planos de emergência internos para todos os alojamentos que detêm animais e criminaliza a recusa de acesso para resgate e salvamento dos mesmos em caso de emergência, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias;

Projeto de Lei n.º 262/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, o Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, procedendo à inclusão de medidas especiais que permitam a criação de equipas municipais de socorro animal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 277/XVI/1.ª (BE) — Impede o apoio institucional à realização de touradas e outros espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 278/XVI/1.ª (BE) — Interdita a menores o trabalho em atividades tauromáquicas, profissionais ou amadoras, assim como a assistência a eventos tauromáquicos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 282/XVI/1.ª (PCP) — Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 285/XVI/1.ª (L) — Cria o conselho nacional para o bem-estar e proteção animal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 293/XVI/1.ª (CH) — Reforça a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 328/XVI/1.ª (L) — Recomenda a abolição do transporte marítimo de animais vivos para países terceiros no prazo máximo de dois anos, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gonçalo Valente](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Carlos Reis](#) (PSD), [Pedro Correia](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Palmira Maciel](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Sousa](#) (PS), [Sonia dos Reis](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Raquel Ferreira](#) (PS) e [Diva Ribeiro](#) (CH).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, do Vice-Presidente da Comissão de Integração Europeia do Parlamento da Ucrânia, Vadym Galaichuk, e respetiva delegação, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Deu-se ainda conta de cinco Deputados do PSD, cinco Deputados do PS e dois Deputados do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Procedeu-se à leitura dos Projetos de Voto n.ºs [329/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Emílio da Silva, Coronel Engenheiro do Exército, [347/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pela morte do Dr. Paulo Manuel Cachado Gomes Oliveira, [355/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Embaixador João Diogo Nunes Barata e [360/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Rogério de Carvalho. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [361/XVI/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação pelo Dia Internacional da Mulher Rural, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [283/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento da capacidade da oferta pública de creches.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [127/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a suspensão dos processos de mineração previstos para a Serra da Argemela, Boticas, Montalegre e Lixa, [272/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a suspensão da exploração de lítio na Mina do Barroso, [279/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda o cancelamento das concessões de exploração de lítio nas minas do Romano, em Montalegre, e do Barroso, em Boticas, e a proteção da única região classificada pela FAO como Património Agrícola Mundial em Portugal e [284/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela suspensão da vigência do contrato de concessão de exploração da mina do Barroso.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [274/XVI/1.ª](#) (PCP) — Defesa dos músicos e criadores culturais do Centro Comercial STOP e criação do centro cultural e musical do Porto.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [280/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação da rede de «Casa da Criação» e [285/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede nacional de residências artísticas, o incentivo à criação de residências artísticas em espaços públicos e a declaração de interesse cultural para espaços de criação artística.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [289/XVI/1.ª](#) (BE) — Promover o CC STOP enquanto polo cultural.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [318/XVI/1.ª](#) (CAE) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023».

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [144/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila, [143/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, [288/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Boliqueime à categoria de vila, [289/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de

Salir de Matos à categoria de vila, [290/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila e [292/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da vila de Almancil à categoria de cidade.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PSD e pelo PS, respetivamente, solicitando a baixa à Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [189/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila e [291/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila.

Foi aprovada a [Conta de Gerência da Assembleia da República de 2023](#).

Foi aprovado o [Orçamento da Assembleia da República para 2025](#).

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [337/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Designação de fiscal único para a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social e [338/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Designação de fiscal único para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [155/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Clarifica, autonomiza e aumenta o direito de consignação fiscal em sede de IRS a favor de associações zoófilas, alterando a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, e a Lei n.º 35/98, de 18 de julho.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [257/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo português que apele à libertação de Boris Kagarlitsky e que manifeste a disponibilidade de Portugal para o acolher enquanto exilado político.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar uma Deputada do CH a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 343, 344, 351, 352 e 354/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 53 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 46 (2024.10.10)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 301, 303, 305 a 310, 312 a 319 e 321/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 342, 345 a 350, 353 e 356 a 378/XVI/1.<sup>a</sup>.

Em interpeleção à Mesa, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) exprimiram as suas posições relativamente à decisão do Presidente de não permitir que os bombeiros sapadores que estivessem fardados assistissem à sessão plenária nas galerias. Depois de dar explicações, o Presidente tomou a decisão de, a título excecional, permitir que os referidos bombeiros pudessem assistir ao Plenário nas galerias.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos às suspensões do mandato e substituições de um Deputado do PSD e de um Deputado do PCP.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PCP, foram discutidos e posteriormente aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [207/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido e [208/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) —

Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional. Intervieram, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Ricardo Lima](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [António Rodrigues](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Fernando José](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Eliseu Neves](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Graça](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [André Rijo](#) (PS) e [Jorge Galveias](#) (CH).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) evocou o centenário do nascimento do ex-Deputado socialista [Alberto Oliveira e Silva](#), a par da celebração dos 120 anos do nascimento do Presidente da Assembleia Constituinte, [Henrique de Barros](#), tendo sido aplaudido pela Câmara.

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD e dois Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 311 e 320/XVI/1.ª.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 17 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 47 (2024.10.11)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 380/XVI/1.ª, do Projeto de Lei n.º 323/XVI/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 24 e 25/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 2/XVI/1.ª.

Ao abrigo do artigo 227.º do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º 3/XVI/1.ª (L) — *Passe Ferroviário Nacional e investimento na ferrovia em Portugal*, tendo proferido as intervenções de abertura a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e o Ministro das Infraestruturas e Habitação ([Miguel Pinto Luz](#)).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Marisa Matias](#) (BE), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Torres](#) (PS), [Marco Claudino](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Ventura](#) (PSD), [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Raul Melo](#) (CH), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo Costa](#) (PS) e [Manuela Tender](#) (CH).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Rui Tavares](#) (L) e o Ministro das Infraestruturas e Habitação.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 39 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado do PCP.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «Os incêndios e falhas no seu combate». Depois de a Deputada [Rita Matias](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado da Proteção Civil (Paulo Simões Ribeiro), os Deputados [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo Pinheiro](#) (PS) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).

Procedeu-se à discussão, e posterior votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º [22/XVI/1.ª](#) (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, que foi aprovada;

Projeto de Lei n.º [295/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [296/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental no sentido de aditar medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [300/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [306/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo um plano de ação para a renaturalização, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios nas áreas ardidas em Portugal, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [307/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas e confinantes do território nacional para a recuperação da fauna e dos seus habitat naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [308/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [309/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [336/XVI/1.ª](#) (BE) — Intervenção urgente nas áreas ardidas nos incêndios de setembro de 2024 para apoio às populações, estabilização dos solos e reconversão florestal, que foi rejeitado;

*Projeto de Resolução n.º 339/XVI/1.ª (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios, que foi aprovado.*

*Intervieram a diverso título, além do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), os Deputados Mariana Leitão (IL), Maria José Aguiar (CH), Amílcar Almeida (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), António Pinto Pereira (CH), Alfredo Maia (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Isabel Mendes Lopes (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fátima Correia Pinto (PS), Marcus Santos (CH), António Alberto Machado (PSD), Carlos Brás (PS), Pedro Pinto (CH) e Rui Tavares (L).*

*Entretanto, o Presidente anunciou a presença, nas galerias, de um grupo de 60 jovens e professores do Colégio Integrado Monte Maior, de Loures, que foram aplaudidos pela Câmara.*

*Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 23/XVI/1.ª (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas, que, a requerimento do PSD, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, juntamente com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 219/XVI/1.ª (IL) — Cria o visto humanitário, que foi aprovado, 220/XVI/1.ª (IL) — Regime de transição relativo à nova lei de imigração, que foi aprovado, e 302/XVI/1.ª (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias. Proferiram intervenções, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados André Ventura (CH), Fabian Figueiredo (BE), Mariana Leitão e Rodrigo Saraiva (IL), Cristina Rodrigues (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Inês de Sousa Real (PAN), António Filipe (PCP), António Rodrigues (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Muacho (L), Ana Sofia Antunes (PS) e Rui Tavares (L).*

*Deu-se conta de quatro Deputados do PSD e de seis Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.*

*Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 369/XVI/1.ª (apresentado pelo PCP e PS) — De pesar pelo falecimento de Guilherme da Fonseca, 371/XVI/1.ª (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Carlos Pina, Bruno Neto e Fernanda Júlia Soares e 374/XVI/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Irmã Maria da Conceição de Jesus Laranjeiro, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.*

*Foram aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Voto n.ºs 370/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Amália Rodrigues, nos 25 anos do seu falecimento, 375/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Maria Manuela Aguiar, pela sua dedicação às comunidades portuguesas e 379/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Mental.*

*Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 216/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que priorize as negociações para o aumento das quotas de pesca portuguesas, assim como aprofunde conversações com vista à criação de quotas específicas para as regiões ultraperiféricas.*

*Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 240/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo realização gratuita de rastreio da imunodeficiência combinada grave a todos os bebés recém-nascidos em Portugal que realizem o rastreio neonatal, 241/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a continuidade de implementação da rede de bancos de leite materno,*

em cumprimento do disposto na lei, e [253/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Institui o dia 22 de dezembro como dia nacional do técnico auxiliar de saúde.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [2/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais.

Foi igualmente aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [129/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a concretização do bloco de rega de Reguengos e o desenvolvimento do projeto do bloco de regas de Mourão e [195/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que ative os procedimentos necessários para adjudicar a totalidade das obras previstas no Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz e cumpra a totalidade das metas fixadas no Programa Nacional de Regadios.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS e uma Deputada do CH a intervir em tribunal.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [10/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, e do Projeto de Lei n.º [279/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de caixa e protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio). Intervieram no debate, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Rui Afonso](#) (CH), [Luís Newton](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Marisa Matias](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Pedro Coelho](#) (PSD) e [Eduardo Teixeira](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º [216/XV/2.<sup>a</sup>](#) (Sindicato Nacional do Ensino Superior) — Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [284/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa e com os Projetos de Resolução n.ºs [314/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que cesse com as discrepâncias existentes entre investigadores na FCT, [323/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, [326/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior e [327/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior. Intervieram no debate os Deputados [Filipa Pinto](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Germana Rocha](#) (PSD) e [Daniel Teixeira](#) (CH).

Após ter sido anunciada a retirada das Propostas de Lei n.ºs 5 e [12/XVI/1.<sup>a</sup>](#), deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º [26/XVI/1.<sup>a</sup>](#), dos Projetos de lei n.ºs 322 e 324 a [327/XVI/1.<sup>a</sup>](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs 355, 379, 381 a [387/XVI/1.<sup>a</sup>](#).

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 49 (2024.10.17)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Deliberação n.ºs 12 e 13/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 328 a 341/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 389 e 390 a 395/XVI/1.ª, bem como do Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PCP.

Procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Depois de o Primeiro-Ministro ter aberto o debate, intervieram, para fazer perguntas, os Deputados Regina Bastos e Ricardo Carvalho (PSD), Manuel Pizarro e João Paulo Rebelo (PS), Ricardo Dias Pinto e António Pinto Pereira (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Mariana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN), a que o Primeiro-Ministro, posteriormente, respondeu.

O Presidente encerrou a sessão eram 10 horas e 26 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 50 (2024.10.17)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 14/XVI/1.ª.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 309/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida e 315/XVI/1.ª (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos e com os Projetos de Resolução n.ºs 350/XVI/1.ª (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 361/XVI/1.ª (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, 368/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos e 377/XVI/1.ª (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde. Intervieram no debate os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Rui Cristina (CH), Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Marisa Matias (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Susana Correia (PS), Ana Oliveira (PSD), Sandra Ribeiro (CH), Mariana Vieira da Silva (PS) e Isabel Mendes Lopes (L).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de um grupo de 50 alunos e professores da Escola Profissional do Vale do Tejo, Santarém, e ainda de um grupo de 13 alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. João V, Damaia, que foram aplaudidos pela Câmara.



Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [247/XVI/1.ª](#) (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024, [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de Direito na República Bolivariana da Venezuela, [312/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e na perseguição política na Venezuela, [356/XVI/1.ª](#) (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano, [359/XVI/1.ª](#) (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e [369/XVI/1.ª](#) (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Manuel Magno](#) (CH), [Paulo Neves](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Paula de Medeiros](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [263/XVI/1.ª](#) (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Vanessa Barata](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [160/XVI/1.ª](#) (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, [324/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela, [349/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela, [357/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do parque natural da Serra da Estrela, [363/XVI/1.ª](#) (PCP) — Programa de Valorização da Serra da Estrela, [366/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um Plano de Reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela e [370/XVI/1.ª](#) (L) — Por um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Ribeiro](#) (CH) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS).

Deu-se conta de três Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da retirada do Projeto de Lei n.º 310/XVI/1.ª e da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 14/XVI/1.ª.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [101/XVI/1.ª](#) (L) — Aprova a carta dos direitos da cidadania sénior, [307/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova a carta dos direitos da pessoa idosa e [312/XVI/1.ª](#) (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [347/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas que contribuam para a consciencialização e prevenção da violência e outros crimes praticados contra pessoas idosas, [348/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal, [358/XVI/1.ª](#) (BE) — Criação de respostas públicas na área do envelhecimento, reconhecimento do direito ao cuidado e reforço dos direitos de cuidadores e [364/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Armando Grave](#) (CH), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Elza Pais](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Patrícia Faro](#) (PS).

Entretanto, a Presidente ([Teresa Morais](#)) assinalou a presença, nas galerias, de um grupo de 50 alunos e professores da Escola Profissional do Vale do Tejo, em Santarém, e de um grupo de 61 cooperantes da Cooperativa Elétrica do Vale d'Este, em Vila Nova de Famalicão, que foram aplaudidos pela Câmara.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [4/XVI/1.ª](#) (PCP) — Aprova o regime especial de proteção da habitação arrendada, [5/XVI/1.ª](#) (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, [142/XVI/1.ª](#) (CH) — Cria a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor da banca, para fazer face à escalada inflacionista de preços no setor da habitação, [306/XVI/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação e [320/XVI/1.ª](#) (L) — Alarga os apoios às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito e protege as pessoas em vulnerabilidade habitacional, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [346/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS, [360/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de controlo de rendas para defender o direito à habitação e [372/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação. Proferiram intervenções os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Ricardo Araújo](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [205/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera o regime de atualização anual das pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, [305/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao

da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de Outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, [313/XVI/1.ª](#) (PCP) — Melhora as condições de atribuição do complemento solidário para idosos e altera a regra do mecanismo de atualização anual das pensões, [314/XVI/1.ª](#) (CH) — Procede à atualização dos rendimentos que devem ser considerados para efeitos de cálculo do montante pago a título de complemento solidário para idosos, [316/XVI/1.ª](#) (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e [344/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo alargamento dos beneficiários dos benefícios adicionais de saúde. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Felicidade Vital](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Roque](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos os Projetos de Resolução n.ºs [294/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior e [152/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da carreira de investigação científica nos Laboratórios de Estado, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [311/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da ação social escolar e [317/XVI/1.ª](#) (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs [342/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do ensino superior, [343/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no ensino superior e que crie um suplemento que suporte estes custos, [345/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela disponibilização de fundos públicos para ação social indireta a todas as instituições de ensino superior públicas sob a forma de fundações públicas com regime de direito privado, [365/XVI/1.ª](#) (PCP) — Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica, [367/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estenda as medidas de ação social escolar aos alunos carenciados que frequentam o ensino particular e cooperativo, [371/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado, da FCT e a criação de um fundo estratégico para a Ciência e Tecnologia, [375/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos Laboratórios do Estado e [376/XVI/1.ª](#) (BE) — Promover o acesso ao ensino superior e reforçar a ação social escolar. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Ferreira](#) (PS), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [José Carvalho](#) (CH), [Sonia dos Reis](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram apreciados os Projetos de Resolução n.ºs [57/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação de um programa de melhoria do atendimento e acompanhamento das vítimas violência sexual no Serviço Nacional de Saúde e [271/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [308/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de acesso à saúde, [318/XVI/1.ª](#) (L) — Cria um plano nacional de promoção da segurança digital e presencial de crianças e jovens, [319/XVI/1.ª](#) (L) — Introduce o crime de ciberviolência e [321/XVI/1.ª](#) (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal) e com o Projeto de Resolução n.º [362/XVI/1.ª](#)

(PCP) — Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos. Intervieram no debate os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Elza Pais](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Tânia Mateus](#) (PCP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paula Cardoso](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rita Matias](#) (CH) e [Raquel Ferreira](#) (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 342/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 396 a 399/XVI/1.<sup>a</sup> e 400 a 402/XVI/1.<sup>a</sup>, bem como da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária, de sete Deputados do PSD.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 16 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 52 (2024.10.19)

### SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para um juiz do Tribunal Constitucional e dois membros da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, e posterior aprovação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, da Proposta de Lei n.º 21/XVI/1.<sup>a</sup> — Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2022/2523, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões. Usaram da palavra, a diverso título, a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)) e os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Carlos Pereira](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), e [Paula Santos](#) (PCP).

Foi discutida, na generalidade, e posteriormente rejeitada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 11/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código do IRC, quanto ao requisito da dupla tributação económica. Intervieram no debate, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, os Deputados [Francisco Pimentel](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Jamila Madeira](#) (PS), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 25/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o regime jurídico das autarquias locais, em matéria de publicidade das deliberações, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 232/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a publicação da portaria que fixa a tabela de custos para a publicação das decisões autárquicas nos órgãos de comunicação social locais e regionais, que foram aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território ([Hernâni Dias](#)) e do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)), os Deputados [Francisco Gomes](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#)

(PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [José Barreira Soares](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Ricardo Araújo](#) (PSD), [Walter Chicharro](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária, tendo sido eleitas as candidatas propostas para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública e não eleita a candidata proposta para juíza do Tribunal Constitucional.

Foram lidos os Projeto de Voto n.ºs [384/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Casimiro Rosa e [393/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Clésio Patrício Moreira Ricardo, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs [391/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional) — De congratulação às Forças Nacionais Destacadas e [392/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo Dia Mundial dos Cuidados Paliativos.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [13/XVII/1.ª](#) (PAR) — Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XVI Legislatura.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [14/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [10/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, tendo sido rejeitado o Projeto de Lei n.º [279/XVII/1.ª](#) (PCP) — Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de caixa e protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio).

Em votação, na generalidade, foi aprovado o Projeto de Lei n.º [284/XVII/1.ª](#) (L) — Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [314/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que cesse com as discrepâncias existentes entre investigadores na FCT e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [323/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, [326/XVII/1.ª](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior e [327/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior.

Em votação, na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [298/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos, foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [309/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida e [315/XVII/1.ª](#) (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [350/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [361/XVII/1.ª](#) (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, [368/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos e [377/XVII/1.ª](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde.

Em votação, na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [247/XVII/1.ª](#) (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024; foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [244/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela e [312/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que

continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e da perseguição política na Venezuela; foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 356/XVI/1.ª (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano; e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 359/XVI/1.ª (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e 369/XVI/1.ª (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

No final, proferiram declarações de voto sobre esta temática os Deputados Rui Rocha (IL), Hugo Soares (PSD), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), João Paulo Rebelo (PS), Rui Tavares (L) e Pedro Pinto (CH).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 263/XVI/1.ª (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração.

Em votação, na generalidade, foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 160/XVI/1.ª (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, 324/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela e 349/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela; foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 357/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do Parque Natural da Serra da Estrela; foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 363/XVI/1.ª (PCP) — Programa de valorização da Serra da Estrela e 366/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um Plano de Reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela; e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 370/XVI/1.ª (L) — Por um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 101/XVI/1.ª (L) — Aprova a carta dos direitos da cidadania sénior, 307/XVI/1.ª (PAN) — Aprova a carta dos direitos da pessoa idosa e 312/XVI/1.ª (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos.

Em votação, na generalidade, foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 347/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas que contribuam para a consciencialização e prevenção da violência e outros crimes praticados contra pessoas idosas e 348/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal, tendo sido rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 358/XVI/1.ª (BE) — Criação de respostas públicas na área do envelhecimento, reconhecimento do direito ao cuidado e reforço dos direitos de cuidadores e 364/XVI/1.ª (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos.

Em votação, na generalidade, foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 4/XVI/1.ª (PCP) — Aprova o regime especial de proteção da habitação arrendada, 5/XVI/1.ª (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação e 142/XVI/1.ª (CH) — Cria a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor da banca, para fazer face à escalada inflacionista de preços no setor da habitação, tendo sido

aprovado o requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 306/XVI/1.ª (PAN) — Proceda à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação; foram igualmente rejeitados o Projeto de Lei n.º 320/XVI/1.ª (L) — Alarga os apoios às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito e protege as pessoas em vulnerabilidade habitacional e os Projetos de Resolução n.ºs 346/XVI/1.ª (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS e 360/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de controlo de rendas para defender o direito à habitação, tendo sido ainda aprovado o Projeto de Resolução n.º 372/XVI/1.ª (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação.

Em votação, na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Lei n.º 205/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime de atualização anual das pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações; foi aprovado o Projeto de Lei n.º 305/XVI/1.ª (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 313/XVI/1.ª (PCP) — Melhora as condições de atribuição do complemento solidário para idosos e altera a regra do mecanismo de atualização anual das pensões e 314/XVI/1.ª (CH) — Proceda à atualização dos rendimentos que devem ser considerados para efeitos de cálculo do montante pago a título de complemento solidário para idosos; foi aprovado o Projeto de Lei n.º 316/XVI/1.ª (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações; e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 344/XVI/1.ª (PAN) — Pelo alargamento dos beneficiários dos benefícios adicionais de saúde.

No final, proferiram declarações de voto sobre estas iniciativas relativas às pensões os Deputados José Moura Soeiro (BE), Isabel Mendes Lopes (L) e Alfredo Maia (PCP).

Em votação, na generalidade, foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 294/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior e 152/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da carreira de investigação científica nos laboratórios de Estado; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 311/XVI/1.ª (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar e 317/XVI/1.ª (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes; foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 342/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do ensino superior e 343/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no ensino superior e que crie um suplemento que suporte estes custos; foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 345/XVI/1.ª (PAN) — Pela disponibilização de fundos públicos para ação social indireta a todas as instituições de ensino superior públicas sob a forma de fundações públicas com regime de direito privado; foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 365/XVI/1.ª (PCP) — Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica, 367/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o Ensino Particular e Cooperativo e 375/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do

Estado; e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 376/XVI/1.ª (BE) — Promover o acesso ao ensino superior e reforçar a ação social escolar.

Em votação, na generalidade, foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 57/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de um programa de melhoria do atendimento e acompanhamento das vítimas violência sexual no Serviço Nacional de Saúde e 271/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 308/XVI/1.ª (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de acesso à saúde e 318/XVI/1.ª (L) — Cria um plano nacional de promoção da segurança digital e presencial de crianças e jovens; foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores das iniciativas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 319/XVI/1.ª (L) — Introduce o crime de ciberviolência e 321/XVI/1.ª (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal); e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 362/XVI/1.ª (PCP) — Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 255/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da lei sobre propagação da virtude e prevenção do vício e o apartheid de género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres, 275/XVI/1.ª (IL) — Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime Talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas «crime contra a humanidade», 286/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs e 296/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 295/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede de postos de atendimento nas cidades de maior densidade de emigração portuguesa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 299/XVI/1.ª (IL) — Recomenda que o Governo inicie o procedimento, junto do Conselho da União Europeia, para que a Guarda Revolucionária Iraniana seja designada como uma organização terrorista.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 176/XVI/1.ª (CH) — Pela construção de um matadouro no Algarve e 335/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a operacionalização de matadouros móveis.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 156/XVI/1.ª (CH) — Proceda ao aumento da consignação de IRS para um conjunto de entidades e procede à inclusão expressa das associações de proteção animal no âmbito das entidades elegíveis.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Resolução n.º 236/XVI/1.ª (PAN) — Pelo reconhecimento e registo da colónia de gatos («Gatos Parlamentares») residente nos jardins do Palácio de S. Bento.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 170/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação do Plano Ferroviário Nacional.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 20/XVI/1.ª (GOV) — Proceda à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública.



Deu-se conta de sete Deputados do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 17 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 53 (2024.10.24)

### SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 343 e 344/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 403 a 407/XVI/1.<sup>a</sup>.

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL), aludindo a acontecimentos recentes na Cova da Moura, falou sobre o papel do Estado nas áreas da liberdade e da segurança. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) defendeu que, perante a morte de Odair Moniz, a única atitude compatível com a República é a da justiça e da igualdade. Em seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Entretanto, a Presidente ([Teresa Morais](#)) saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) criticou o Plano de Ação para a Comunicação Social do Governo, que considerou prejudicial para o serviço público de comunicação social. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Costa](#) (PS), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Filipa Pinto](#) (L) abordou a decisão do Governo de libertar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento de «amarras ideológicas», vincando o facto de o Estado dever ajudar os pais no ensino do respeito pelos direitos humanos. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Tânia Mateus](#) (PCP), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Pedro Correia](#) (CH), [Pedro Alves](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Joana Mortágua](#) (BE)

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) condenou os recentes casos de violência ocorridos na região de Lisboa e criticou a posição tomada por Deputados de outras bancadas relativamente ao sucedido. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Alexandre Poço](#) (PSD) recordou a recente realização do 42.º Congresso Nacional do PSD, com a reeleição de Luís Montenegro como Presidente e a eleição dos novos órgãos, e destacou as reformas que o seu partido tem levado a cabo desde que está no Governo. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marisa](#)

*Matias (BE), Rui Tavares (L), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Rodrigo Saraiva (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Francisco César (PS).*

*Entretanto, a Presidente (Teresa Morais) anunciou a presença do Grupo Coral de Ourique e do Grupo Cantares de Évora nas galerias, que foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.*

*Em declaração política, o Deputado Marcos Perestrello (PS) referiu-se a alegadas ofensas dirigidas pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e outros militares na base aérea de Figo Maduro, considerando que se exige um esclarecimento e um pedido de desculpas. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Hugo Soares (PSD), Marisa Matias (BE) e Nuno Simões de Melo (CH).*

*Em declaração política, o Deputado André Ventura (CH) prestou homenagem a agentes da polícia que perderam a vida no cumprimento do dever, criticando os ataques às forças de segurança. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Mariana Leitão (IL), Pedro Delgado Alves (PS) e Rui Tavares (L).*

*Em declaração política, a Deputada Inês de Sousa Real (PAN) falou do retrocesso nos direitos e na proteção dos animais no País, com a falta de investimento do Governo nessa matéria. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Palmira Maciel (PS), Gonçalo Valente (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Fabian Figueiredo (BE) e Alfredo Maia (PCP).*

*Deu-se conta de três Deputados do PS e quatro Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.*

*A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 18 horas e 55 minutos.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 54 (2024.10.25)**

### **SUMÁRIO**

*A Presidente (Teresa Morais) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.*

*Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato e substituição de um Deputado do PSD, e à suspensão de mandato e substituição de um Deputado do PCP.*

*Em interpelação à Mesa, os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Pinto (CH), Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Hugo Soares (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L) e Mariana Leitão (IL) teceram considerações sobre afirmações proferidas pelo Deputado Pedro Pinto (CH) num debate televisivo, tendo a Presidente (Teresa Morais) remetido o assunto para Conferência de Líderes.*

*Procedeu-se ao debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados Mariana Leitão (IL), Marisa Matias (BE), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Rui Paulo Sousa (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Henrique Rocha de Freitas (CH), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Rui Tavares (L).*

*Entretanto, a Presidente (Teresa Morais) assinalou, e a Câmara aplaudiu, a presença, nas galerias: de uma delegação da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, composta pelo Diretor-Geral, Celso Neto, e pela Diretora-Geral Adjunta, Lucíola da Silveira e Palos, e acompanhada pela Secretária-Geral da Assembleia da República; de 56 cooperantes*

da Cooperativa Elétrica do Vale d'Este, em Vila Nova de Famalicão; de um grupo de 35 alunos e professores da Escola Básica de Rans, em Penafiel; e de um grupo de 61 alunos e professores da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real.

Ao abrigo do [artigo 239.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate sobre o Relatório Anual do Provedor de Justiça de 2023. Proferiram intervenções os Deputados [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Vanessa Barata](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º [227/XV/2.ª](#) (Mónica Sofia Rodrigues Pereira e outros) — VIVER o recreio escolar, sem ecrãs de smartphones!, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [330/XVI/1.ª](#) (BE) — Promove uma escola sem ecrãs de smartphones nos primeiros níveis de ensino, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro e [338/XVI/1.ª](#) (PAN) — Promove o uso saudável de tecnologias nas escolas, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, e com os Projetos de Resolução n.ºs [142/XVI/1.ª](#) (PCP) — Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social, [388/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da reflexão e ação sobre o impacto dos telemóveis em ambiente escolar, [391/XVI/1.ª](#) (L) — Por melhores condições para brincar e para estar na escola e [392/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil. Usaram da palavra os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Palmira Maciel](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tânia Mateus](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Gonçalo Valente](#) (PSD), [Filipa Pinto](#) (L), [Luísa Areosa](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Manuela Tender](#) (CH) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º [219/XV/2.ª](#) (Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista e outros) — Solicitam medidas contra a violência na escola e reforço da paz e segurança, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [329/XVI/1.ª](#) (BE) — Isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde, [333/XVI/1.ª](#) (L) — Promove medidas para combate à violência em contexto escolar, [336/XVI/1.ª](#) (PAN) — Afirma as escolas como um espaço seguro, livre de todas as formas de discriminação, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e [337/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior, e os Projetos de Resolução n.ºs [130/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar, [153/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção, [208/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens, [304/XVI/1.ª](#) (L) — Pela valorização e qualificação das carreiras de assistente técnico e de assistente operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola, [389/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de prevenção e combate à violência nas escolas, [390/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar, e [393/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de promoção da segurança e combate à discriminação nas escolas. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ângela Almeida](#) (PSD), [Marcus Santos](#) (CH), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Deu-se conta de três Deputados do PSD e um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 22 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 55 (2024.10.26)

### SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado do PCP.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PS, sobre o «Plano Orçamental Estrutural de Médio Prazo 2025-2028 entregue em Bruxelas». Depois de o Deputado António Mendonça Mendes (PS) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmiento), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD) e [Sérgio Ávila](#) (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 421/XVII/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial com a presença do Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), que, após ter proferido a intervenção de abertura, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Isabel Ferreira](#), [Sofia Canha](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Pedro Alves](#), [Ana Gabriela Cabilhas](#) e [Inês Barroso](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) e [Manuela Tender](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Entretanto, o Presidente (Marcos Perestrello) assinalou a presença nas galerias de um grupo de 54 alunos e professores do Colégio Nossa Senhora da Paz, do Porto, e de um grupo de 38 alunos e professores da Escola Secundária de Rocha Peixoto, da Póvoa do Varzim, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [408/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Gustavo Gutiérrez Merino, [409/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Tito Olívio Henriques e [412/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De pesar pela morte de Marco Paulo, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [394/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República aos Países Baixos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [421/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [371/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado e da FCT.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [330/XVII/1.ª](#) (BE) — Promove uma escola sem ecrãs de smartphones nos primeiros níveis de ensino, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e [338/XVII/1.ª](#) (PAN) — Promove o uso saudável de tecnologias nas escolas, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [142/XVII/1.ª](#) (PCP) — Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [388/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da reflexão e ação sobre o impacto dos telemóveis em ambiente escolar, [391/XVII/1.ª](#) (L) — Por melhores condições para brincar e para estar na escola e [392/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [329/XVII/1.ª](#) (BE) — Isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projeto de Lei n.ºs [333/XVII/1.ª](#) (L) — Promove medidas para combate à violência em contexto escolar e [336/XVII/1.ª](#) (PAN) — Afirma as escolas como um espaço seguro, livre de todas as formas de discriminação, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [337/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [130/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar, [153/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção, [208/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e conseqüente diminuição de violência contra crianças e jovens, e [304/XVII/1.ª](#) (L) — Pela valorização e qualificação das carreiras de assistente técnico e de assistente operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [389/XVII/1.ª](#) (PCP) — Medidas de prevenção e combate à violência nas escolas.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [390/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [393/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de promoção da segurança e combate à discriminação nas escolas.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [243/XVII/1.ª](#) (L) — Em solidariedade com as mulheres do Irão na luta pela liberdade, [297/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas e [384/XVII/1.ª](#) (BE) — Apoio às mulheres do Irão e à sua luta pela liberdade.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [379/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda que o Governo continue a apoiar a Ucrânia na sua defesa contra a agressão russa e reforce os esforços diplomáticos, económicos e militares em coordenação com os seus parceiros internacionais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [398/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que declare Israel Katz, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, persona non grata em Portugal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [401/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda a revisão da legislação referente à emissão das licenças para redes de tresmalho «majoeiras».

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [280/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação da rede de «Casa da Criação».

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [22/XVII/1.ª](#) (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em

setembro de 2024, relativamente ao qual foi também aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 220/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Regime de transição relativo à nova lei de imigração, relativamente ao qual foi também aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Mariana Leitão](#) (IL), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º da proposta de alteração do PS ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Proposta de Lei n.º 19/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Proceda à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da Segurança Social, no seguimento do qual usaram da palavra os Deputados [Ana Bernardo](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Felicidade Vital](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Carla Barros](#) (PSD) e [Alfredo Maia](#) (PCP). A Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) declarou eventual conflito de interesses em relação à matéria em discussão. Após ter sido rejeitada, na especialidade, a proposta avocada pelo Plenário, foi aprovado, em votação final global, aquele texto final.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 325/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar um Deputado do CH e uma Deputada do BE a intervir em tribunal.

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta sessão plenária de 11 Deputados do PSD e 5 Deputados do PS.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 32 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 56 (2024.10.31)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 30/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 345 a 347/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 408 a 420 e 422 a 429/XVI/1.<sup>a</sup> e da Apreciação Parlamentar n.º 3/XVI/1.<sup>a</sup>.

De seguida, o Presidente assinalou, e a Câmara aplaudiu, a presença, nas galerias: de um grupo de 13 autarcas da Póvoa de Lanhoso; de um grupo de 26 alunos e professores do Colégio Externato Imaculada Conceição, na Maia; de um grupo de 12 alunos e professores da Escola Secundária de Sacavém; de um grupo de 53 alunos e professores da Escola Secundária Vergílio Ferreira, em Lisboa; de um grupo de 45 alunos e professores da Escola Secundária Rainha Dona Leonor, em Lisboa; de um grupo de 14 presidentes de juntas de

freguesia do concelho de Guimarães; e de um grupo de alunos do Colégio Heliântia, em Vila Nova de Gaia.

Na abertura do debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 8/XVI/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e 26/XVI/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, usou da palavra o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Hugo Soares (PSD), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Neto Brandão (PS), Eva Brás Pinho (PSD), Pedro Pinto (CH), Bernardo Blanco (IL), José Moura Soeiro (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L), Francisco César (PS), Andreia Neto (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH), Mariana Leitão (IL), Miguel Iglésias (PS), Marisa Matias (BE), Isaura Morais (PSD), Mariana Vieira da Silva (PS), Cristina Rodrigues (CH), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Maria Begonha (PS), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Rui Cristina (CH), Isabel Ferreira (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Mara Lagriminha Coelho (PS), Miguel Guimarães (PSD), Pedro Vaz (PS), Maria José Aguiar (CH), Miguel Matos (PS), Paulo Moniz (PSD), Nuno Fazenda (PS), Pedro Coelho (PSD), Luís Graça e Elza Pais (PS), Rui Paulo Sousa (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rodrigo Saraiva (IL), Filipe Melo (CH), João Vale e Azevedo (PSD), Joana Mortágua (BE), António Mendonça Mendes (PS), Filipa Pinto (L) e Rita Matias (CH).

Durante o debate, usaram ainda da palavra, em interpelação à Mesa, além do Primeiro-Ministro, os Deputados Hugo Soares (PSD), Alexandra Leitão (PS), Pedro Pinto (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Hugo Carneiro (PSD) para exprimirem as suas opiniões relativamente às regras de gestão do tempo de debate, tendo o Presidente respondido.

Deu-se conta de um Deputado do PSD e de uma Deputada do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 19 horas e 46 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 57 (2024.11.02)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Concluiu-se o debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 8/XVI/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e 26/XVI/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, que foram aprovadas. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmiento), do Ministro da Agricultura e Pescas (José Manuel Fernandes), da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho), do Ministro da Economia (Pedro Reis), da Ministra do Ambiente e Energia (Maria da Graça Carvalho), e do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados António Mendonça Mendes (PS), Mariana Leitão (IL), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), Rui Afonso (CH), Hugo Carneiro (PSD), Marina Gonçalves (PS), Nuno Gabriel (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Ribeiro (CH), Joana Cordeiro (IL), Paulo Muacho (L), Miguel Arruda (CH), Alberto Fonseca (PSD), Sérgio Ávila (PS), Francisco Gomes (CH), Jamila Madeira (PS), Madalena Cordeiro (CH), Alexandra Leitão (PS), Joana Mortágua (BE), António Rodrigues (PSD), António Filipe (PCP), Mário Amorim Lopes (IL),

Marisa Matias (BE), Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), José Moura Soeiro (BE), Nelson Brito (PS), Alfredo Maia (PCP), Amílcar Almeida (PSD), Walter Chicharro (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Carlos Silva (PS), Patrícia Carvalho (CH), Pedro Alves (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Miguel Cabrita (PS), Jorge Galveias (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Carla Barros (PSD), Ana Bernardo (PS), Vanessa Barata (CH), Filipa Pinto (L), Bruno Nunes (CH), João Torres (PS), Bernardo Blanco (IL), Gonçalo Lage (PSD), Pedro Coimbra (PS), Marta Martins da Silva (CH), José Rui Cruz (PS), Silvério Regalado (PSD), José Dias Fernandes (CH), Ricardo Pinheiro (PS), Bernardo Pessanha (CH), Hugo Costa (PS), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Raquel Ferreira (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Pedro Pinto (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Rui Tavares (L) e Carlos Reis (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, dos seguintes grupos de cidadãos, que foram aplaudidos pela Câmara: 26 alunos e professores da Escola Secundária de Camões, em Lisboa; 54 alunos e professores da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo; 14 presidentes das juntas de freguesia do concelho de Guimarães; 50 alunos e professores da Universidade Lusófona; 32 alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica; e 9 alunos do Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais, Patriarcado de Lisboa.

No encerramento do debate, entrevistaram, além do Ministro da Defesa Nacional (Nuno Melo), os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Rui Rocha (IL), André Ventura (CH), Pedro Nuno Santos (PS) e Hugo Soares (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou, e a Câmara aplaudiu, a presença nas galerias de um grupo de 50 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, de um grupo de 54 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e de um grupo de 55 alunos e professores da Universidade Autónoma de Lisboa.

Deu-se conta de um Deputado do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 404/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento do jornalista Emídio Fernando, 422/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento da etnomusicóloga Anne Caufriez e 427/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelas vítimas da DANA em Espanha, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 420/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Equador.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 429/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 396/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão e 427/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Requalificação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Azeitão.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 301/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que ratifique o Tratado do Alto Mar.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 12/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Sessão evocativa dos 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 243/XVI/1.<sup>a</sup>



(L) — Em solidariedade com as mulheres do Irão na luta pela liberdade, [297/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas e [384/XVI/1.ª](#) (BE) — Apoio às mulheres do Irão e à sua luta pela liberdade.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [255/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da Lei sobre propagação da virtude e prevenção do vício e o apartheid de género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres, [275/XVI/1.ª](#) (IL) — Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime Talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas «crime contra a humanidade», [286/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs e [296/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, [312/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e da perseguição política na Venezuela; [359/XVI/1.ª](#) (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e [369/XVI/1.ª](#) (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 58 (2024.11.23)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da retirada da Proposta de Lei n.º 29/XVI/1.ª e do Projeto de Lei n.º 2/XVI/1.ª, da não admissão do Projeto de Deliberação n.º 15/XVI/1.ª e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 31 a 34/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 348 a 350/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 430 a 443 e 445/XVI/1.ª, e do Projeto de Deliberação n.º 16/XVI/1.ª.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do PS.

Em seguida, deu-se conta de cinco Deputados do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Iniciou-se a discussão, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 8/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025 (artigos 2.º a 6.º, 8.º a 44.º, 46.º a 60.º e 62.º a 68.º e propostas de artigos novos).

Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), do Secretário de Estado da Segurança Social (Jorge Campino) e da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados António Mendonça Mendes (PS), Hugo Carneiro (PSD), Marina Gonçalves (PS), André Ventura (CH), Bernardo Blanco (IL), Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L), Paulo Nuncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Sérgio Ávila (PS), Mariana Mortágua (BE), Nuno Simões de Melo (CH), Paulo Cavaleiro (PSD), Pedro Sousa (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Elza Pais (PS), Marisa Matias (BE), Andreia Bernardo (PSD), Alfredo Maia (PCP), José Moura Soeiro (BE), Amílcar Almeida (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Francisco Gomes (CH), Pedro Alves e Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Isabel Ferreira (PS), Marta Martins da Silva (CH), João Paulo Correia (PS), Rui Cristina (CH), Clara de Sousa Alves (PSD), Maria José Aguiar (CH), João Antunes dos Santos (PSD), Cristina Rodrigues (CH), Gonçalo Lage (PSD), André Pinotes Batista (PS), João Tilly (CH), Marco Claudino (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), Mara Lagriminha Coelho (PS), Joana Mortágua (BE), Sónia Ramos, Paulo Edson Cunha e Martim Syder (PSD), JAMILA Madeira (PS), Almiro Moreira (PSD), Rui Afonso (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Miguel Cabrita (PS), Joana Cordeiro (IL) e Miguel Matos (PS).

Entretanto, o Presidente (Rodrigo Saraiva) saudou várias escolas e um grupo de cidadãos presentes nas galerias, que foram aplaudidos pela Câmara.

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 59 (2024.11.26)

### SUMÁRIO

Às 11 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, os Ministros.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.<sup>a</sup> Carla Montenegro, os antigos Presidentes da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, e Aníbal Cavaco Silva, e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, os Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-

*Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a representante do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a Conselheira de Estado Maria Leonor Beleza, os Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército e o representante do Chefe do Estado-Maior da Armada, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional Carlos Carvalho, Dora Lucas Neto, Joana Maria Rebelo Fernandes Costa, José Eduardo Figueiredo Dias, o Comandante-General da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a representante da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o representante do Presidente da Associação Salgueiro Maia, o Deputado ao Parlamento Europeu Hélder Sousa Silva, a Comissária Executiva da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o representante da Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o representante da Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional da Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o representante da Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante Aéreo, o Comandante das Forças Terrestres, o representante do Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o representante do Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, a representante do Secretário-Geral da UGT, o representante da Direção da Associação de Deficientes das Forças Armadas e o Patriarca de Lisboa;*

*Na Galeria III, Secretários de Estado, o Secretário-Geral Adjunto do Sistema de Segurança Interna, a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República e outras individualidades convidadas;*

*Nas Galerias IV a VI, público convidado;*

*Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e da Deputada única representante de um partido;*

*Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.*

*Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.*

*Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Miguel Guimarães](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).*

*A sessão foi encerrada eram 12 horas e 47 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.*

**SUMÁRIO**

O Presidente (*Diogo Pacheco de Amorim*) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 444/XVII/1.ª.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 31.º e 68.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (*Pedro Duarte*), os Deputados *Mariana Mortágua* (BE), *Rui Tavares* (L), *João Paulo Correia* (PS), *Rui Cristina* (CH), *Miguel Guimarães* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Paula Santos* (PCP), *Ricardo Araújo* (PSD), *Joana Mortágua* (BE), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Rodrigo Saraiva* (IL), *Mara Lagriminha Coelho* (PS), *António Filipe* (PCP), *Mário Amorim Lopes* (IL), *Isabel Mendes Lopes* (L), *Raul Melo* e *Carlos Barbosa* (CH), *Eva Brás Pinho* (PSD), *Paulo Núncio* (CDS-PP) e *Eduardo Teixeira* (CH).

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado do PSD.

Entretanto, o Presidente (*Diogo Pacheco de Amorim*) anunciou a presença de várias escolas, nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Deu-se conta de uma Deputada do PSD e de duas Deputadas do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025 (artigos 45.º e 69.º a 126.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares e dos Secretários de Estado da Segurança Social (*Jorge Campino*), dos Assuntos Fiscais (*Cláudia Reis Duarte*) e Adjunto e da Educação (*Alexandre Homem Cristo*), os Deputados *Alfredo Maia* (PCP), *José Moura Soeiro* (BE), *Isabel Mendes Lopes* (L), *Tiago Barbosa Ribeiro* (PS), *Isaura Morais* (PSD), *Joana Cordeiro* (IL), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Sandra Pereira* e *Carla Barros* (PSD), *Filipe Melo* (CH), *Paulo Núncio* (CDS-PP), *Paula Santos* (PCP), *Mariana Mortágua* (BE), *Mariana Leitão* (IL), *Jorge Paulo Oliveira* (PSD), *Pedro Pinto* (CH), *Miguel Cabrita* (PS), *Hugo Carneiro* e *Gonçalo Valente* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Bernardo Pessanha* (CH), *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *Felicidade Vital* (CH), *Miguel Guimarães* e *Isabel Fernandes* (PSD), *Marisa Matias* (BE), *António Pinto Pereira* (CH), *Alberto Fonseca* (PSD), *Filipa Pinto* (L), *Isabel Ferreira* (PS), *Inês Barroso* (PSD), *Maria Begonha* e *Francisco César* (PS), *Pedro Coelho* (PSD), *Sofia Canha* (PS), *Paulo Moniz* (PSD), *Joana Mortágua* (BE), *Nuno Gabriel* (CH), *Nuno Jorge Gonçalves* (PSD), *António Filipe* (PCP), *Rui Tavares* (L) e *Nuno Fazenda* (PS).

O Presidente (*Diogo Pacheco de Amorim*) encerrou a sessão eram 14 horas e 40 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 352 a 354 e 356/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 446 a 450 e 452 a 457/XVI/1.<sup>a</sup>.

Em interpelação à Mesa, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) teceu considerações sobre afirmações proferidas pelo Deputado [André Ventura](#) na Sessão Solene Evocativa do 25 de Novembro, tendo o Presidente respondido.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 69.º, 70.º, 89.º, 97.º a 103.º, 105.º, 106.º, 108.º a 114.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Fernando José](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Hugo Soares](#) e [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Entretanto, o Presidente saudou os vários estabelecimentos de ensino presentes nas galerias.

Deu-se se conta de quatro Deputados do PS e de uma Deputada do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025 (artigos 127.º a 154.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado Adjunto e da Educação ([Alexandre Homem Cristo](#)) e da Justiça ([Maria José Barros](#)), os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Paula de Medeiros](#) (PSD), [Filipa Pinto](#) (L), [Ângela Almeida](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) e [António Filipe](#) (PCP), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) e [Marcus Santos](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rita Matias](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Susana Correia](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Francisco Sousa Vieira](#) e [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Manuela Tender](#) (CH), [Hugo Costa](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Arruda](#) (CH), [Carlos Cação](#) e [António Alberto Machado](#) (PSD), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Sonia dos Reis](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Luís Graça](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Regina Bastos](#) (PSD), [Paulo Neves](#) (PSD), [Maria Begonha](#) e [André Rijo](#) (PS).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 50 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 62 (2024.11.29)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Apreciação Parlamentar n.º 4/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 351, 355, 357, 358 e 360/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 451 e 458 a 461/XVI/1.<sup>a</sup>.

De seguida, o Presidente saudou e felicitou o Deputado [Marcos Perestrello](#) (PS) pela sua eleição como Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, e este usou da palavra para agradecer, tendo a Câmara aplaudido.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [26/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, foram discutidas e votadas propostas de artigos novos avocadas pelo Plenário, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sofia Carreira](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Luís Paulo Fernandes](#) e [Bruno Nunes](#) (CH), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Luís Graça](#) e [Maria Begonha](#) (PS).

Deu-se conta da presença, por videoconferência, de dois Deputados do PS e de uma Deputada do PSD nesta reunião plenária.

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [26/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025 (artigos 1.º, 7.º, 61.º e 155.º a 165.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado da Administração Pública ([Marisa Garrido](#)), Adjunto e do Orçamento ([José Maria Brandão de Brito](#)) e Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)), os Deputados [Henrique Rocha de Freitas](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro Pessanha](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Reis](#) (PSD), [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Vanessa Barata](#) (CH), [Isaura Moraes](#) (PSD), [Alexandra Leitão](#) (PS), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) e [Luís Dias](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [Nuno Gabriel](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paulo Pisco](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Alberto Machado](#) e [Marco Claudino](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Francisco Pimentel](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Bernardo Blanco](#) (IL), [João Ribeiro](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Marina Gonçalves](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou várias escolas presentes nas galerias.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 19 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 63 (2024.11.30)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [361/XVI/1.ª](#).

De seguida, o Presidente fez referência à colocação de cartazes no interior e no exterior do Palácio pelo Grupo Parlamentar do Chega, o que lamentou e repudiou por respeito pelo património nacional, tendo anunciado já ter tomado medidas para a sua retirada. Após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter protestado e o Presidente ter respondido, usaram da palavra, em interpelação à Mesa, os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) e [Sérgio Sousa Pinto](#) (PS). No fim, tendo o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) recorrido para

Plenário da decisão do Presidente, em resposta ao seu pedido, de não suspender os trabalhos até à retirada dos cartazes, o recurso foi rejeitado.

Concluiu-se o debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, tendo sido discutidos e votados artigos remetidos a Plenário e normas avocadas — artigos 7.º, 155.º, 158.º e 162.º e propostas de artigos novos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Reis](#) (PSD), [Pedro Correia](#) (CH), [Isaura Morais](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Eliseu Neves](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Afonso](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Coelho](#) (PSD) e [Mariana Leitão](#) (IL).

Entretanto, o Presidente anunciou a presença, nas galerias, de um grupo de 62 alunos e professores da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã, um grupo de 28 alunos e professores do Colégio Bartolomeu Dias, Santa Iria de Azóia, um grupo de 51 alunos e professores da Escola Secundária Domingos Sequeira, Leiria, um grupo de 90 alunos e professores da Escola Secundária Dr. José Afonso, Seixal, um grupo de 53 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Montenegro, um grupo de 25 cidadãos da Assembleia Municipal Jovem do Entroncamento, um grupo de 10 estudantes universitários de Águeda e um grupo de autarcas de Ponte da Barca, que foram aplaudidos pela Câmara.

No encerramento do debate intervieram, além do Ministro das Infraestruturas e Habitação ([Miguel Pinto Luz](#)), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Deu-se conta da presença, por videoconferência, de uma Deputada do PS e de uma Deputada do PSD nesta reunião plenária.

No fim, foram aprovados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e a Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 46 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 64 (2024.12.05)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada da Mesa das Propostas de Lei n.ºs 35, 36 e 37/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 16/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência.

Em protesto, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) condenou as palavras proferidas pelo Deputado [Pedro Nuno Santos](#) (PS), na semana anterior, acerca dos Deputados do Grupo Parlamentar do CH, após o que o Presidente esclareceu o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) sobre a não adequação da figura regimental usada para este efeito.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo L, sobre «A preparação de Portugal e da Europa para um mundo em crise multipolar: Relatórios Draghi, Letta e Niinistö». Depois de o Deputado [Rui Tavares](#) (L) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, a Secretária de Estado da Defesa Nacional ([Ana Isabel Xavier](#)) e os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipa Pinto](#) (L), [Henrique Rocha de Freitas](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [António Pinto Pereira](#) (CH), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Liliana Reis](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L) e [Rui Afonso](#) (CH). No encerramento do debate, intervieram o Ministro dos Assuntos Parlamentares e a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foi debatido o Inquérito Parlamentar n.º [8/XVI/1.ª](#) (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Bruno Ventura](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º [243/XV/2.ª](#) (Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [400/XVII/1.ª](#) (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e [418/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira. Intervieram os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [José Costa](#) (PS), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [José Carvalho](#) (CH).

Foram apreciadas as Petições n.ºs [124/XV/1.ª](#) (Coletivo Animal) — Em defesa da lei que criminaliza os maus-tratos a animais — Maltratar um animal tem de ser crime em Portugal; [212/XV/2.ª](#) (Coletivo Animal) — Pela faixa. Pela consagração constitucional do bem-estar animal enquanto bem jurídico tutelado. Por um direito animal justo e consequente; e [228/XV/2.ª](#) (Rita Isabel Duarte Silva e outros) — Solicitam alteração/revisão constitucional que aprove a inclusão explícita e inequívoca da proteção dos animais não-humanos na Constituição da República Portuguesa, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [359/XVI/1.ª](#) (CH) — Intensifica a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, e os Projetos de Resolução n.ºs [447/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais e aumente a idade para trabalhar e assistir a esses espetáculos; [451/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária pela Assembleia da República para assegurar a consagração da proteção dos animais na Constituição; e [458/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que proceda a uma análise e levantamento das limitações do regime jurídico vigente e da organização da resposta do sistema em matéria de maus-tratos e abandono de animais. Intervieram no debate os Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Emília Cerqueira](#) (PSD) e [Luís Paulo Fernandes](#) (CH).

Deu-se conta de sete Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 22 minutos.



**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 17/XVI/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Resolução n.º 467/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente anunciou a presença, nas galerias, de vários motoclubes, que foram aplaudidos pela Câmara.

No âmbito da ordem do dia, fixada pelo PSD, sobre «Medidas para a promoção do uso e segurança dos motociclos», foram discutidos e aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 442/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a redução da sinistralidade rodoviária e para a promoção da segurança rodoviária, 441/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a redução do IUC para motociclos e 440/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a aplicação efetiva da Resolução da Assembleia da República n.º 21/2018 para a criação e implementação de uma classe própria e exclusiva para motociclos, para efeitos de pagamento de portagens e os Projetos de Lei n.ºs 349/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, Código da Estrada e 348/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Procede à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques e aprova medidas eficazes de segurança rodoviária.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Miguel Santos (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), António Filipe (PCP), João Ribeiro (CH), Joana Mortágua (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Carlos Brás (PS), Cristóvão Norte (PSD), João Tilly (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Filipe Melo e Raul Melo (CH), Maurício Marques (PSD), Mariana Leitão (IL), Ricardo Costa (PS), Isabel Mendes Lopes (L), José Dias Fernandes (CH), José Rui Cruz (PS), Miguel Arruda, Marta Martins da Silva e Pedro Pinto (CH) e Gonçalo Lage (PSD).

Foram discutidas e aprovadas as Propostas de Lei n.ºs 16/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano e 17/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Estabelece um novo quadro regulamentar de investigação clínica e os respetivos estudos de desempenho, na generalidade, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 452/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação do primeiro centro de investigação em Portugal com recurso a modelos alternativos aos animais utilizados para fins científicos e pela transparência e divulgação da informação da investigação e utilização de animais para fins científicos, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, além da Ministra da Saúde (Ana Paula Martins), os Deputados Rui Cristina (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Fátima Correia Pinto (PS), Sandra Pereira (PSD), Marisa Matias (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Filipa Pinto (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Irene Costa (PS), Diva Ribeiro (CH), Miguel Guimarães (PSD) e Isabel Ferreira (PS).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a concretizar o Regulamento (CE) n.º 1223/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro, relativo a produtos cosméticos, que foi posteriormente aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado Hugo Carneiro (PSD), solicitando a

dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Saúde, os Deputados [Luísa Areosa](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Susana Correia](#) (PS), [Filipa Pinto](#) (L), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Maria José Aguiar](#) (CH).

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [31/XVII/1.ª](#) (GOV) — Proceder à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal, tendo intervindo, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), os Deputados [Marcus Santos](#) (CH), [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Martim Syder](#) (PSD).

Em seguida, deu-se conta de dois Deputados do PSD e de seis Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [429/XVII/1.ª](#) (apresentado por Deputados do L, do PS, do BE e do PCP) — De pesar pelo falecimento de André Freire, [430/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Tuta, [432/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel da Gama, [443/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Major-General Luís Augusto Sequeira, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foi lido, pela Deputada [Ana Abrunhosa](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [444/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Teresa Portugal, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [445/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Pedro Coimbra](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [446/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Belmiro Moita da Costa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [450/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Joaquim Pagarete, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pela Deputada [Joana Mortágua](#) (BE), o Projeto de Voto n.º [459/XVII/1.ª](#) (apresentado por Deputados do BE, do PS e do L) — De pesar pelo falecimento de Camilo Mortágua, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [460/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de António Fernandes, [462/XVII/1.ª](#) (apresentado por Deputados do PS, do BE e do L) — De pesar pelo falecimento de José Barahona, [471/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e subscrito pela Deputada do PS Edite Estrela) — De pesar pelo falecimento de Odair Moniz e [442/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do juiz-conselheiro Pedro Machete, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [434/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pela Deputada do PS Edite Estrela) — De saudação pelos 510 anos da Carta de Foral de Terras de Bouro.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [472/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e subscrito pela Deputada do PS Edite Estrela) — De saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [477/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pela Deputada do PS Edite Estrela) — De congratulação pelo reconhecimento da arte equestre portuguesa como Património Imaterial da Humanidade.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 462/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde e à Eslováquia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 467/XVI/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 17/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.ª.

Foi aprovada a proposta de aditamento apresentada pelo PCP ao Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec.

Foi aprovado o Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec, tendo o Deputado Ricardo Araújo (PSD) declarado eventual conflito de interesses em relação a estas duas votações.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 400/XVI/1.ª (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e 418/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 359/XVI/1.ª (CH) — Intensifica a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, e os Projetos de Resolução n.ºs 447/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais e aumente a idade para trabalhar e assistir a esses espetáculos, 451/XVI/1.ª (PAN) — Assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária pela Assembleia da República para assegurar a consagração da proteção dos animais na Constituição e 458/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que proceda a uma análise e levantamento das limitações do regime jurídico vigente e da organização da resposta do sistema em matéria de maus-tratos e abandono de animais.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 383/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e de reconhecimento aos ex-trabalhadores da mina da Urgeiriça e aos seus familiares e 423/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas adicionais de dignificação e proteção dos mineiros da Urgeiriça, dos seus familiares e da memória desta comunidade mineira.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 404/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a regularização urgente de cidadãos nacionais da República de Belarus (Bielorrússia) residentes em Portugal afetados por represálias e perseguições do regime de Lukashenka.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 302/XVI/1.ª (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 396/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão e 427/XVI/1.ª (PCP) — Requalificação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Azeitão.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 273/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão das carreiras técnicas especiais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º

[362/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — *Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos.*

*Foram aprovados cinco pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do PS e os outros a autorizar 3 Deputados do PSD e 1 Deputado do CH a intervir em tribunal.*

*O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 42 minutos.*

a) *Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 66 (2024.12.07)**

### **SUMÁRIO**

*Às 11 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.*

*No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, os Ministros.*

*Encontravam-se ainda presentes:*

*Na Tribuna A, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, o antigo Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.<sup>a</sup> Maria Filomena Aguilár, e o ex-Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes;*

*Na Tribuna B, familiares de Mário Soares;*

*Na Galeria I, o Corpo Diplomático e convidados;*

*Na Galeria II, os Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o representante do Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a representante da Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o representante do Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, o Conselheiro de Estado Carlos César, o Chefe do Estado-Maior da Armada, os representantes dos Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, o Governador do Banco de Portugal, a Chanceler das Ordens Honoríficas Portuguesas - Conselho das Ordens Nacionais, as Juízas Conselheiras do Tribunal Constitucional Dora Lucas Neto e Joana Fernandes Costa, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o representante do 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante Naval, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação 25 de Abril, membros da Associação 25 de Abril, o representante do Presidente da Associação Salgueiro Maia e o Patriarca de Lisboa;*

Na Galeria III, Secretários de Estado, o representante do Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o representante do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho de Julgados de Paz, o representante do Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a representante da Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, o representante da Presidente da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, o Presidente da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o representante do Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, a representante do Secretário-Geral da CGTP-IN, o Secretário-Geral da UGT, o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, o representante do Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas e outros convidados.

Nas Galerias IV a VI, público convidado, incluindo alunos do Colégio Moderno;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete dos Grupos Parlamentares e da Deputada única representante de partido;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Pedro Nuno Santos](#) (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República ([Marcelo Rebelo de Sousa](#)).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 40 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 67 (2024.12.12)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 38 e 39/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 364 a 366 e 369/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 464 a 466, 468 a 470 e 476/XVI/1.ª.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Durante o debate, usou ainda da palavra, para

defesa da honra da bancada, a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS), tendo o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) dado explicações.

Entretanto, o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) anunciou a presença de várias escolas nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com a participação do Primeiro-Ministro, que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Paulo Moniz](#) e [Liliana Reis](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) e [Ana Sofia Antunes](#) (PS), [Ricardo Dias Pinto](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta de um Deputado do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 68 (2024.12.13)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 14 horas e 5 minutos.

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [32/XVI/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE, tendo intervindo, além do Secretário de Estado das Infraestruturas ([Hugo Espírito Santo](#)), os Deputados [Pedro Correia](#) (CH), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Entretanto, o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) anunciou a presença, nas galerias, de vários grupos de alunos e professores, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foram discutidos, e posteriormente aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [214/XVI/1.ª](#) (IL) — Cria a possibilidade de a família de acolhimento ser candidata à adoção, [353/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera os requisitos e os impedimentos para a candidatura a família de acolhimento e alarga os apoios concedidos ao abrigo da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea, [357/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê a possibilidade de uma família candidata a acolhimento familiar ser candidata a adoção, em respeito pelo superior interesse da criança, [358/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 139/2019, de forma a incluir e priorizar nos processos de adoção as famílias de acolhimento e [360/XVI/1.ª](#) (L) — Possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento, e os Projetos de Resolução n.ºs [449/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de formação específica de famílias de acolhimento e de candidatos a adoção com vista à sensibilização e capacitação para a adoção de crianças mais velhas e [455/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à alteração à lei por forma a permitir que famílias de acolhimento sejam candidatas à adoção. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de](#)

*Sousa Real (PAN), Pedro dos Santos Frazão (CH), Isabel Mendes Lopes (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Andreia Neto (PSD), Ana Mendes Godinho (PS) e António Filipe (PCP).*

*Foi apreciado e rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 283/XVI/1.ª (PS) — Regulamenta a arbitragem para a apreciação dos fundamentos da denúncia de convenção coletiva e a arbitragem para a suspensão do período de sobrevivência, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro. Intervieram os Deputados Miguel Cabrita (PS), Mariana Leitão (IL), João Antunes dos Santos (PSD), Manuel Magno (CH), Alfredo Maia (PCP), José Moura Soeiro (BE), Paulo Muacho (L), Joaquim Barbosa (PSD), Armando Grave (CH) e Fernando José (PS).*

*Procedeu-se à apreciação do Projeto de Resolução n.º 317/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas de proteção do património nacional e de combate à criminalidade e ao vandalismo contra monumentos históricos, que foi aprovado. Intervieram os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Patrícia Carvalho (CH), Joana Mortágua (BE), António Filipe (PCP), Carlos Guimarães Pinto (IL), Pedro Sousa (PS), Sofia Carreira (PSD), Rui Tavares (L) e Jorge Galveias (CH).*

*Foram discutidos, e posteriormente rejeitados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 445/XVI/1.ª (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional para 2025, o Projeto de Lei n.º 352/XVI/1.ª (CH) — Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 950 euros e os Projetos de Resolução n.ºs 8/XVI/1.ª (BE) — Aumento do salário mínimo nacional e 459/XVI/1.ª (L) — Recomenda o aumento do salário mínimo nacional para 2025. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Alfredo Maia (PCP), Carla Barros (PSD), Rui Afonso (CH), José Moura Soeiro (BE), Filipa Pinto (L), Patrícia Caixinha (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Cordeiro (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Ana Santos (PSD), Felicidade Vital (CH), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Rui Tavares (L).*

*Foram discutidos, em conjunto, o Projeto de Resolução n.º 242/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado na generalidade, a Petição n.º 3/XVI/1.ª (Maria Miguel Almeida e outros) — Pela criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Projeto de Lei n.º 354/XVI/1.ª (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado na generalidade, e os Projetos de Resolução n.ºs 446/XVI/1.ª (PS) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, 454/XVI/1.ª (PAN) — Pela criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, 457/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde e 460/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que proceda à criação da carreira especial de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, que foram aprovados na generalidade. Intervieram, a diverso título, os Deputados Rui Cristina (CH), Marisa Matias (BE), Eurídice Pereira (PS), Sandra Ribeiro (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Joana Cordeiro (IL), Alberto Machado (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Pedro Pinto (CH).*

*Entretanto, o Presidente (Rodrigo Saraiva) saudou a presença, na galeria, dos peticionários, que foram aplaudidos pela Câmara.*

*Seguiu-se o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 167/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime de garantia de alimentos devidos a menores, alargando e melhorando as suas condições de acesso, que foi aprovado, e 215/XVI/1.ª (IL) — Alarga o acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores e estabelece o menor de idade como requerente, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 456/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que avalie o atual acesso à prestação de*

alimentos a menores e [461/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a recolha de dados sobre crianças e jovens excluídos do acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores, que foram aprovados na generalidade. Intervieram os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Raquel Ferreira](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Paula Margarido](#) (PSD) e [Manuela Tender](#) (CH).

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 40/XVI/1.ª, da Proposta de Resolução n.º 1/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 367, 368 e 370 a 382/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 471 a 475 e 477 a 482/XVI/1.ª.

Deu-se conta da presença, por videoconferência, nesta reunião plenária de cinco Deputados do PSD, quatro Deputados do PS e uma Deputada da IL.

Foi lido, pelo Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º [482/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por uma Deputada do PSD) — De pesar pela morte do Dr. José Luís Rebocho Christo, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [305/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual para avaliar o sistema de proteção civil e a prevenção e combate aos incêndios de 2024.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs [275/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de São Salvador de Árvore à categoria de vila, [276/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Palmeira à categoria de vila, [326/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Pombeiro da Beira à categoria de vila e [327/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Venda do Pinheiro à categoria de vila, tendo o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) saudado a presença de autarcas e cidadãos destas povoações, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [424/XVI/1.ª](#) (PS) — Campanha de vacinação do efetivo ovino nacional contra a doença língua azul – serotipo 3 e criação de medidas de apoio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [465/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de reforço das comissões de proteção de crianças e jovens.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [67/XVI/1.ª](#) (PAN) — Medidas para um mercado de trabalho mais preparado e qualificado para fazer face aos desafios da transição para uma economia verde.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [439/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que atue pela libertação de Ahoo Daryaei e pela condenação da execução de Jamshid Sharmahd, reafirmando a defesa dos direitos humanos no Irão.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo ao levantamento da imunidade parlamentar de uma Deputada da IL.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.



**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 383 a 390/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 483 a 496/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à retoma do mandato de um Deputado do PSD e à suspensão do mandato e substituição de um Deputado da IL e de uma Deputada do BE.

O Presidente saudou a Deputada [Madalena Cordeiro](#) (CH) pelo seu aniversário.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PS, foram discutidas e votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [347/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforça os instrumentos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [76/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria uma pensão para as crianças e jovens órfãs em consequência de homicídio em contexto de violência doméstica, alterando o Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 90 dias;

Projeto de Lei n.º [227/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [351/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (décima alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [375/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Apoio à renda para vítimas de violência doméstica (alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [383/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga as garantias de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, procedendo à alteração de diversos diplomas, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias;

Projeto de Lei n.º [385/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera as regras de suspensão provisória do processo relativamente a processos por crime de violência doméstica, garantindo mais direitos à vítima, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [386/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Pelo alargamento do período de concessão e dos pressupostos de atribuição do subsídio de reestruturação familiar para vítimas de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [387/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Pelo alargamento do enquadramento do crime de violência doméstica e maior proteção a vítimas especialmente vulneráveis, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [389/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Assegura a nomeação de patrono às vítimas especialmente vulneráveis (alteração ao Estatuto da Vítima e à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao Direito e aos Tribunais), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [390/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Consagração expressa do crime de exposição de menor a violência doméstica (quinquagésima sexta alteração do Código Penal), que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 471/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce o combate à violência doméstica, através de mais prevenção, formação de entidades e maior apoio à vítima, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 474/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforço das secções especializadas integradas de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 486/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 487/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo o alargamento dos programas de reabilitação para agressores de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 488/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas, que foi aprovado.

Intervieram os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Patrícia Faro](#) (PS), [Filipa Pinto](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Felicidade Vital](#) (CH), [Elza Pais](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#), [Madalena Cordeiro](#) e [Manuel Magno](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Miguel Cabrita](#) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Entretanto, o Presidente saudou a escola e os grupos de cidadãos presentes nas galerias.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 14/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime jurídico da regularização dos «chãos de melhoras». Usaram da palavra os Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Miguel Arruda](#) (CH) e [Francisco César](#) (PS).

Deu-se conta da presença por videoconferência, nesta reunião plenária, de quatro Deputados do PSD e quatro Deputados do PS.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 20 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 70 (2024.12.20)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 391 e 392/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 497 e 498/XVII/1.<sup>a</sup>.

Tendo a ordem do dia sido fixada, a requerimento do CH, sobre «Turismo de saúde», procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 364/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Regulação do acesso ao SNS por estrangeiros não residentes, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 381/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a lei da nacionalidade tornando os critérios de aquisição de nacionalidade mais equilibrados e de forma a combater determinados fenómenos sociais como o turismo de saúde, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º 382/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o acesso ao Serviço Nacional de Saúde no que respeita ao regime de isenção das taxas moderadoras para cidadãos estrangeiros não residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 477/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento e publicitação dos valores envolvidos na área da saúde dos acordos bilaterais celebrados com países terceiros, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Saúde, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 478/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para aumentar a transparência em matéria de acesso à saúde por cidadãos não residentes em Portugal, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Saúde, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º 384/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Acesso de estrangeiros não residentes em Portugal ao Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 391/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Reforça os critérios previstos no regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, no sentido de exigir a contratação de seguro de saúde para entrada em território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 490/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a monitorização do acesso de estrangeiros ao SNS, que foi aprovado na generalidade; e

Projeto de Resolução n.º 492/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — De Serviço Nacional a Serviço Mundial de Saúde: prevenir o uso indevido do SNS por cidadãos estrangeiros não residentes, que foi aprovado na generalidade.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Jamila Madeira](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD) — que também usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS) dado explicações —, [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Cristina](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [João Paulo Correia](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Alexandra Leitão](#) (PS) — que também usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Miguel Guimarães](#) (PSD) dado explicações — e [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Alberto Machado](#) (PSD), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Ana Abrunhosa](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Nuno Gabriel](#) (CH) e [Susana Correia](#) (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de um grupo de 43 alunos e professores do Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Brandoa, que foram aplaudidos pela Câmara.

No início das votações, o Presidente assinalou a presença, na galeria, de quatro cidadãs afegãs que fugiram do seu país por terem sido proibidas de ir à escola, tendo a Câmara aplaudido.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 71 (2024.12.21)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 4 minutos, tendo em seguida anunciado a realização da eleição, durante a sessão, para um membro da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI/1.ª — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados, proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Miguel Matos (PS), Daniel Teixeira (CH), Joana Mortágua (BE), Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Rita Matias (CH) e Rui Tavares (L). Posteriormente, foi aprovado, na especialidade, um novo Decreto com as alterações introduzidas

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.ª (GOV) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado, que foi aprovada; em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 180/XVI/1.ª (PS) — Aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que foi aprovado, 371/XVI/1.ª (PCP) — Integração na carreira de investigação científica, que foi rejeitado, 372/XVI/1.ª (PCP) — Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação, que foi rejeitado, e 376/XVI/1.ª (BE) — Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica, que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias; e com os Projetos de Resolução n.ºs 151/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da carreira de investigação científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados, que foi aprovado na generalidade, 192/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da situação laboral em que se encontram os técnicos superiores doutorados e 473/XVI/1.ª (L) — Recomenda a criação da carreira especial de apoio à ciência e tecnologia, que foram rejeitados na generalidade. Intervieram, além da Secretária de Estado da Ciência (Ana Paiva), os Deputados Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Isabel Ferreira (PS), Paula Santos (PCP), Joana Mortágua (BE), Maria José Aguiar (CH), Filipa Pinto (L), Pedro Alves (PSD) e Patrícia Gilvaz (IL).

Entretanto, o Presidente saudou um grupo de 74 alunos e professores do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, de São Brás de Alportel, que foram aplaudidos pela Câmara.

Seguiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs 370/XVI/1.ª (PAN) — Garante a isenção das custas processuais, alterando o Regulamento das Custas Processuais, e 377/XVI/1.ª (CH) — Reforça o enquadramento penal para os crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, assim como isenta os respetivos processos das custas processuais, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Administração Interna (Margarida Blasco), os Deputados Pedro Pinto e Armando Grave (CH), Fabian Figueiredo (BE) — que também usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo o Deputado Armando Grave (CH) dado explicações —, Isabel Alves Moreira (PS), Mariana Leitão (IL), António Filipe (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), António Rodrigues (PSD), Rui Tavares e Paulo Muacho (L).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 34/XVI/1.ª (GOV) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs 373/XVI/1.ª (L) —

Pela eliminação da taxa devida pelo procedimento da candidatura de ingresso na magistratura e 378/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Reforça a formação dos magistrados, alterando a Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que foram rejeitados. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice), os Deputados [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [João Paulo Graça](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030, que foi aprovada em votação global, juntamente com o Projeto de Lei n.º 106/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de Bases do Clima (primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima), que foi rejeitado na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 231/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que invista no programa «Do sol ao sal» destinado à criação de uma fileira de produção de energia renovável e de baterias sustentáveis, em particular baterias de ião de sódio, que foi rejeitado na generalidade, e 472/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, que foi aprovado na generalidade. Usaram da palavra, além da Ministra do Ambiente e Energia (Maria da Graça Carvalho), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Pedro Correia](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Raul Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Carlos Cação](#) (PSD).

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária, tendo sido eleita a candidata proposta para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 393/XVI/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Resolução n.º 484/XVI/1.<sup>a</sup>, e da presença por videoconferência, nesta reunião plenária, de oito Deputados do PSD e onze Deputados do PS.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 261/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Orlando Almeida, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Amadora, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi também lido, pelo Deputado [António Filipe](#) (PCP), o Projeto de Voto n.º 493/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Lopes de Almeida, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º 494/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Telma Monteiro, pelo fim da sua carreira desportiva.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 479/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Institui o Prémio Mário Soares, Liberdade e Democracia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 497/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 14/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras».

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global os Projeto de Lei n.ºs 367/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Aradas, Eixo e Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana, São Bernardo e União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, do

concelho de Aveiro e [368/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD e CDS-PP) — *Procede à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Ferrel e a freguesia da Atouguia da Baleia, do concelho de Peniche, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Almiro Moreira](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.*

*Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [405/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a alteração das regras para a emissão de atestados de residência pelas juntas de freguesia.*

*Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [334/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que, sem prejuízo das necessárias dragagens, seja garantida a reconfiguração do Porto de Mar de Vila Praia de Âncora.*

*Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [402/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a requalificação do Portinho de Mar de Vila Praia de Âncora (PMVPA).*

*Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [215/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação da necessidade de adaptação da legislação nacional às novas exigências europeias relativas aos sistemas de bloqueio da ignição sensíveis ao álcool.*

*Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [416/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que apoie os agricultores cujas explorações foram atingidas pela tempestade Kirk.*

*Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [443/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela internalização dos trabalhadores e das trabalhadoras do call center no Instituto da Segurança Social.*

*Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativos aos Projetos de Lei n.ºs [143/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, [290/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, [144/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila e [289/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [339/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [400/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e [418/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [31/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — *Procede à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Almiro Moreira](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.**

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º [441/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a redução do IUC para motociclos.*

*Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [23/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas, tendo sido igualmente aprovado, na generalidade e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,*

*Liberdades e Garantias, relativo a esta proposta de lei, assim como, na especialidade, a assunção pelo Plenário das votações indiciárias.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 372/XVI/1.ª (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 185/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que garanta condições de bem-estar, salubridade e segurança no local de trabalho aos profissionais da PSP e da GNR e 188/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento, implementação e reforço de políticas relativas à condição das forças de segurança em matéria de alojamento e habitação, saúde mental e formação, em diálogo com as associações representativas dos seus profissionais.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 172/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de gratificados da PSP.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 173/XVI/1.ª (CH) — Pela prevenção do suicídio nas forças de segurança.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 206/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 233/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais e 251/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à atualização da tabela de honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário.*

*Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 383/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e de reconhecimento aos ex-trabalhadores da mina da Urgeiriça e aos seus familiares e 423/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas adicionais de dignificação e proteção dos mineiros da Urgeiriça, dos seus familiares e da memória desta comunidade mineira.*

*Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.*

*Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo para apresentação de reclamações contra inexistências relativamente aos Decretos da Assembleia da República n.ºs 20/XVII/1.ª — Lei das Grandes Opções para 2024-2028 e 21/XVII/1.ª — Orçamento do Estado para 2025.*

*Depois de desejar boas festas à Câmara, o Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 7 minutos.*

*Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.*

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos, após o que desejou um bom ano à Câmara.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 42 a 44/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 394 a 415/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 499 a 514/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 6/XVI/1.ª.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 509/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República aos Estados Unidos da América.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo Chega, sobre «O estado da segurança em Portugal». Depois de o Deputado Pedro Pinto (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Ministra da Administração Interna (Margarida Blasco), os Deputados José Luís Carneiro (PS), André Ventura (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), António Filipe (PCP), Mariana Leitão (IL), Mariana Mortágua (BE), Hugo Soares (PSD) e Rui Tavares (L).

Em declaração política, a Deputada Mariana Mortágua (BE) falou da alteração à lei dos solos, levada a cabo pelo atual Governo, considerando-a um fator de especulação imobiliária, um convite à corrupção e um risco para a segurança da população. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados João Vale e Azevedo (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Maria Begonha (PS) e Alfredo Maia (PCP).

Em declaração política a Deputada Paula Santos (PCP) referiu os vários constrangimentos do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e a dificuldade no acesso à saúde enquanto resultado da política adotada pelo Governo. De seguida, respondeu aos pedidos dos Deputados Susana Correia (PS), Isabel Pires (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Miguel Guimarães (PSD), Sandra Ribeiro (CH) e Rodrigo Saraiva (IL).

Em declaração política, a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) teceu considerações em relação à crise da habitação e às alterações propostas pelo Governo no Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, salientando a necessidade de o revogar. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Joana Mortágua (BE), Filipe Melo (CH), Gonçalo Lage (PSD) e Alfredo Maia (PCP).

Em declaração política, o Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) referiu-se à defesa nacional como prioridade deste Governo e destacou o investimento que está a ser feito, beneficiando não só os militares no ativo como também os antigos combatentes e os deficientes das Forças Armadas. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Nuno Simões de Melo (CH), Silvério Regalado (PSD), António Filipe (PCP), Luís Dias (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, o Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), partindo de uma retrospectiva crítica relativamente ao Governo do Partido Socialista, sublinhou as mudanças registadas com a mudança de Governo e elencou as principais medidas já implementadas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro Pinto (CH), Paula Santos (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Núncio (CDS-PP), Marcos Perestrello (PS), Rodrigo Saraiva (IL) e Filipa Pinto (L).

Em declaração política, a Deputada Mariana Vieira da Silva (PS) fez um balanço das políticas de saúde do Governo, tendo destacado a omissão de dados relativamente à Linha SNS 24 e a contínua contratualização com privados. A seguir, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Rui Cristina (CH), Miguel Guimarães (PSD), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L) e Isabel Pires (BE).



Em declaração política, a Deputada [Manuela Tender](#) (CH) referiu-se aos desafios da educação e à necessidade de definir prioridades políticas para os próximos anos, destacando um maior investimento no sistema educativo e na valorização da carreira docente, tendo respondido, depois, ao pedido de esclarecimento da Deputada [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) criticou as intervenções do PS e do PSD, considerando as políticas dos Governos de ambos semelhantes e insuficientes para resolver os problemas do País. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marina Gonçalves](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 20 minutos.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 73 (2025.01.10)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD, três Deputados do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária do dia 7 de janeiro de 2025.

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 515 a 518/XVI/1.<sup>a</sup>

Em interpelação à Mesa, os Deputados [André Ventura](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) usaram da palavra para mencionar um problema com emails dirigidos aos Deputados, assunto que pretendiam ver discutido em Conferência de Líderes.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual. Usaram da palavra os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Margarido](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Sofia Canha](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Miguel Iglésias](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação do Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)), que, após ter aberto o debate, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Patrícia Carvalho](#), [Jorge Galveias](#) e [Marcus Santos](#) (CH), [Alexandre Poço](#) e [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD, uma Deputada do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 28 minutos.

---

### **DAR — I SÉRIE — N.º 74 (2025.01.11)**

#### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 519 e 520/XVI/1.<sup>a</sup>

No âmbito da ordem do dia, fixada pelo PS, foram discutidas na generalidade, e posteriormente rejeitadas, as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 264/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, alterando alguns dos requisitos para a realização da interrupção voluntária da gravidez não punível e densificando o regime de exercício do direito individual de objeção de consciência;

Projeto de Lei n.º 324/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão de ilicitude nos casos de interrupção voluntária de gravidez;

Projeto de Lei n.º 403/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforça os direitos das mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez e à sua autodeterminação (alteração ao Código Penal e segunda alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril);

Projeto de Lei n.º 405/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça o apoio dado às mulheres que recorrem à consulta prévia de IVG e densifica direito de objeção de consciência dos profissionais de saúde, procedendo à alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril;

Projeto de Lei n.º 408/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Altera a Lei 16/2007, de 17 de abril, densificando o acesso à informação relevante das grávidas para a formação de uma decisão livre, consciente e responsável e reforçando o regime do exercício do direito individual de objeção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde;

Projeto de Lei n.º 410/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Pelo alargamento do prazo da interrupção voluntária da gravidez e aprofundamento da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril;

Projeto de Lei n.º 412/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela garantia de proteção à mulher grávida e ao nascituro em todas as fases e circunstâncias e o reforço da informação sobre redes de apoio e cuidados;

Projeto de Resolução n.º 513/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cumprir o direito de acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG);

Projeto de Resolução n.º 514/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a contratação de médicos e demais profissionais de saúde, não objetores, necessários para garantir o direito de acesso à interrupção voluntária da gravidez;

Projeto de Resolução n.º 517/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a defesa da dignidade da vida humana intrauterina, apoio às famílias e às maternidade e paternidade vulneráveis.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Isabel Pires](#) e [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Vanessa Barata](#) e [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Elza Pais](#) (PS), [Andreia Neto](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Ribeiro](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Carlos Barbosa](#) e [Rita Matias](#) (CH) e [Alexandra Leitão](#) (PS).

Entretanto, o Presidente ([Marcos Perestrello](#)) saudou as escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD, de três Deputados do PS e de uma Deputada do PAN, que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 416/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [500/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Heitor Carvalheiras, [501/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Aloísio Baldé, [510/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Esmeralda Amoedo, e [513/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD e PS) — De pesar pelo falecimento de Adília Lopes, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foi também lido, pelo Deputado [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º [514/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pela morte do Sr. Dr. João Carlos Dias Monteiro Coutinho de Lencastre, tendo sido igualmente aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs [508/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do 39.º Presidente norte-americano, Jimmy Carter, e [509/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de António Couto dos Santos, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º [498/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 500 anos de legado de Vasco da Gama.

Foi ainda aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [39/XVI/1.ª](#) (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual.

Em votação final global, foram aprovados os textos finais apresentados pela Comissão de Saúde relativos aos Projetos de Resolução n.º [329/XVI/1.ª](#) (PS) — Constrangimentos nos serviços de ginecologia e obstetrícia, n.º [330/XVI/1.ª](#) (PS) — Pela garantia e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da vida, incluindo na menopausa, e n.º [331/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde, bem como ao Projeto de Resolução n.º [303/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [428/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que apele à transparência democrática em Moçambique e facilite o diálogo entre agentes políticos, que foi aprovado, [435/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique, que foi rejeitado, [437/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo português o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique e a adoção de uma postura firme em defesa da democracia, que foi aprovado, e [476/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela solidariedade com o povo moçambicano e pelo respeito pela soberania e independência da República de Moçambique, que foi rejeitado.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [444/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que defenda as liberdades política e religiosa e os direitos humanos no Tibete, rejeitando a interferência da República Popular da China na reencarnação do Dalai Lama.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [189/XVI/1.ª](#) (PSD) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila e [291/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [189/XVI/1.ª](#) (PSD) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila e [291/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD e dois Deputados do PS a intervir em tribunal e a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do PS e de um Deputado do CH.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 9 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 75 (2025.01.16)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 417 a 437 e 439 a 442/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 521 a 534 e 536 a 568/XVI/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 18/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 5/XVI/1.ª.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) pediu explicações ao Presidente sobre uma reunião de trabalho a promover com agentes da justiça, tendo também usado da palavra o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD). O Presidente remeteu as suas explicações para a Conferência de Líderes.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 18/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 41/XVI/1.ª.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre as prioridades da Presidência polaca do Conselho da União Europeia, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com a participação da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus ([Inês Domingos](#)), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Regina Bastos](#) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Ana Mendes Godinho](#) e [Lia Ferreira](#) (PS), [Ricardo Dias Pinto](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta de três Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 22 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 76 (2025.01.17)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 443/XVI/1.ª e 444/XVI/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 569/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, proposto pelo Governo, sobre o Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo. Depois de o Ministro da Presidência ([António Leitão Amaro](#)) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) e [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [João Paulo Graça](#) (CH).

No encerramento do debate, proferiram intervenções, além do Ministro da Presidência, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Fabian](#)

*Figueiredo (BE), Mariana Leitão (IL), André Ventura (CH), Ana Sofia Antunes (PS) e António Rodrigues (PSD).*

*Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 15/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código, tendo intervindo, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Bernardo Blanco (IL), Carlos Brás (PS), Paula Santos (PCP), Eduardo Teixeira (CH), Isabel Pires (BE), Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), Alberto Fonseca (PSD) e Hugo Costa (PS).*

*No encerramento do debate, proferiu uma intervenção a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.*

*Deu-se ainda conta de três Deputados do PSD e de um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.*

*O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 19 minutos.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 77 (2025.01.18)**

### **SUMÁRIO**

*O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.*

*Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 45/XVI/1.<sup>a</sup>, do Projeto de Lei n.º 438/XVI/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Resolução n.º 571/XVI/1.<sup>a</sup>.*

*Procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, da Proposta de Lei n.º 41/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial, tendo esta sido aprovada. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Moniz (PSD), Albino Ramos (IL), Miguel Arruda (CH), Marina Gonçalves (PS), Fabian Figueiredo (BE), Pedro Pinto (CH), Hugo Soares (PSD), Francisco César (PS), António Filipe (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L) e Inês de Sousa Real (PAN).*

*Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 416/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, BE, PCP, L, PAN) — Aprova a reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias, aprovado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho. Proferiram intervenções os Deputados Olga Freire (PSD), Jorge Botelho (PS), Joana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Filipa Pinto (L), Inês de Sousa Real (PAN), José Barreira Soares (CH), Mariana Leitão (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Luís Paulo Fernandes (CH), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Marina Gonçalves (PS). No final, o Presidente saudou a presença, nas galerias, de vários autarcas, da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e da Conselheira de Estado Lúcia Jorge, que foram aplaudidos pela Câmara. Posteriormente, aquele projeto de lei foi aprovado, na generalidade e na especialidade, após o que a Deputada Paula Santos (PCP) proferiu uma declaração de voto.*

Foram discutidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 28/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Estatuto da Pessoa Idosa, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs 404/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Carta dos direitos fundamentais dos reformados, pensionistas e idosos, que foi rejeitado, 406/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Estabelece o regime de apoio à autonomia, saúde e segurança das pessoas idosas, que foi rejeitado, e 411/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Admite a acumulação da prestação social para a inclusão com a pensão social de velhice e altera as regras de atribuição daquela quando esteja em curso a certificação da situação de deficiência, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e do Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio, que foi também rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 501/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma Estratégia Europeia para as Pessoas Idosas e instituição do Ano Europeu das Pessoas Idosas, que foi aprovado, 511/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e para a Longevidade, que foi aprovado, 512/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Implementação de um Plano de Desinstitucionalização das Pessoas Idosas, que foi aprovado, 515/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Mais Velhas, que foi aprovado, e 516/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que garanta condições de vida dignas físicas e emocionais à população sénior, que foi aprovado. Intervieram, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho), os Deputados *Carla Barros* (PSD), *Armando Grave* (CH), *Alfredo Maia* (PCP), *Ana Sofia Antunes* (PS), *Rui Tavares* (L), *Inês de Sousa Real* (PAN), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *José Moura Soeiro* (BE), *Felicidade Vital* (CH), *Sandra Pereira* (PSD), *Joana Cordeiro* (IL) e *Patrícia Faro* (PS).

No encerramento do debate usou da palavra a Secretária de Estado da Ação Social e da inclusão, *Clara Marques Mendes*.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 572 e 573/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 518/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de *Pedro Sobral*, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual, tendo sido também aprovado o posterior requerimento oral, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente a esta proposta;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º 367/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estenda as medidas de ação social escolar aos alunos carenciados que frequentam o ensino particular e cooperativo;

Apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 232/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a publicação da portaria que fixa a tabela de custos para a publicação das decisões autárquicas nos órgãos de comunicação social locais e regionais;

Apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Lei n.º 288/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de *Boliqueime* à categoria de vila;

Apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Lei n.º 300/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024.

Foi ainda aprovado o requerimento, apresentado pelo PSD, de baixa à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública, sem votação, por 30 dias, da Proposta de Lei n.º 15/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento d imunidade parlamentar de uma Deputada do PS.

Foram aprovados os n.ºs 36 a 48 do Diário, relativos à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XVI Legislatura.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 31 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 78 (2025.01.23)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da retoma de mandato de uma Deputada do BE.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 445 a 460/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 574 a 585/XVI/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «Falta de respostas e instabilidade no Serviço Nacional de Saúde». Depois de o Deputado [João Paulo Correia](#) (PS) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo), os Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Cristina](#) (CH), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Susana Correia](#) e [Mariana Vieira da Silva](#) (PS).

Seguiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 18/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a alterar os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos e as regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações, sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Agricultura e Pescas (José Manuel Fernandes), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Carla Barros](#) (PSD), [Albino Ramos](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Walter Chicharro](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Raul Melo](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Paulo Moniz](#) (PSD).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 9/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Procede à trigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, e do Projeto de Lei n.º 441/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Restringe o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas na via pública. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Madalena Cordeiro](#) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Cláudia Santos](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP) e [Ana Santos](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 63/XV/1.<sup>a</sup> (Ana Carolina Marques de Almeida e outros) — Pela legislação da alimentação e ementas nos berçários e creches em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 530/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Regulamentação da alimentação e ementas em berçários e creches, 532/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda a elaboração de um regime jurídico específico para a alimentação nas creches, com inclusão de opções vegetarianas e proibição de produtos com açúcar e sal adicionados, 547/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Ementas em berçários e creches e 550/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a promoção da qualidade da alimentação nas creches, tendo intervindo os Deputados José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Fátima Correia Pinto (PS), Filipa Pinto (L), Mário Amorim Lopes (IL), Alfredo Maia (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Jorge Galveias (CH) e Isabel Mendes Lopes (L).

Procedeu-se ao debate das Petições n.ºs 135/XV/1.<sup>a</sup> (Rosa Sandra do Souto Carvalho e Castro e outros) — Enfermeiros reclamam a correta contabilização de pontos no descongelamento de carreira e 67/XVI/1.<sup>a</sup> (Eduardo Bernardino e outros) — Enfermagem – profissão de alto risco e de desgaste rápido, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 421/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Correta contabilização de pontos no descongelamento da carreira de enfermagem e criação de um estatuto de risco para profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, 422/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reconhece aos enfermeiros o estatuto de profissão de desgaste rápido e o direito à reforma antecipada, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e o Código do IRS, 429/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Reconhece o estatuto de desgaste rápido à profissão de enfermeiro, 431/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Contabilização de pontos para enfermeiros especialistas, chefe e supervisor promovidos por concurso entre 2006 e setembro de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro e 432/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 526/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros, que assegure a devida compensação pela penosidade e risco da profissão, 533/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta os direitos de parentalidade das enfermeiras em cumprimento do Despacho n.º 7/2024, de 9 de agosto, 534/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela contabilização total do tempo de serviço aos enfermeiros prejudicados pela interpretação do Decreto-Lei n.º 80-B/2022, 536/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a remuneração dos estágios realizados no âmbito da componente de ensino clínico dos ciclos de estudos de licenciatura e mestrado em enfermagem e 557/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra o acordo histórico celebrado com os enfermeiros e dê continuidade às negociações. Usaram da palavra os Deputados Isabel Pires (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Rui Cristina (CH), Paula Santos (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Sandra Pereira (PSD) e Irene Costa (PS).

Foi discutida a Petição n.º 215/XV/2.<sup>a</sup> (Associação Salvador e outros) — Pela alteração do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 464/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, 499/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, 527/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Criação de um programa de financiamento para adaptação e eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações de pessoas com mobilidade condicionada, 531/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, 537/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo cumprimento da legislação sobre acessibilidades e reforço dos direitos das pessoas com mobilidade reduzida, 538/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Proceda à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, 546/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de planos plurianuais de intervenção para melhoria das condições de acessibilidade,



556/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos meios do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. e 558/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente a lei de bases para a deficiência e inclusão. Proferiram intervenções os Deputados [Filipe Melo](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Lia Ferreira](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [João Antunes dos Santos](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 168/XV/1.<sup>a</sup> (Anabela Henriques Pereira e outros) — Por médicos de família no Centro de Saúde de Ourém e nos seus polos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 411/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um serviço de atendimento permanente em Ourém e de medidas para atrair e fixar médicos de família na região, 498/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde primários no concelho de Ourém, 524/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Acesso a médico de família e a equipa de saúde familiar no concelho de Ourém e 551/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a contratação de médicos de família para reforçar a resposta da rede de cuidados primários no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Intervieram os Deputados [Pedro Correia](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Ricardo Oliveira](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS) e [Mário Amorim Lopes](#) (IL).

Seguiu-se a apreciação da Petição n.º 161/XV/1.<sup>a</sup> (António Manuel Antunes Marçal e outros) — Respeitar os oficiais de justiça, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira para um normal funcionamento do sistema de justiça, com o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 127/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), 425/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a concretização da revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e assegura um conjunto de medidas para valorização da carreira, e 438/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Revê o pagamento do suplemento de recuperação processual, alterando o Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que defina uma estratégia para responder à falta de oficiais de justiça e à dignificação das respetivas carreiras, 541/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a concretização da revisão do estatuto dos funcionários judiciais, a melhoria das suas condições de trabalho e a valorização da carreira, 552/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a aprovação urgente do novo estatuto dos funcionários judiciais e 559/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação e modernização dos tribunais para um normal funcionamento do sistema judicial. Usaram da palavra os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Paulo Graça](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Raquel Ferreira](#) (PS), [Andreia Neto](#) (PSD) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 461 a 463/ XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 5 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 79 (2025.01.24)**

### **SUMÁRIO**

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 587 e 588/XVII/1.<sup>a</sup>.

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 35/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente a Diretiva (UE) 2022/542, no que diz respeito às taxas do imposto sobre o valor acrescentado, alterando o Código do IVA e o regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades e os Projetos de Lei n.ºs 53/XVI/1.ª (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares destinados a animais de companhia, alterando o Código do IVA, 54/XVI/1.ª (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários, alterando o Código do IVA, 356/XVI/1.ª (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA à utilização de métodos alternativos ao uso de animais em contexto de investigação científica, alterando o Código do IVA, 423/XVII/1.ª (PAN) — Repõe a taxa de IVA a 23 % aos espetáculos tauromáquicos, corrigindo a violação da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, do atual normativo e 424/XVI/1.ª (PAN) — Elimina a isenção de IVA dos toureiros, alterando o Código do IVA. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Luísa Areosa (CH), Alberto Fonseca (PSD), Paulo Núncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Bernardo Blanco (IL), Filipa Pinto (L), Isabel Pires (BE), Ana Bernardo (PS), Francisco Pimentel (PSD), Paula Santos (PCP) e Rui Afonso (CH).

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) saudou a presença, na galeria, da Sr.ª Embaixadora da Ucrânia, Maryna Mykhaylenko.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 553/XVI/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas para assegurar o acesso efetivo dos beneficiários de proteção temporária a direitos e a soluções duradouras. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Eliseu Neves (CH), Paulo Muacho (L), Rodrigo Saraiva (IL), Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Ana Sofia Antunes (PS), António Rodrigues (PSD), José Dias Fernandes (CH) e Inês de Sousa Real (PAN).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 42/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2020/285 e (UE) 2022/542, sobre o regime de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável às pequenas empresas e dos Projetos de Lei n.ºs 33/XVI/1.ª (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho) e 39/XVI/1.ª (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro). Proferiram intervenções, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), João Ribeiro (CH), Bernardo Blanco (IL), Jamila Madeira (PS), Pedro Coelho (PSD), Isabel Pires (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Paula Santos (PCP) e Eduardo Teixeira (CH).

Seguiu-se a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 16/XVI/1.ª (IL) — Médico de família para todos e 17/XVI/1.ª (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 420/XVI/1.ª (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde e 433/XVI/1.ª (CH) — Flexibiliza o regime jurídico das parcerias público-privadas na área da saúde e com os Projetos de Resolução n.ºs 539/XVI/1.ª (PAN) — Pela criação de um projeto-piloto de intervenções terapêuticas em situações clínicas ligeiras por farmacêuticos nas farmácias comunitárias, 548/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a generalização das USF modelo B, 554/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao

Governo o reforço dos cuidados de saúde primários, [560/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atribua um médico de família aos grupos mais vulneráveis até ao final do ano de 2025 e [565/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que retome e amplie as parcerias público-privadas na saúde em Portugal. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Susana Correia](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Cristina](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sofia Andrade](#) (PS), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP) e [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [266/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho — atribuindo fins de utilidade pública aos meios de comunicação social que se dedicam ao jornalismo sem fins lucrativos e [440/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Inclui o jornalismo sem fins lucrativos na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública (alteração à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho). Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Clara de Sousa Alves](#) (PSD) e [José Costa](#) (PS).

No âmbito da apreciação do Decreto-Lei n.º 76/2024, de 23 de outubro, que altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação [Apreciação Parlamentar n.º [3/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS)], que deu origem ao Projeto de Resolução n.º [519/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE), de cessação de vigência daquele decreto-lei, proferiram intervenções, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação ([Patrícia Gonçalves Costa](#)), os Deputados [Maria Begonha](#) (PS), [Francisco Covelinhas Lopes](#) (PSD), [Albino Ramos](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Tilly](#) e [Sandra Ribeiro](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Cristóvão Norte](#) (PSD) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). No encerramento, intervieram o Deputado [João Torres](#) (PS) e a Secretária de Estado da Habitação.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 6 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 80 (2025.01.25)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 10 minutos.

O Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) interpelou a Mesa para criticar o lugar do Deputado não inscrito [Miguel Arruda](#) no Hemiciclo, considerando estar demasiado perto da bancada do Chega. O Presidente delegou essa discussão para a Conferência de Líderes. Após interpelação à Mesa do Deputado [Rui Tavares](#) (L) sobre o mesmo assunto e devido aos protestos que advieram, o Presidente interrompeu a sessão, chamando os líderes parlamentares ao seu gabinete.

Retomada a sessão, em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) questionou a Mesa sobre a retirada da agenda de algumas iniciativas. Sobre o mesmo assunto, interpelaram a Mesa os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS) e [Bruno Nunes](#) (CH). O Presidente explicou que o assunto foi amplamente debatido e consensualizado na Conferência de Líderes. O Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) apresentou um requerimento oral para reverter a decisão da Mesa sobre a retirada das iniciativas, que foi rejeitado.

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [466/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que inicie o processo para a colocação de inibidores de sinal nos estabelecimentos

prisionais, que foi aprovado, [510/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para assegurar a disponibilização de inibidores de sinal nos estabelecimentos prisionais, que foi rejeitado, [525/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda a conclusão do programa de alargamento da instalação de telefones fixos nos espaços de alojamento dos estabelecimentos prisionais, que foi rejeitado, [555/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que dê prioridade à melhoria das condições dos estabelecimentos prisionais, que foi rejeitado, e [562/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a instalação de inibidores de sinal nos estabelecimentos prisionais, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Andreia Neto](#) (PSD), [Nuno Gabriel](#) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Vaz](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [325/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera o regime jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), que foi rejeitado, [63/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Suspende a atribuição de licenças de TVDE até à conclusão do processo de avaliação e revisão do regime legal vigente, que foi rejeitado, [434/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Procede à alteração da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE), que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 30 dias, e [448/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Liberalizar o regime jurídico dos TVDE, alterando a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 30 dias, e os Projetos de Resolução n.ºs [122/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Direitos para os estafetas das plataformas digitais e para os motoristas de TVDE, revisão da Lei n.º 45/2018 e regulação da atividade, com maior justiça e transparência para quem trabalha nestes setores, que foi rejeitado, [409/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo alterar o quadro legal da certificação, regulação e fiscalização de motoristas de TVDE, assim como outras medidas para promoção da qualidade, segurança e fiabilidade do serviço, que foi aprovado, e [563/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova as capacidades para o uso da língua portuguesa entre os motoristas TVDE, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Carlos Barbosa](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Marco Claudino](#) (PSD), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Torres](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Paulo Neves](#) (PSD).

No âmbito da apreciação do Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [Apreciação Parlamentar n.º [6/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE, PCP, L e PAN)], que deu origem aos Projetos de Resolução n.ºs [520/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE), [575/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [584/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) e [593/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L), de cessação de vigência daquele decreto-lei, os quais foram posteriormente rejeitados, usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria Begonha](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Albino Ramos](#) (IL), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Marina Gonçalves](#) (PS). No encerramento, proferiram intervenções a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) e o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [526/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento do jornalista Daniel Ribeiro, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Pedro Coimbra](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [528/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Rui Namorado, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi ainda lido o Projeto de Voto n.º [529/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte do General Vasco Rocha Vieira, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [18/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos e as regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações, sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [9/XVI/1.ª](#) (GOV) — Proceda à trigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [441/XVI/1.ª](#) (CH) — Restringe o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas na via pública.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [530/XVI/1.ª](#) (BE) — Regulamentação da alimentação e ementas em berçários e creches, [532/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a elaboração de um regime jurídico específico para a alimentação nas creches, com inclusão de opções vegetarianas e proibição de produtos com açúcar e sal adicionados, [547/XVI/1.ª](#) (PS) — Ementas em berçários e creches e [550/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a promoção da qualidade da alimentação nas creches.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [421/XVI/1.ª](#) (BE) — Correta contabilização de pontos no descongelamento da carreira de enfermagem e criação de um estatuto de risco para profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, [422/XVI/1.ª](#) (PAN) — Reconhece aos enfermeiros o estatuto de profissão de desgaste rápido e o direito à reforma antecipada, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e o Código do IRS, [429/XVI/1.ª](#) (L) — Reconhece o estatuto de desgaste rápido à profissão de enfermeiro, [431/XVI/1.ª](#) (L) — Contabilização de pontos para enfermeiros especialistas, chefe e supervisor promovidos por concurso entre 2006 e setembro de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro, [432/XVI/1.ª](#) (CH) — Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma, e [526/XVI/1.ª](#) (PCP) — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros, que assegure a devida compensação pela penosidade e risco da profissão.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [533/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta os direitos de parentalidade das enfermeiras em cumprimento do Despacho n.º 7/2024, de 9 de agosto, e [534/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela contabilização total do tempo de serviço aos enfermeiros prejudicados pela interpretação do Decreto-Lei n.º 80-B/2022.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [536/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a remuneração dos estágios realizados no âmbito da componente de ensino clínico dos ciclos de estudos de licenciatura e mestrado em enfermagem.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [557/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra o acordo histórico celebrado com os enfermeiros e dê continuidade às negociações.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [464/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, [499/XVI/1.ª](#) (BE) — Alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, [527/XVI/1.ª](#) (PCP) — Criação de um programa

de financiamento para adaptação e eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações de pessoas com mobilidade condicionada, 531/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, 537/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo cumprimento da legislação sobre acessibilidades e reforço dos direitos das pessoas com mobilidade reduzida, 538/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, 546/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de planos plurianuais de intervenção para melhoria das condições de acessibilidade, 556/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos meios do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., e 558/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente a lei de bases para a deficiência e inclusão.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 411/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um serviço de atendimento permanente em Ourém e de medidas para atrair e fixar médicos de família na região, e 498/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde primários no concelho de Ourém.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 524/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Acesso a médico de família e a equipa de saúde familiar no concelho de Ourém.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 551/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a contratação de médicos de família para reforçar a resposta da rede de cuidados primários no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 127/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), 425/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a concretização da revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e assegura um conjunto de medidas para valorização da carreira e 438/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Revê o pagamento do suplemento de recuperação processual, alterando o Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que defina uma estratégia para responder à falta de oficiais de justiça e à dignificação das respetivas carreiras, 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a concretização da revisão do estatuto dos funcionários judiciais, a melhoria das suas condições de trabalho e a valorização da carreira, 552/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a aprovação urgente do novo estatuto dos funcionários judiciais e 559/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação e modernização dos tribunais para um normal funcionamento do sistema judicial.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente a Diretiva (UE) 2022/542, no que diz respeito às taxas do imposto sobre o valor acrescentado, alterando o Código do IVA e o regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 53/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares destinados a animais de companhia, alterando o Código do IVA, 54/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários, alterando o Código do IVA, 356/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA à utilização de métodos alternativos ao uso de animais em contexto de investigação científica, alterando o Código do IVA, 423/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Repõe a taxa de IVA a 23 % aos espetáculos tauromáquicos, corrigindo a violação da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006 do atual normativo, e 424/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Elimina a isenção de IVA dos toureiros, alterando o Código do IVA.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto

prazo ao seu país de origem e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 553/XVI/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas para assegurar o acesso efetivo dos beneficiários de proteção temporária a direitos e a soluções duradouras.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 42/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2020/285 e (UE) 2022/542, sobre o regime de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável às pequenas empresas, foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 33/XVI/1.ª (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho) e, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 60 dias, o Projeto de Lei n.º 39/XVI/1.ª (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 16/XVI/1.ª (IL) — Médico de família para todos, que foi rejeitado, e 17/XVI/1.ª (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, que foi aprovado, os Projetos de Lei n.ºs 420/XVI/1.ª (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, e 433/XVI/1.ª (CH) — Flexibiliza o regime jurídico das parcerias público-privadas na área da saúde, que foi rejeitado, os Projetos de Resolução n.ºs 539/XVI/1.ª (PAN) — Pela criação de um projeto-piloto de intervenções terapêuticas em situações clínicas ligeiras por farmacêuticos nas farmácias comunitárias, que foi aprovado, 548/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a generalização das USF modelo B, que foi aprovado, 554/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde primários, que foi aprovado, 560/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atribua um médico de família aos grupos mais vulneráveis até ao final do ano de 2025, que foi aprovado, e 565/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que retome e amplie as parcerias público-privadas na saúde em Portugal, que foi aprovado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 266/XVI/1.ª (L) — Altera a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, atribuindo fins de utilidade pública aos meios de comunicação social que se dedicam ao jornalismo sem fins lucrativos e 440/XVI/1.ª (BE) — Inclui o jornalismo sem fins lucrativos na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública (alteração à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho).

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 519/XVI/1.ª (BE), 590/XVI/1.ª (L) e 591/XVI/1.ª (PS) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 76/2024, de 23 de outubro, que altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Lei n.º 292/XVI/1.ª (PS) — Elevação da vila de Almancil à categoria de cidade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 507/XVI/1.ª (CH) — Pela definição de critérios objetivos e rigorosos para a inventariação e registo de manifestações do património cultural imaterial português.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 434/XVI/1.ª (PS) — Recomenda a adoção de medidas de combate ao fogo bacteriano e estenfiliose e de apoio financeiro aos produtores afetados por estas doenças e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 469/XVI/1.ª (CH) — Pela implementação de medidas de combate à estenfiliose e ao fogo bacteriano da pera rocha.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 197/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a proteção das comunidades locais – baldios.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativos aos Projetos de Resolução n.ºs 363/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Programa de valorização da Serra da Estrela, 366/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano de reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela, 160/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, 324/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela, e 349/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 34/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Almiro Moreira](#) (PSD), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 505/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da segurança na cidade do Porto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 294/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior, 342/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do ensino superior e 343/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no ensino superior e que crie um suplemento que suporte estes custos.

De seguida, foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 82/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (sétima alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho), 83/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, 426/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a limitação da prestação de trabalho em condições climáticas extremas, prevenindo a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais e 430/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho no sentido de possibilitar às comissões de trabalhadores convocarem eleições para a comissão paritária, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 522/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Atualização do cálculo de remição de pensões devidas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Albino Ramos](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Fernando José](#) (PS).

Foram discutidos os Projetos de Resolução n.ºs 438/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome medidas para combater as «empresas e lojas de fachada» e 529/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o reforço dos meios para o combate à exploração de imigrantes e ao tráfico de seres humanos, tendo intervindo, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [João Torres](#) (PS), [Vanessa Barata](#) e [Francisco Gomes](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).



Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 594/XVI/1.ª.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 59 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 81 (2025.01.30)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 465 a 467/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 586 e 589 a 591/XVI/1.ª.

Em declaração política, o Deputado [Alfredo Maia](#) (PCP) acusou o Governo de implementar um programa de ataque ao regime previdencial dos trabalhadores, afirmando ser necessário criar mais e melhor emprego, melhores salários, fiscalizar e assegurar a entrega das contribuições devidas e alargar as fontes de receita, após o que respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carla Barros](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH) e [José Moura Soeiro](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) lamentou a entrada em vigor, nesta data, do Decreto-Lei n.º 117/2024, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que apelidou de perigoso para o País, o território, os ecossistemas e o problema de emergência da habitação. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Deputados [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Melo](#) (CH) — que também deu explicações após o Deputado [Rui Tavares](#) (L) ter usado a palavra para defesa da honra —, [Joana Mortágua](#) (BE) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) aludiu aos 50 anos do I Congresso do CDS-PP e apresentou o seu partido como a verdadeira alternativa democrata-cristã para a construção de um país livre e democrático, tendo criticado partidos como o Bloco de Esquerda, o PS ou o Chega. Respondeu, no fim, ao pedido de esclarecimento do Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Salvador Malheiro](#) (PSD) começou por definir política como atividade nobre e criticou as recentes mudanças de opinião do PS que apelidou de taticistas e irresponsáveis, apresentando o PSD como o referencial de responsabilidade. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [António Filipe](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS) reafirmou a sustentabilidade da Segurança Social e criticou a composição do grupo de trabalho constituído para estudar o futuro da mesma, que acusou de estar dominado por interesses privados. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Isaura Morais](#) (PSD), [Felicidade Vital](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Marta Martins da Silva](#) (CH) considerou que a crise em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde é reflexo da desordem, da falta de planeamento e da negligência política de sucessivos Governos e apelou à necessidade de uma reforma

urgente. Respondeu depois ao pedido de esclarecimento do Deputado [João Paulo Correia](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Albino Ramos](#) (IL), aludindo ao centralismo como fator de atraso do nosso País, defendeu que a descentralização e a deslocalização constituem um meio para aumentar a eficiência dos serviços públicos a nível local e para um desenvolvimento económico e social homogéneo em todo o território. Respondeu, seguidamente, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Jorge Botelho](#) (PS), [João Ribeiro](#) (CH) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) teceu considerações sobre o trabalho, o reconhecimento de novas profissões, as novas formas de laboralidade e a necessidade de se garantirem direitos a todos os trabalhadores. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Clara de Sousa Alves](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [43/XVI/1.ª](#) (GOV) — *Procede à transposição da Diretiva (UE) 2022/2041, relativa a salários mínimos adequados na UE, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e dos Projetos de Lei n.ºs [449/XVI/1.ª](#) (L) — Cria um valor de referência para os rácios salariais a observar no setor público e [455/XVI/1.ª](#) (L) — Prorroga a vigência das convenções coletivas de trabalho até à sua substituição por outra convenção. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ([Maria do Rosário Palma Ramalho](#)) e do Secretário de Estado do Trabalho ([Adriano Rafael Moreira](#)), os Deputados [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Pedro Correia](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Patrícia Caixinha](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sónia Ramos](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Bruno Nunes](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [José Moura Soeiro](#) (BE).*

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 59 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 82 (2025.01.31)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da retoma do mandato de um Deputado do L.

Foram apreciados conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [341/XVI/1.ª](#) (L) — *Regulamenta o Estatuto do Apátrida, o procedimento para a sua determinação e o procedimento especial de obtenção da nacionalidade e [445/XVI/1.ª](#) (BE) — Procede à regulamentação do Estatuto do Apátrida (altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, o Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, e a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional). Usaram da palavra os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Paula Margarido](#) (PSD), [Ana Sofia Antunes](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).*

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [116/XVI/1.ª](#) (PAN) — *Aprova uma moratória que impede a mineração em mar profundo até 2050 e altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, [157/XVI/1.ª](#) (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao*

disposto na Lei de Bases do Clima, [105/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Altera a Lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional para proteção do interesse público e da proteção ambiental (segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril), [419/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Revisão do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nacional com o objetivo de introduzir uma moratória à mineração em mar profundo, [428/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima, [452/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Introduce a perspectiva de género e de justiça climática na Lei de Enquadramento Orçamental, [453/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Introduce uma moratória sobre as atividades de prospeção, pesquisa, exploração e utilização de depósitos minerais em zonas marítimas sob jurisdição nacional até 1 de janeiro de 2050 e [458/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Estabelece uma moratória sobre a mineração em mar profundo até 2050 e procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril e à primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Foram apreciados conjuntamente os Projetos de Resolução n.ºs [463/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reconheça, de forma imediata, o Estado da Palestina, [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, [7/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, [107/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento urgente da independência da Palestina, [542/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, contribuindo para a concretização da solução de dois Estados, [543/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços necessários com vista ao resgate dos familiares de portugueses presos na Faixa de Gaza, [579/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza, [580/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a criação de um fundo internacional para a reconstrução da Faixa de Gaza e [581/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda que o Governo promova uma solução pacífica e sustentável para o conflito israelo-palestiniano. Após a Câmara ter saudado a Embaixadora da Palestina em Lisboa, presente nas galerias, proferiram intervenções, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Bruno Ventura](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Pisco](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [João Paulo Rebelo](#) (PS).

Seguidamente, procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [25/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Diminuir a taxa de retenção mínima de IRS, revogar o pagamento por conta, aumentar a isenção facultativa de IVA e prestações adicionais da segurança social e retirar penalização aos profissionais liberais em períodos sem atividade, [34/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores, [52/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Garante o acesso dos trabalhadores-estudantes ao abono de família, a bolsas de ensino superior e a pensões de sobrevivência e a um regime especial de isenção contributiva, alterando o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, [435/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera o Código do IVA, aumentando o valor previsto para o regime de isenção de IVA, [436/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera o Código do IRS, reduzindo a taxa de retenção mínima de IRS e revogando os pagamentos por conta, [450/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Pelo alargamento da dispensa de apresentação de declaração de IRS e pela abrangência do mínimo de existência a trabalhadores independentes, [456/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Código do IVA aumentando o valor máximo do volume de negócios para efeitos de isenção de imposto, e dos

Projetos de Resolução n.ºs 549/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do sistema de retenção na fonte dos trabalhadores independentes, assegurando a sua progressividade, e 577/XVI/1.ª (BE) — Pela alteração do regime contributivo dos trabalhadores independentes junto da Segurança Social e Autoridade Tributária. Intervieram, a diverso título, os Deputados Mário Amorim Lopes (IL), Rui Afonso (CH), Filipa Pinto (L), Miguel Cabrita (PS), Marcus Santos (CH), Inês de Sousa Real (PAN), José Moura Soeiro (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Almiro Moreira (PSD), Pedro Pinto (CH) e Carlos Pereira (PS).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º 403/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de um novo quadro legislativo para potenciar o crescimento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos e a aproximação ao modelo comunitário disposto pelo AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation), em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 108/XVI/1.ª (BE) — Estipula a obrigatoriedade de instalação de painéis solares na cobertura de parques de estacionamento exteriores, 439/XVI/1.ª (CH) — Altera o enquadramento legislativo da mobilidade elétrica para promover a concorrência, simplificação administrativa e alinhamento com o quadro europeu AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation), 457/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade elétrica, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 544/XVI/1.ª (PAN) — Pelo reforço dos direitos dos utilizadores de veículos elétricos, alargamento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos e aumento da sustentabilidade da mobilidade elétrica, 576/XVI/1.ª (PS) — Recomendar ao Governo que simplifique o regime e promova a concorrência na mobilidade elétrica e 582/XVI/1.ª (CDS-PP) — Pela análise às recomendações da Autoridade da Concorrência no mercado da mobilidade elétrica. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Gonçalo Lage (PSD), Joana Mortágua (BE), Bernardo Pessanha (CH), Joana Cordeiro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Ricardo Pinheiro (PS), Paulo Nuncio (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L), António Filipe (PCP), Luís Paulo Fernandes (CH) e Margarida Saavedra (PSD).

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 168/XVI/1.ª (BE) — Compatibiliza a idade mínima para prestar trabalho com o termo da escolaridade obrigatória, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 540/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a elaboração de um estudo sobre o trabalho infantil em Portugal e medidas de combate, prevenção e apoio às famílias. Usaram da palavra os Deputados José Moura Soeiro (BE), Paulo Edson Cunha (PSD), Maria José Aguiar (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Ofélia Ramos (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Hugo Oliveira (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Alfredo Maia (PCP), Filipa Pinto (L), Sofia Canha (PS) e Manuela Tender (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Resolução n.º 2/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 468, 470 a 486 e 491/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 592 a 593 e 595 a 627/XVI/1.ª.

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 20 horas e 18 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 83 (2025.02.01)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Foi discutida, e posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 44/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha, tendo intervindo, além da Secretária de Estado da Justiça (Maria José Barros), os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Sandra Ribeiro e Rui Paulo Sousa (CH), Mariana Leitão (IL), António Filipe (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Muacho (L), Pedro Neves de Sousa (PSD) e Isabel Alves Moreira (PS).

Foi apreciada, e posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 36/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Reforça as penalizações decorrentes das infrações ao Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro, e estabelece a proibição dos maquinistas de desempenhar funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Mobilidade (Cristina Pinto Dias) e do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), António Filipe (PCP), Luísa Areosa (CH), José Carlos Barbosa (PS), José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Albino Ramos (IL), Maurício Marques (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Raul Melo (CH), Paulo Cavaleiro (PSD) e Marina Gonçalves (PS).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 172/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, que foi rejeitado, 187/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria o estatuto do refugiado climático, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, 446/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reconhece o estatuto do refugiado climático e 451/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Introduce o crime de ecocídio no Código Penal, que foram rejeitados, e 454/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Estabelece o regime jurídico da mobilidade ambiental e 460/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Concede proteção subsidiária a migrantes sujeitos a eventos climáticos extremos, procedendo à sexta alteração da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que, a requerimento dos proponentes, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias. Intervieram, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Vanessa Barata (CH), Fabian Figueiredo (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Miguel Matos (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Mariana Leitão (IL), Alfredo Maia (PCP), José Carvalho (CH), Ana Santos (PSD) e Pedro Vaz (PS).

De seguida, foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 218/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Eleva para os 18 anos a idade mínima para contrair casamento, que foi rejeitado, 427/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Inclui o casamento infantil, precoce e/ou forçado no conjunto das categorias de perigo das comissões de proteção de crianças e jovens, alterando Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que foi aprovado, e 459/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Proíbe o casamento de menores para uma maior proteção dos direitos das crianças e dos jovens (alteração ao Código Civil e ao Código do Registo Civil), que foi aprovado, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 545/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção, sensibilização e combate aos casamentos infantis, precoces e/ou forçados, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Rita Matias (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Madalena Cordeiro (CH), Isabel Alves Moreira (PS), Ofélia Ramos (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Patrícia Gilvaz (IL), António Filipe (PCP), Filipa Pinto (L). Entretanto, o Presidente associou-se aos votos de felicidades dirigidos pela Deputada do PS Isabel Alves Moreira ao Deputado do BE José Moura Soeiro, que suspende o mandato.

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 629 e 631/XVI/1.<sup>a</sup> e a retirada do Projeto de Lei n.º 65/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi lido, pela Deputada Inês de Sousa Real (PAN), o Projeto de Voto n.º 527/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado por Deputados do PAN, do PSD e do PS) — De pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Valdágua.

Foi lido, pelo Deputado Miguel Matos (PS), o Projeto de Voto n.º 532/XVII/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel do Carmo Mendes.

Foi lido, pelo Deputado Rodrigo Saraiva (IL), o Projeto de Voto n.º 539/XVII/1.ª (apresentado pela IL) — De pesar pelo falecimento de Nuno Roby Amorim.

Foi lido, pelo Deputado Cristóvão Norte (PSD), o Projeto de Voto n.º 543/XVII/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Filipe Manuel da Silva Abreu.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 546/XVII/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do guarda-florestal da GNR André Jesus.

Após a aprovação das partes deliberativas daqueles projetos de voto (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 594/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à República Checa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 629/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 631/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Oslo.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 82/XVII/1.ª (PCP) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (sétima alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho), 83/XVII/1.ª (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, 426/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a limitação da prestação de trabalho em condições climáticas extremas, prevenindo a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais e 430/XVII/1.ª (L) — Altera o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho no sentido de possibilitar às comissões de trabalhadores convocarem eleições para a comissão paritária, tendo sido aprovado o Projeto de Resolução n.º 522/XVII/1.ª (BE) — Atualização do cálculo de remição de pensões devidas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 438/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome medidas para combater as «empresas e lojas de fachada» e 529/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o reforço dos meios para o combate à exploração de imigrantes e ao tráfico de seres humanos.

Na generalidade, foi aprovada a Proposta de Lei n.º 43/XVII/1.ª (GOV) — Procede à transposição da Diretiva (UE) 2022/2041, relativa a salários mínimos adequados na UE, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 449/XVII/1.ª (L) — Cria um valor de referência para os rácios salariais a observar no setor público e 455/XVII/1.ª (L) — Prorroga a vigência das convenções coletivas de trabalho até à sua substituição por outra convenção

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo L e pelo BE, respetivamente, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 341/XVII/1.ª (L) — Regulamenta o Estatuto do Apátrida, o procedimento para a sua determinação e o procedimento especial de obtenção da nacionalidade e 445/XVII/1.ª (BE) — Procede à regulamentação do Estatuto do Apátrida (altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a lei da nacionalidade, o Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprova o regulamento da nacionalidade portuguesa e a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional).

Foram ainda votados os seguintes Projetos de Lei:

N.º 116/XVI/1.ª (PAN) — Aprova uma moratória que impede a mineração em mar profundo até 2050 e altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que foi aprovado, na generalidade;

N.º 157/XVI/1.ª (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 90 dias;

N.º 105/XVI/1.ª (BE) — Altera a Lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional para proteção do interesse público e da proteção ambiental (segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril), tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 90 dias;

N.º 419/XVI/1.ª (PSD) — Revisão do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nacional com o objetivo de introduzir uma moratória à mineração em mar profundo, que foi aprovado, na generalidade;

N.º 428/XVI/1.ª (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 90 dias;

N.º 452/XVI/1.ª (L) — Introduce a perspetiva de género e de justiça climática na Lei de Enquadramento Orçamental, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 90 dias;

N.º 453/XVI/1.ª (L) — Introduce uma moratória sobre as atividades de prospeção, pesquisa, exploração e utilização de depósitos minerais em zonas marítimas sob jurisdição nacional até 1 de janeiro de 2050, que foi aprovado, na generalidade;

N.º 458/XVI/1.ª (PS) — Estabelece uma moratória sobre a mineração em mar profundo até 2050 e procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril e à primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que foi aprovado, na generalidade.

Na generalidade, foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 463/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reconheça, de forma imediata, o Estado da Palestina, 4/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, 7/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, 107/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento urgente da independência da Palestina, 542/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, contribuindo para a concretização da solução de dois Estados e 543/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços necessários com vista ao resgate dos familiares de portugueses presos na faixa de Gaza, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 579/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza e foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 580/XVI/1.ª (L) — Recomenda a criação de um Fundo Internacional para a Reconstrução da Faixa de Gaza e 581/XVI/1.ª (IL) — Recomenda que o Governo promova uma solução pacífica e sustentável para o conflito israelo-palestiniano.

Na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Lei n.º 25/XVI/1.ª (IL) — Diminuir a taxa de retenção mínima de IRS, revogar o pagamento por conta, aumentar a isenção facultativa de IVA e prestações adicionais da Segurança Social e retirar penalização aos profissionais liberais em períodos sem atividade, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 34/XVI/1.ª (IL) — Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 52/XVI/1.ª (PAN) — Garante o acesso dos trabalhadores-estudantes ao abono de família, a bolsas de ensino

superior e a pensões de sobrevivência e a um regime especial de isenção contributiva, alterando o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, [435/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Código do IVA, aumentando o valor previsto para o regime de isenção de IVA, [436/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Código do IRS, reduzindo a taxa de retenção mínima de IRS e revogando os pagamentos por conta, [456/XVI/1.ª](#) (L) — Altera o Código do IVA aumentando o valor máximo do volume de negócios para efeitos de isenção de imposto e [450/XVI/1.ª](#) (L) — Pelo alargamento da dispensa de apresentação de declaração de IRS e pela abrangência do mínimo de existência a trabalhadores independentes e os Projetos de Resolução n.ºs [549/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do sistema de retenção na fonte dos trabalhadores independentes, assegurando a sua progressividade e [577/XVI/1.ª](#) (BE) — Pela alteração do regime contributivo dos trabalhadores independentes junto da Segurança Social e Autoridade Tributária.

Na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [403/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de um novo quadro legislativo para potenciar o crescimento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos e a aproximação ao modelo comunitário disposto pelo AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation), foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [108/XVI/1.ª](#) (BE) — Estipula a obrigatoriedade de instalação de painéis solares na cobertura de parques de estacionamento exteriores, [439/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o enquadramento legislativo da mobilidade elétrica para promover a concorrência, simplificação administrativa e alinhamento com o quadro europeu AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation) e [457/XVI/1.ª](#) (IL) — Alteração ao regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade elétrica e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [544/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço dos direitos dos utilizadores de veículos elétricos, alargamento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos e aumento da sustentabilidade da mobilidade elétrica, [576/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomendar ao Governo que simplifique o regime e promova a concorrência na mobilidade elétrica e [582/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Pela análise às recomendações da Autoridade da Concorrência no mercado da mobilidade elétrica.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [168/XVI/1.ª](#) (BE) — Compatibiliza a idade mínima para prestar trabalho com o termo da escolaridade obrigatória e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [540/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a elaboração de um estudo sobre o trabalho infantil em Portugal e medidas de combate, prevenção e apoio às famílias.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [285/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma Rede Nacional de Residências Artísticas, o incentivo à criação de residências artísticas em espaços públicos e a declaração de interesse cultural para espaços de criação artística;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [116/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos das pacientes com diagnóstico de cancro do ovário, [266/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o alargamento de cuidados de saúde em primeira linha a mulheres com cancro nos ovários, [276/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize os dados nacionais relativos à incidência e mortalidade associadas ao cancro do ovário no Registo Oncológico Nacional e que adote medidas que promovam celeridade no acesso a medicamentos inovadores para os casos sem mutação, [287/XVI/1.ª](#) (BE) — Disponibilização de tratamento para cancro do ovário e [292/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário; e



Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [207/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço da acessibilidade das pessoas com diagnóstico de infertilidade às técnicas de procriação medicamente assistida, [277/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um Plano Nacional de Apoio a Fertilidade, [281/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento da idade máxima de acesso para o início de procedimentos de técnicas de procriação medicamente assistida no SNS e criação de um Centro Público de Procriação Medicamente Assistida na zona Sul do País e [291/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforço da resposta dos Centros Públicos de Procriação Medicamente Assistida.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [196/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [434/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda a adoção de medidas de combate ao fogo bacteriano e estenfiliose e de apoio financeiro aos produtores afetados por estas doenças;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º [348/XVI/1.ª](#) (PSD) — Procede à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques e aprova medidas eficazes de segurança rodoviária;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º [349/XVI/1.ª](#) (PSD) — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, Código da Estrada;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º [440/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a aplicação efetiva da Resolução da Assembleia da República n.º 21/2018 para a criação e implementação de uma classe própria e exclusiva para motociclos, para efeitos de pagamento de portagens; e

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º [442/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a redução da sinistralidade rodoviária e para a promoção da segurança rodoviária.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [569/XVI/1.ª](#) (PCP) — Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [10/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [130/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar, [153/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção, [208/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e conseqüente diminuição de violência contra crianças e jovens, [304/XVI/1.ª](#) (L) — Pela valorização e qualificação das carreiras de assistente técnico e de assistente operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola e [390/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º [252/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 388/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da reflexão e ação sobre o impacto dos telemóveis em ambiente escolar, 391/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Por melhores condições para brincar e para estar na escola e 392/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil; e

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 208/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 485/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da organização do Campeonato Mundial de Futebol de 2030, pugne pelo respeito dos direitos dos animais no Reino de Marrocos.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 521/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que apoie a investigação da Procuradoria do Tribunal Penal Internacional relativa a Nicolás Maduro e outros responsáveis por crimes contra a humanidade na Venezuela.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 567/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que apele à República do Iraque que não legalize os casamentos infantis e não diminua os direitos das mulheres no casamento, no divórcio, na partilha de responsabilidades parentais e na herança.

Na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito na Geórgia e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 500/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que adote medidas relativas à instabilidade eleitoral e política na Geórgia.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo à Proposta de Lei n.º 14/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras».

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Foram apreciados conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 203/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro), 447/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Corrige as desigualdades no suplemento de fixação dos guardas prisionais das regiões autónomas (4.<sup>a</sup> Alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro), e o Projeto de Resolução n.º 341/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que retome o pagamento do subsídio de insularidade a todos os guardas prisionais que estão a cumprir a sua missão nas regiões autónomas. Usaram da palavra os Deputados António Filipe (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Nuno Gabriel e Francisco Gomes (CH), Sofia Canha (PS), Filipa Pinto (L), José Moura Soeiro (BE), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Margarido (PSD), Pedro Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 488 e 490/XVI/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Resolução n.º 628/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 16 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 84 (2025.02.06)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado da IL.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo às suspensões de mandato de um Deputado do PSD e de um Deputado da IL, e respetivas substituições, bem como à assunção do mandato de uma Deputada do BE.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados André Ventura (CH), Hugo Soares (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 27 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 85 (2025.02.07)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 47 e 48/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 487, 489, 492 a 494 e 496 a 501/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 630, 632 e 634 a 642/XVI/1.ª, e da retirada do Projeto de Lei n.º 65/XVI/1.ª.

Na abertura do debate da Interpeleção ao Governo n.º 4/XVI/1.ª (BE) — Partidarização do SNS e degradação do acesso à saúde, entrevistaram a Deputada Mariana Mortágua (BE) e a Ministra da Saúde (Ana Paula Martins).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados Sofia Andrade (PS), Paulo Muacho (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Marisa Matias (BE), Paula Santos (PCP), Isabel Pires (BE), Jamila Madeira (PS), André Ventura (CH), Joana Mortágua (BE), Fátima Correia Pinto (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Alberto Machado (PSD), Rui Cristina (CH), Mariana Vieira da Silva (PS), Andreia Bernardo (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Miguel Guimarães e Francisco Sousa Vieira (PSD), Susana Correia (PS) e Joana Cordeiro (IL).

No encerramento do debate, entrevistaram o Deputado Fabian Figueiredo (BE) e a Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo).

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 495 e 502 a 507/XVI/1.ª.

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 17 horas e 47 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PSD, sobre o tema «Pela aproximação das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo», procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [620/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a promoção de um conjunto de medidas para aumentar a cidadania das mulheres portuguesas residentes no estrangeiro, [621/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a promoção de campanhas de informação aos eleitores recenseados no estrangeiro, [622/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que avalie as condições necessárias para a implementação de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial, [623/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas especiais de reforço da rede consular portuguesa, [624/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que avalie as condições necessárias para a introdução do voto antecipado em mobilidade para os eleitores residentes no estrangeiro, e [625/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que defina um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro, que foram todos aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Flávio Martins](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Patrícia Faro](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paulo Pisco](#) (PS), [Pedro Correia](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [José Dias Fernandes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Regina Bastos](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Neves](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [António Pinto Pereira](#) (CH), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [André Abrantes Amaral](#) (IL) e [Rita Matias](#) (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [547/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar com o povo dos Estados Unidos da América pelos incêndios de Los Angeles, no Estado da Califórnia, [555/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De pesar pela morte de Maria Teresa Horta e [557/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Sua Alteza o Príncipe Aga Khan IV, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores das iniciativas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [203/XVI/1.ª](#) (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) e [447/XVI/1.ª](#) (BE) — Corrige as desigualdades no suplemento de fixação dos guardas prisionais das regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro), tendo sido rejeitado o Projeto de Resolução n.º [341/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que retome o pagamento do subsídio de insularidade a todos os guardas prisionais que estão a cumprir a sua missão nas regiões autónoma.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [437/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo português o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique e a adoção de uma postura firme em defesa da democracia.

Foram ainda aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [258/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação do acesso direto à autoestrada A24 a partir do Núcleo Extrativo da Falperra,

[320/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um nó de acesso direto à A24 a partir do Núcleo Extrativo da Serra da Falperra, [355/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Criação de nó de acesso à A24 na Serra da Falperra e requalificação da ligação até à EN212 e [564/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Pela criação de um nó de acesso à A24 na Serra da Falperra.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [139/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [475/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela elaboração de uma Estratégia Nacional Anticorrupção 2025-2028.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a prorrogação do prazo da baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 60 dias, da Proposta de Lei n.º [15/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código.

Em votação na generalidade, foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [86/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Consagra o direito de dispensa ao serviço no dia de aniversário e possibilita o gozo dos feriados obrigatórios em dia distinto àquele em que recaiam, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, [129/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na Administração Pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário, [130/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Garante uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional através da criação de uma licença para fruição e cuidado de filhos menores, [136/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado e [146/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Código do Trabalho e legislação relacionada, consagrando o direito ao horário de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais e 25 dias úteis como período mínimo de férias; à verificação das condições de trabalho de quem está em teletrabalho, bem como o direito a férias pagas de quem esteja a realizar estágio profissional extracurricular.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [9/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Procede à trigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Após ser aprovada a avocação pelo Plenário da proposta de alteração do artigo 2.º da Proposta de Lei n.º [44/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha, procedeu-se à discussão da mesma, tendo usado da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [António Filipe](#) (PCP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN), e a proposta de alteração foi rejeitada.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [44/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [298/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos, [350/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [361/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, [368/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao

Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos, e [377/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [477/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento e publicitação dos valores envolvidos na área da saúde dos acordos bilaterais celebrados com países terceiros, [478/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para aumentar a transparência em matéria de acesso à saúde por cidadãos não residentes em Portugal, [490/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a monitorização do acesso de estrangeiros ao SNS e [492/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — De Serviço Nacional a Serviço Mundial de Saúde: prevenir o uso indevido do SNS por cidadãos estrangeiros não residentes;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [242/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, [446/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, [454/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, [457/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde e [460/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que proceda à criação da carreira especial de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [283/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo aumento da capacidade da oferta pública de creches; e

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [348/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD e um Deputado do CH a intervirem em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [508/XVI/1.<sup>a</sup>](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs [643](#), [645](#) e [647/XVI/1.<sup>a</sup>](#).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 19 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 87 (2025.02.13)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) deu nota de que o Grupo Parlamentar do PS solicitará, em Conferência de Líderes e na Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, o repúdio das declarações sobre o antigo Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues proferidas pelo Deputado [André Ventura](#) (CH), que usou igualmente da palavra para reafirmar a sua posição.

No âmbito da ordem do dia fixada pela IL, procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º 570/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a disponibilização de dados sobre a nacionalidade no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) e nas estatísticas da justiça, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 496/XVI/1.ª (IL) — Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º 497/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao Código Penal – Combate ao tráfico de seres humanos, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º 498/XVI/1.ª (IL) — Alteração ao Código Penal, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 636/XVI/1.ª (IL) — Pela criação de postos de trabalho das carreiras gerais nas forças de segurança interna, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 637/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a implementação das câmaras portáteis de uso individual pelas forças de segurança e meios não letais, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 638/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que garanta mais policiamento de proximidade, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Cláudia Santos](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Miguel Arruda](#) (Ninsc), [António Filipe](#) (PCP), [Ana Sofia Antunes](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Elza Pais](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Mariana Leitão](#) (IL).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do BE a intervir em tribunal.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 33 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 88 (2025.02.14)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [328/XVI/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior, [470/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior, [477/XVI/1.ª](#) (L) — Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas e [479/XVI/1.ª](#) (L) — Cria o estatuto do estudante do ensino superior com necessidades educativas específicas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [598/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a adoção de medidas de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior, [603/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação

de fundo nacional para a inovação, acessibilidade e inclusão pedagógica no ensino superior, [608/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Por um ensino superior inclusivo e [612/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Promoção do direito à vida independente dos estudantes com necessidades educativas específicas. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Ferreira](#) (PS), [Filipe Melo](#) e [Diva Ribeiro](#) (CH), [Ana Sofia Antunes](#) e [Marina Gonçalves](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Clara de Sousa Alves](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Lia Ferreira](#) (PS).

Em seguida, foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.<sup>os</sup> [111/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Tolerância zero aos paraísos fiscais para travar o crime fiscal e a corrupção, [47/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais, [471/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Altera o Código dos Contratos Públicos por forma a criar mecanismos que limitem a perda de recursos públicos para paraísos fiscais, [478/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Código dos Contratos Públicos alargando os impedimentos à contratação às entidades domiciliadas em paraísos fiscais. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Almiro Moreira](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Armando Grave](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Pinto](#) (L), [Joana Lima](#) (PS), [André Abrantes Amaral](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Afonso](#) (CH) e [Pedro Coelho](#) (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.<sup>os</sup> [3/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde, [468/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Cria o regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde e procede à alteração do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, [473/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde e [483/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Torna mais atrativo o regime de dedicação plena e revoga a figura de diretor executivo do SNS, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [607/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a revisão do regime de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Correia](#) (PS), [Marisa Matias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Felicidade Vital](#) (CH), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Sofia Andrade](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Sandra Ribeiro](#) (CH).

Procedeu-se à discussão do Projeto de Resolução n.º [46/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros, assim como ao debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [475/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Regime de proteção dos consumidores na alienação de créditos a terceiros, juntamente com os Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> [600/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda a criação de mecanismos de proteção e salvaguarda de detentores de créditos não produtivos e [614/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [João Ribeiro](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [André Abrantes Amaral](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Martim Syder](#) (PSD) e [Eduardo Teixeira](#) (CH).

Foram apreciados os Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> [572/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que distribua as verbas pelas unidades que viram candidaturas aprovadas para a construção de novas camas, por forma a não perder os fundos por incumprimento das metas e [573/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados, juntamente com o Projeto de Lei n.º [481/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera a Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro (Lei de Bases dos Cuidados Paliativos), estabelecendo o número mínimo de camas por milhão de habitantes em unidades de cuidados paliativos, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> [596/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento da Rede Nacional de Cuidados



Continuados Integrados e a melhoria da sua capacidade de resposta, [602/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reforço da oferta pública em cuidados continuados integrados, [604/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados, [605/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental e [609/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Intervieram no debate os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Susana Correia](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marisa Matias](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Irene Costa](#) (PS) e [Rui Cristina](#) (CH).

Em interpelação à Mesa, a Deputada [Marina Gonçalves](#) (PS) anunciou a intenção de levar à Conferência de Líderes uma questão sobre o que considerou ter sido uma violação do Estatuto dos Deputados ocorrida na sessão.

Foram aprovados pareceres da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativos à substituição de dois Deputados do PSD.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 28 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 89 (2025.02.15)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 510 a 522/XVI/1.<sup>a</sup>, 524 a 526/XVI/1.<sup>a</sup>, 528 a 530/XVI/1.<sup>a</sup> e 532 a 534/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 600, 644, 646, 648 a 652/XVI/1.<sup>a</sup>, 654 a 657/XVI/1.<sup>a</sup>, 659, 662 a 666/XVI/1.<sup>a</sup>, 669, 671, 673, 675 a 682/XVI/1.<sup>a</sup>, 690 a 703/XVI/1.<sup>a</sup> e 706 a 708/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI, sobre a reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Foi apreciada e posteriormente votada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, que foi aprovada, juntamente com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 361/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), que foi aprovado, e 474/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos por forma a assegurar a valorização do sector da rádio, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 523/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a mediação nas negociações entre a AD EDIT e os representantes das bandas filarmónicas e outras entidades utilizadoras de partituras musicais, e o apoio às bandas filarmónicas no acesso à cultura e ensino musical, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Sofia Carreira](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Sofia Andrade](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [José Carvalho](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Foi discutido, e posteriormente aprovado, o Projeto de Resolução n.º 161/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que solicite à IGF uma auditoria às indemnizações a administradores

e dirigentes de cargos públicos e setor empresarial do Estado, tendo usado da palavra os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Pinto](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP) e [Miguel Cabrita](#) (PS).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [345/XVI/1.ª](#) (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, que foi rejeitado, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [601/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de um novo referencial de educação para o bem-estar animal e que a educação para o bem-estar animal seja de caráter obrigatório na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que foi rejeitado, [611/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reveja o conteúdo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e retire o seu conteúdo ideológico, que foi aprovado, e [613/XVI/1.ª](#) (BE) — Promover a educação para a cidadania e para o desenvolvimento, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês Barroso](#) (PSD), [Madalena Cordeiro](#) (CH) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [666/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Brasil.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [568/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que dê seguimento ao processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [328/XVI/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior, que foi aprovado, [470/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior, que foi rejeitado, [477/XVI/1.ª](#) (L) — Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas e [479/XVI/1.ª](#) (L) — Cria o estatuto do estudante do ensino superior com necessidades educativas específicas, que foram aprovados; e os Projetos de Resolução n.ºs [598/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a adoção de medidas de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior, que foi aprovado, [603/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação de fundo nacional para a inovação, acessibilidade e inclusão pedagógica no ensino superior e [608/XVI/1.ª](#) (PCP) — Por um ensino superior inclusivo, que foram rejeitados, e [612/XVI/1.ª](#) (BE) — Promoção do direito à vida independente dos estudantes com necessidades educativas específicas, que foi aprovado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [111/XVI/1.ª](#) (BE) — Tolerância zero aos paraísos fiscais para travar o crime fiscal e a corrupção, [47/XVI/1.ª](#) (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais, [471/XVI/1.ª](#) (PAN) — Altera o Código dos Contratos Públicos por forma a criar mecanismos que limitem a perda de recursos públicos para paraísos fiscais e [478/XVI/1.ª](#) (L) — Altera o Código dos Contratos Públicos alargando os impedimentos à contratação às entidades domiciliadas em paraísos fiscais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [3/XVI/1.ª](#) (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde, [468/XVI/1.ª](#) (BE) — Cria o regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde e procede à alteração do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, [473/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde e [483/XVI/1.ª](#) (CH) — Torna mais atrativo o regime de dedicação plena e revoga a figura de Diretor Executivo do SNS, e o Projeto de Resolução n.º [607/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a revisão do regime de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 46/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros, que foi aprovado, o Projeto de Lei n.º 475/XVII/1.ª (BE) — Regime de proteção dos consumidores na alienação de créditos a terceiros, que foi rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 600/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda a criação de mecanismos de proteção e salvaguarda de detentores de créditos não produtivos, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 614/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 572/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que distribua as verbas pelas unidades que viram candidaturas aprovadas para a construção de novas camas, por forma a não perder os fundos por incumprimento das metas, e 573/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados, que foram aprovados, o Projeto de Lei n.º 481/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro (Lei de Bases dos Cuidados Paliativos), estabelecendo o número mínimo de camas por milhão de habitantes em unidades de cuidados paliativos, que foi rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 596/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a melhoria da sua capacidade de resposta, que foi aprovado, o Projeto de Resolução n.º 602/XVII/1.ª (BE) — Reforço da oferta pública em cuidados continuados integrados, que foi rejeitado, os Projetos de Resolução n.ºs 604/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados e 605/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, que foram aprovados, e o Projeto de Resolução n.º 609/XVII/1.ª (PCP) — Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que foi rejeitado.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 443/XVII/1.ª (PS) — Proceda à alteração dos limites territoriais entre a freguesia de Pernes, a União das Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e a União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, do município de Santarém.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 496/XVII/1.ª (PS) — Construção da linha violeta do metropolitano em Loures e Odivelas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 489/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização destinada a assegurar o cumprimento do quadro legal aplicável ao mergulho profissional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 626/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atribuição de um suplemento por serviço e risco aos tripulantes de embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo L, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do Projeto de Resolução n.º 472/XVII/1.ª (L) — Recomenda a inclusão de medidas específicas sobre a proteção, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, no seguimento do qual usaram da palavra os Deputados Jorge Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), Bernardo Pessanha (CH), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Ricardo Pinheiro (PS) e Fabian Figueiredo (BE). De seguida, foram votados, na especialidade, o ponto 1, que foi aprovado, e o ponto 2, que foi rejeitado, daquele projeto de resolução, que foi, depois, aprovado, em votação final global.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a prorrogação da baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 376/XVI/1.ª (BE) — Aprova o estatuto da carreira de investigação científica, o regime comum das carreiras próprias de investigação científica em regime de direito privado e o regime transitório da carreira de investigação científica.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito na Geórgia;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 515/XVI/1.ª (L) — Recomenda o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma convenção internacional sobre os direitos das pessoas mais velhas;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 579/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que participe nas operações de evacuação médica da Faixa de Gaza;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 623/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas especiais de reforço da rede consular portuguesa;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 625/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que defina um novo quadro de incentivos ao associativismo juvenil no estrangeiro;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 182/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança; e

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 271/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de uma Deputada do CH e outro no sentido de autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Foi debatido o Projeto de Resolução n.º 162/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a autonomização dos crimes de ódio no Relatório Anual de Segurança Interna, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 476/XVI/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna) em matéria de elaboração do Relatório Anual de Segurança Interna e com os Projetos de Resolução n.ºs 597/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do enquadramento legal dos crimes de ódio, o reforço de apoio às vítimas e a recolha, monitorização e disponibilização de dados referentes a estes crimes, 606/XVI/1.ª (L) — Recomenda que sejam implementadas as orientações da

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa relativas a crimes de ódio e 610/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a inclusão de informação e estatísticas no Relatório Anual de Segurança Interna sobre nacionalidade, sexo e idade dos criminosos e das vítimas, crimes previstos no artigo 240.º do Código Penal, e outros. Intervieram, a diverso título, os Deputados [António Rodrigues](#) (PSD), [Vanessa Barata](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Marcus Santos](#) (CH), [Cláudia Santos](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 25 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 90 (2025.02.20)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 49/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 509, 523, 527, 531 e 536 a 545/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 653, 658, 660, 661, 667, 668, 670, 672, 683 a 689, 691 a 698, 705, 709 a 715, 717 e 724/XVI/1.<sup>a</sup>.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [André Ventura](#) (CH), aludindo a uma interpelação à Mesa feita pelo Grupo Parlamentar do PS numa sessão plenária anterior, questionou o Presidente sobre a intenção de sancionar os Deputados pelas suas afirmações, acusando a Mesa de dualidade de critérios, tendo o Presidente respondido que não havia sido proposto qualquer regime sancionatório e remetido essas questões para um grupo de trabalho a criar para o efeito. Ainda neste âmbito, usaram também da palavra, em interpelação à Mesa, os Deputados [Marina Gonçalves](#) (PS) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL), que presidira à sessão plenária mencionada.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo BE, sobre o tema «As ameaças da administração Trump e a reação do Governo português no contexto europeu». Depois de a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquela oradora e do Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)), os Deputados [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Manuel Pizarro](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) pronunciou-se sobre a necessidade de definição de novo conceito estratégico defensivo por parte da Europa, apelando à sua reindustrialização, e referiu-se também à posição que Portugal deveria tomar no atual contexto mundial. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Manuel Pizarro](#) (PS) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) fez um ponto de situação sobre a posição do CDS-PP sobre a temática da segurança em Portugal, salientando as várias propostas feitas pelo seu partido nos últimos anos. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Deputado [António Filipe](#) (PCP).

Em declaração política, após declamar um poema de Miguel Torga, o Deputado [Dinis Faísca](#) (PSD) comentou os investimentos do atual Governo no Algarve, tendo, de seguida, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Jamila Madeira](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Paulo Muacho](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Ferreira](#) (PS) criticou o anúncio do aumento de vagas no concurso nacional de acesso ao ensino superior, que atribuiu exclusivamente a vagas para estudantes internacionais, condenando uma visão do setor que apelidou de mercantilista. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) mostrou preocupação pelo estado da agricultura e das pescas em Portugal, censurando a ação do anterior Governo do PS e do atual Governo da AD nessa área. Após, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Nelson Brito](#) (PS) e [Cristóvão Norte](#) (PSD).

Entretanto, em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) criticou a declaração política do Chega, considerando-a ofensiva e insinuante. Também em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) voltou a acusar a Mesa de dualidade de critérios em relação à utilização desta figura regimental por grupos parlamentares diferentes, tendo a Presidente ([Teresa Morais](#)) dado explicações.

O Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) usou ainda da palavra em defesa da honra da bancada, relativamente às afirmações do Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), que deu explicações.

Em declaração política, o Deputado [André Abrantes Amaral](#) (IL) teceu várias considerações sobre os temas que marcaram a última convenção do seu partido. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [André Pinotes Batista](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) pronunciou-se sobre os recursos humanos e financeiros necessários à construção da escola inclusiva, que permita às crianças com necessidades específicas ter vida independente. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimentos dos Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [João Tilly](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rosário Gambôa](#) (PS) e [Inês Barroso](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) criticou a possibilidade de arbitragem voluntária em litígios entre o Estado e particulares, citando processos que classificou como tendo potenciais riscos de corrupção. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão em 19 horas e 23 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 91 (2025.02.21)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 50 e 51/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 546 a 548/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 718 a 723/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD.

Foram debatidos em conjunto e posteriormente votados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 47/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o novo Estatuto da Carreira Diplomática, que foi aprovada, tendo o Deputado [Rui Tavares](#) (L) declarado conflito de interesses, e os Projetos de Lei n.ºs 521/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Garante que a remuneração dos trabalhadores dos serviços periféricos

externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros é determinada em euros, alterando o Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, que foi aprovado, [522/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um mecanismo extraordinário de garantia de proteção social dos trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que foi rejeitado, e [533/XVI/1.ª](#) (PS) — Consagra o acesso ao passaporte especial para os funcionários consulares em funções no estrangeiro, alterando o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que foi aprovado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [664/XVI/1.ª](#) (CH) — Atualização dos abonos mensais para a carreira diplomática, que foi rejeitado, tendo o Deputado [Rui Tavares](#) (L) declarado conflito de interesses, [675/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela valorização e dignificação dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que foi aprovado, [678/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que iguale as condições de pagamento de todos os trabalhadores consulares, que foi aprovado, [679/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a expansão e reforço da rede consular portuguesa, que foi aprovado, e [680/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a disponibilização de mais serviços através do Consulado Virtual, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), os Deputados [Gilberto Anjos](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [José Dias Fernandes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Pisco](#) (PS), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Neves](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [43/XVI/1.ª](#) (PCP) — Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos (quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), que foi rejeitado, [517/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos no sentido de limitar negócios com familiares, que foi rejeitado, [525/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça e clarifica os impedimentos aplicáveis aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, procedendo à alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, e da Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, que foi rejeitado, [526/XVI/1.ª](#) (PAN) — Facilita a consulta de declarações de rendimentos de titulares de cargos políticos, altos cargos públicos e equiparados, procedendo à alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que foi rejeitado, [532/XVII/1.ª](#) (PSD) — Sexta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, e décima sétima alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, que foi aprovado, tendo o Deputado [Mário Amorim Lopes](#) (IL) declarado conflito de interesses, e [534/XVI/1.ª](#) (PS) — Procede à sexta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, agilizando algumas regras relativas ao preenchimento da declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos e clarificando aspetos do regime aplicável após funções executivas, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Paulo Muacho](#) (L).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [253/XVI/1.ª](#) (L) — Internacionalização do cinema e do audiovisual português e [529/XVI/1.ª](#) (BE) — Atualiza o conceito de obra nacional na lei do cinema (quinta alteração à Lei n.º 55/2012, 6 de setembro), juntamente com o Projeto de Resolução n.º [674/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um grupo de trabalho com vista ao incentivo à visualização de cinema português, que também foi rejeitado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [João Tilly](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#)

(CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [José Costa](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

Apreciou-se o Projeto de Resolução n.º [586/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que pondere o aumento da restituição do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que foi aprovado, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [518/XVI/1.ª](#) (CH) — Alteração aos limites de restituição de IVA às IPSS, [519/XVI/1.ª](#) (PAN) — Possibilita a recuperação do IVA das aquisições de material ou equipamento médico pelas IPSS, alterando o Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, e [520/XVI/1.ª](#) (PAN) — Possibilita a recuperação do IVA pelas associações zoófilas e pelos centros de recolha oficial de animais, alterando o Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, que foram rejeitados, e ainda o Projeto de Resolução n.º [671/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure uma adequação dos mecanismos de recuperação de IVA às necessidades das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que também foi rejeitado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Carlos Pereira](#) (PS), [Felicidade Vital](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Isaura Moraes](#) (PSD), [Pedro Correia](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 19/XVI/1.ª.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [566/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Jorge Nuno Pinto da Costa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [724/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Estónia.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [19/XVI/1.ª](#) (PAR) — Procede à primeira alteração à Deliberação n.º 3-PL/2024, relativa ao elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Foram aprovados os seguintes requerimentos, solicitando a baixa, sem votação, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias:

Apresentado pelo PSD, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º [162/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a autonomização dos crimes de ódio no Relatório Anual de Segurança Interna;

Apresentado pelo CH, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º [476/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna) em matéria de elaboração do Relatório Anual de Segurança Interna;

Apresentado pelo PAN, por 90 dias, do Projeto de Resolução n.º [597/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do enquadramento legal dos crimes de ódio, o reforço de apoio às vítimas e a recolha, monitorização e disponibilização de dados referentes a estes crimes;

Apresentado pelo L, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º [606/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda que sejam implementadas as orientações da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa relativas a crimes de ódio; e

Apresentado pelo CDS-PP, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º [610/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a inclusão de informação e estatísticas no Relatório Anual de Segurança Interna sobre nacionalidade, sexo e idade dos criminosos e das vítimas, crimes previstos no artigo 240.º do Código Penal, e outros.

Na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [571/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova a conservação e requalificação da Igreja de São Sebastião, em Lagos, e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [635/XVI/1.ª](#) (PS) — Preservação do Património Classificado de Lagos – Casa do Infante D. Henrique.



Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [627/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela imediata suspensão da aplicação da Portaria n.º 86/2023, de 27 de março, que procede à alteração das regras relativas à distribuição, por meios eletrónicos, dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [669/XVI/1.ª](#) (PSD, PS, CH, IL, L) — Instituição do dia 17 de fevereiro como Dia do Parlamento dos Jovens.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º [2/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova, para ratificação, as emendas ao Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, adotadas pelas Resoluções n.ºs 259 e 260, na 32.ª Reunião Anual do Conselho de Governadores, realizada em Samarcanda, Uzbequistão, a 18 de maio de 2023.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [459/XVI/1.ª](#) (BE) — Proíbe o casamento de menores para uma maior proteção dos direitos das crianças e dos jovens (alteração ao Código Civil e ao Código do Registo Civil) e [427/XVI/1.ª](#) (PAN) — Inclui o casamento infantil, precoce e/ou forçado no conjunto das categorias de perigo das comissões de proteção de crianças e jovens, alterando Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [151/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da Carreira de Investigação Científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados, e [371/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos laboratórios do Estado e da FCT.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [152/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da carreira de investigação científica nos laboratórios de Estado, [365/XVI/1.ª](#) (PCP) — Integração dos trabalhadores dos laboratórios do Estado na carreira de investigação científica, [371/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos laboratórios do Estado e da FCT, e [375/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [323/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, [326/XVI/1.ª](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior, e [327/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Deputado não inscrito.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 50 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 92 (2025.02.22)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de Censura n.º 1/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 550/XVI/1.ª a 552/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 725/XVI/1.ª a 731/XVI/1.ª.

Na abertura do debate da Moção de Censura n.º 1/XVI/1.ª — Pelo fim de um Governo sem integridade, liderado por um Primeiro-Ministro sob suspeita grave, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Hugo Soares](#), [Isaura Morais](#), [Carla Barros](#), [António Rodrigues](#), [Andreia Neto](#), [João Vale e Azevedo](#), [Gonçalo Lage](#), [Miguel Guimarães](#), [Eva Brás Pinho](#), [Ofélia Ramos](#), [Dulcineia Catarina Moura](#), [Almiro Moreira](#), [Pedro Alves](#), [Regina Bastos](#) e [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Afonso](#), [Eduardo Teixeira](#) e [Rui Cristina](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Isabel Ferreira](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH) e [Alexandra Leitão](#) (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Primeiro-Ministro e o Deputado [André Ventura](#) (CH), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 49 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 93 (2025.02.27)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 549, 553, 555, 557 a 559, 562, 563, 567 a 569 e 573 e dos Projetos de Resolução n.ºs 732 a 752.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo para reclamações contra inexactidões relativas à Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 5/XVI/1.ª (PCP) — Política geral, centrada na degradação da situação social do País em consequência da política de direita, intervieram o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação ([Patrícia Machado Santos](#)) e da Secretária de Estado da Saúde ([Ana Povo](#)), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [João Vale e Azevedo](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Torres](#) (PS), [Marcus Santos](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria José Aguiar](#)

(CH), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Isabel Ferreira](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Maria Begonha](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Pedro Roque](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS), [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

No encerramento do debate, proferiram intervenções a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 94 (2025.02.28)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 17 horas e 47 minutos.

No âmbito da apreciação do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse [Apreciação Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª (PS)], que deu origem aos Projetos de Resolução n.ºs 650/XVI/1.ª (BE) e 747/XVI/1.ª (L), de cessação de vigência daquele decreto-lei, intervieram, a diverso título, além do Ministro da Presidência ([António Leitão Amaro](#)), os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [António Rodrigues](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Vanessa Barata](#) e [Pedro Pinto](#) (CH). No encerramento do debate, intervieram a Deputada [Ana Sofia Antunes](#) (PS) e o Secretário de Estado Adjunto da Presidência ([Rui Armindo Freitas](#)).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 399/XVI/1.ª (BE) — Confere uma maior proteção social às pessoas que trabalham no serviço doméstico, garantindo proteção no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do salário mínimo nacional, 400/XVI/1.ª (BE) — Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstico remunerado e integra o regime jurídico do trabalho doméstico no Código do Trabalho (vigésima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), 512/XVI/1.ª (PCP) — Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteção social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviço doméstico, 516/XVI/1.ª (IL) — Isenta de declaração Modelo 10 o trabalho doméstico, 523/XVI/1.ª (PAN) — Reforça o valor do trabalho doméstico não remunerado na economia do casal e prevê critérios para a sua compensação financeira em caso de separação ou divórcio, alterando o Código Civil, e 527/XVI/1.ª (PAN) — Reforça a proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas, alterando o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 684/XVI/1.ª (L) — Recomenda a sensibilização sobre os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, 685/XVI/1.ª (L) — Recomenda o reforço da capacidade de fiscalização do cumprimento da legislação referente ao trabalho doméstico e 692/XVI/1.ª (PS) — Pela proteção dos trabalhadores do serviço doméstico, reforçando direitos e combatendo a precariedade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Faro](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Ana Bernardo](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Felicidade Vital](#) (CH), [Sónia Ramos](#) (PSD) e [Manuel Magno](#) (CH).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 41 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 95 (2025.03.01)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 52 e 53/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 554/XVI/1.ª, 556/XVI/1.ª, 560/XVI/1.ª, 561/XVI/1.ª, 564 a 566/XVI/1.ª, 570/XVI/1.ª, 572/XVI/1.ª, 574 a 579/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 753 a 755/XVI/1.ª.

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [150/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o tempo de contagem da lista de inscritos para cirurgia, evitando a degradação do estado de saúde dos pacientes, [340/XVI/1.ª](#) (IL) — Realizar um projeto-piloto com PPP na gestão clínica de unidades locais de saúde, [662/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a redefinição dos critérios de priorização nas doenças oncológicas, que foram rejeitados na generalidade, [665/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de parcerias em saúde sempre que tal seja justificado e permita obter mais ganhos em saúde para as pessoas, [670/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela garantia de maior transparência quanto aos tempos de espera na Linha SNS 24, [683/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da saúde, [687/XVI/1.ª](#) (BE) — Resolução das listas de espera para cirurgia através do aumento da capacidade cirúrgica do Serviço Nacional de Saúde, que foram aprovados na generalidade, [688/XVI/1.ª](#) (BE) — Salvaguarda os direitos dos utentes na sua relação com prestadores privados de saúde e [691/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas nas unidades locais de saúde, que foram rejeitados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Jamila Madeira](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Paula Santos](#) (PCP).

Seguiu-se o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [209/XVI/1.ª](#) (CH) — Fixa em 12 meses os descontos obrigatórios para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), [510/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, [513/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a ADM para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro), [514/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a SAD para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro), [515/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (décima nona alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro), [524/XVI/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração do regime de descontos aplicável à Assistência na Doença aos Militares (ADM), limitando a incidência dos descontos obrigatórios à remuneração-base correspondente a 12 meses e [530/XVI/1.ª](#) (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde ADM e SAD, que foram rejeitados, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs [660/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avalie o impacto e as condições necessárias a reduzir para 12 meses as contribuições para regimes especiais de assistência à doença e [690/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente um relatório com soluções que garantam a

sustentabilidade futura do subsistema de Assistência na Doença aos Militares (ADM) e a qualidade dos serviços de saúde a prestar aos militares e às suas famílias, que foram aprovados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Reis](#) (PSD), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [467/XVI/1.ª](#) (PSD) — *Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens, tendo sido aprovado um requerimento de baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 60 dias, e [528/XVI/1.ª](#) (PAN) — Estabelece as regras aplicáveis à utilização de dispositivo de bloqueio da ignição sensível ao álcool por automóveis utilizados para transporte coletivo de crianças e jovens, alterando a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [673/XVI/1.ª](#) (PAN) — *Pela implementação de redes municipais de transporte escolar em todo o País, [676/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela inclusão do sinal «Kiss & Ride» no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, [681/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico (3E) nos municípios ou nas comunidades intermunicipais, [682/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a implementação de um programa de apoio a comboios escolares ativos e a adaptação da regulamentação do seguro escolar para promover a mobilidade ativa, que foram aprovados na generalidade. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Marco Claudino](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Ricardo Costa](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).**

Procedeu-se ao debate da Petição n.º [253/XV/2.ª](#) (Thereza Margarida Bastos de Moraes Sarmiento Ramalho Aires de Campos e outros) — *Não queremos que as crianças e jovens sejam obrigados a partilhar os WC e balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [653/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a retirada do guia O Direito a SER nas Escolas, [658/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que recolha e retire de circulação o guia O Direito a SER nas Escolas e [667/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que assegure condições para que as crianças e jovens não tenham de ser obrigados a partilhar casas de banho e balneários com pessoas que se identifiquem com o sexo oposto ao qual nasceram, que foram aprovados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Bruno Vitorino](#) (PSD), [Rita Matias](#) e [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Patrícia Faro](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).*

Foi apreciada a Petição n.º [254/XV/2.ª](#) (Tiago Filipe Vivo Bento Lila e outros) — *Pela defesa do cessar-fogo em Gaza pelo Estado português e a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Estado de Israel, juntamente com a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [531/XVI/1.ª](#) (BE) — Proibição da importação ou venda de bens, serviços e recursos naturais originários de colonatos ilegais em territórios ocupados, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs [430/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que Portugal intervenha formalmente no processo da África do Sul junto do Tribunal Internacional de Justiça por crime de genocídio em Gaza, [431/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço da verba para a UNRWA, [661/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino, [663/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de uma postura de total solidariedade para com o Estado de Israel na implementação do acordo de cessar-fogo, assim como de uma política de influência junto dos países árabes que pressione o Hamas ao seu estrito cumprimento,*

672/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que participe nos esforços de envio de ajuda humanitária à Faixa de Gaza e que condene a obstrução à prestação de cuidados de saúde na Cisjordânia e 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o cumprimento do mandado emitido pelo Tribunal Penal Internacional para a detenção de Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant, que foram rejeitados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Correia](#) (CH), [Paulo Neves](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Paulo Rebelo](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi lido, pelo Deputado [Pedro Coimbra](#) (PS), o Projeto de Voto n.º 572/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo Falecimento de Francisco Fernando Osório Gomes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi ainda lido o Projeto de Voto n.º 581/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por um Deputado da IL, um Deputado do CDS-PP e uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Manuel Sérgio, cuja parte deliberativa foi igualmente aprovada (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 584/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS e pela IL) — De solidariedade com a Ucrânia, nos três anos da invasão russa, tendo o Presidente saudado a presença nas galerias da Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Maryna Mykhailenko, assinalando que lhe iria entregar pessoalmente o projeto de voto aprovado, no final da sessão.

Foi também aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 585/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De congratulação pelo centenário do nascimento de Carlos Paredes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 755/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 650/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 747/XVI/1.<sup>a</sup> (L), 759/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 761/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse.

Foram aprovados os requerimentos de baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, relativos aos Projetos de Lei n.ºs 399/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Confere uma maior proteção social às pessoas que trabalham no serviço doméstico, garantindo proteção no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do salário mínimo nacional, 400/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstico remunerado e integra o regime jurídico do trabalho doméstico no Código do Trabalho (vigésima quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), e 527/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça a proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas, alterando o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, bem como o requerimento de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, sem votação, por 90 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 523/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça o valor do trabalho doméstico não remunerado na economia do casal e prevê critérios para a sua compensação financeira em caso de separação ou divórcio, alterando o Código Civil.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 512/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteção social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviço doméstico e 516/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Isenta de declaração Modelo 10 o trabalho doméstico.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 684/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a sensibilização sobre os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos,

[685/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o reforço da capacidade de fiscalização do cumprimento da legislação referente ao trabalho doméstico e [692/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Pela proteção dos trabalhadores do serviço doméstico, reforçando direitos e combatendo a precariedade.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs [442/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação de Alvares à categoria de vila e [484/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Elevação da povoação de Mouçós à categoria de vila.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [236/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo reconhecimento e registo da colónia de gatos («Gatos Parlamentares») residente nos jardins do Palácio de S. Bento.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [432/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda a elaboração de uma estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [91/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reconversão de delphinários, a criação de centros de conservação e recuperação das espécies e de santuários.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [134/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que altere a sua posição e diligencie contra a redução do estatuto de proteção do lobo ao abrigo da Convenção de Berna, no processo legislativo europeu em curso.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [493/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda a rápida constituição e operacionalização das comissões de acompanhamento para os projetos de exploração de lítio na Mina do Barroso e na Mina do Romano.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [634/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação do ensino híbrido e a promoção de práticas educativas interdisciplinares ao ar livre.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [720/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que regularize a situação da Brave Generation Academy.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [695/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização do suplemento de fixação a magistrados judiciais que exerçam funções nas regiões autónomas.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [310/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo reforço do financiamento do Estado às associações humanitárias de bombeiros e [311/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela melhoria das condições de trabalho dos bombeiros voluntários com contrato de trabalho com as associações humanitárias de bombeiros e pela atualização dos respetivos seguros de acidentes pessoais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [703/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a adoção de medidas com vista à erradicação do casamento infantil em Portugal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [694/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Ovar, com vista à preservação e requalificação do antigo Cineteatro de Ovar, para salvaguarda do património cultural e da memória coletiva da cidade.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração aos n.ºs 2 e 3 do artigo 72.º-B do texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [Apreciação Parlamentar n.º [6/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE, PCP, L e PAN)], no seguimento do qual usaram da palavra os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Maria Begonha](#) (PS) e [Marco Claudino](#) (PSD). Após os Deputados [Filipe Melo](#), [Felicidade Vital](#) e [Sandra Ribeiro](#) (CH) terem declarado conflito de interesses em relação à matéria em discussão, foram rejeitadas, na especialidade, as propostas avocadas pelo Plenário, tendo sido depois aprovado, em votação final global, aquele texto final.

Foram aprovados em votação final global os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus, relativo ao Projeto de Resolução n.º 501/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia europeia para as pessoas idosas e instituição do ano europeu das pessoas idosas;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 409/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo alterar o quadro legal da certificação, regulação e fiscalização de motoristas de TVDE, assim como outras medidas para promoção da qualidade, segurança e fiabilidade do serviço, e 563/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova as capacidades para o uso da língua portuguesa entre os motoristas TVDE;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 305/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e 316/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo a Deputada [Carla Barros](#) (PSD) proferido uma declaração de voto;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 347/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 488/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção e o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e outros crimes praticados contra pessoas idosas;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 552/XVI/1.<sup>a</sup> (L), — Recomenda ao Governo a conclusão da revisão do estatuto dos funcionários judiciais e a valorização e dignificação da sua carreira.

Foram ainda rejeitados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 46/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 614/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 17/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Ética e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS, um Deputado do PSD e um Deputado do CH a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 54 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.



## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de censura ao Governo n.º 2/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 571 e 580/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 756 a 766, 768 e 771/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à retoma de mandato de um Deputado da IL e de um Deputado do PS.

Na abertura do debate da Moção de censura ao Governo n.º 2/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Travar a degradação da situação nacional, por uma política alternativa de progresso e desenvolvimento, intervieram o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Miguel Santos](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Salvador Malheiro](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Gonçalo Valente](#), [Joaquim Barbosa](#), [Martim Syder](#), [Sónia Ramos](#), [Ofélia Ramos](#), [Hugo Patrício Oliveira](#), [Gonçalo Lage](#), [Sonia dos Reis](#), [Isabel Fernandes](#) e [Pedro Roque](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Carvalho](#) e [Marta Martins da Silva](#) (CH), [António Mendonça Mendes](#), [João Torres](#) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [Hugo Soares](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Alexandra Leitão](#) (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Paulo Rangel](#)) e a Deputada [Paula Santos](#) (PCP), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

O Presidente encerrou a sessão em 18 horas e 57 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 97 (2025.03.07)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 581 a 584/XVI/1.<sup>a</sup> e 586 a 588/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 767, 769, 770, 772 a 776/XVI/1.<sup>a</sup> e 786 a 788/XVI/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se à reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI — Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, tendo o mesmo sido posteriormente confirmado por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções. Foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões. Intervieram no debate os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Jorge Botelho](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [José Barreira Soares](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Seguiu-se a apreciação da Petição n.º 5/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes,

melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [401/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela redução progressiva da componente letiva do trabalho semanal dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, [558/XVI/1.ª](#) (PAN) — Procede à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário e [568/XVI/1.ª](#) (L) — Por melhores horários de trabalho para educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, que foram rejeitados, e ainda com o Projeto de Resolução n.º [742/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e alteração do regime de mobilidade por doença, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados [Diva Ribeiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Eduardo Pinheiro](#) (PS).

Procedeu-se ainda à apreciação da Petição n.º [8/XVI/1.ª](#) (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [6/XVI/1.ª](#) (PCP) — Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores, que foi rejeitado. Usaram da palavra os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Manuela Tender](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Palmira Maciel](#) (PS), [Germana Rocha](#) (PSD) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º [9/XVI/1.ª](#) (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Eliminar a precariedade na profissão docente, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [154/XVI/1.ª](#) (BE) — Cria o regime de compensação a docentes deslocados, que foi aprovado, e [557/XVI/1.ª](#) (PCP) — Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço, que foi rejeitado, e com o Projeto de Resolução n.º [746/XVI/1.ª](#) (BE) — Eliminar a precariedade e promover o acesso aos mestrados em ensino e à profissionalização em serviço dos docentes com habilitação própria, que foi aprovado. Intervieram no debate os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Luísa Areosa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Sofia Canha](#) (PS).

Foram apreciadas as Petições n.ºs [6/XVI/1.ª](#) (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente e [105/XVI/1.ª](#) (José Joaquim Pereira da Silva e outros) — Pela equidade no reposicionamento docente e correção de ultrapassagens, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [316/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e equidade na carreira docente, que foi aprovado, [578/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reveja os critérios de reposicionamento na carreira docente de forma a garantir a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores, independentemente da data de ingresso, que foi aprovado, [588/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, que foi aprovado, [711/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça na carreira dos técnicos superiores do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que foi aprovado, [733/XVI/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente, que foi aprovado, [738/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado, que foi aprovado, [740/XVI/1.ª](#) (BE) — Justiça para os docentes da escola pública, que foi rejeitado, [741/XVI/1.ª](#) (PCP) — Valorização das longas carreiras contributivas e aplicação de um regime de aposentação específico para professores e educadores, que foi rejeitado, e [748/XVI/1.ª](#) (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do

tempo de serviço dos professores, que foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados [Maria José Aguiar](#) (CH), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Pedro Alves](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP) [Joana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Foram apreciadas as Petições n.ºs [17/XVI/1.ª](#) (Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação – SINAPE) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e [124/XVI/1.ª](#) (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais) — Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [297/XVI/1.ª](#) (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs [315/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o incremento de formação adequada aos técnicos auxiliares não docentes no ensino escolar, que foi aprovado, [397/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico auxiliar de educação, que foi rejeitado, [704/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, que foi aprovado, [737/XVI/1.ª](#) (BE) — Valorização profissional e reforço do número de trabalhadores não docentes na escola pública, que foi aprovado, [739/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a criação das carreiras especiais na área da educação, que foi rejeitado, [743/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e a sua respetiva valorização, que foi rejeitado, [744/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes, que foi aprovado, e [749/XVI/1.ª](#) (L) — Por uma carreira digna e justa para os técnicos auxiliares de educação, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [José Carvalho](#) (CH), [Isabel Ferreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Ângela Almeida](#) (PSD) e [João Tilly](#) (CH).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [787/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Eslovénia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [788/XVI/1.ª](#) (PAR) — Alargamento da suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [789/XVI/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito – Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a duas Crianças (Gémeas) Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de dispensa do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente à Proposta de Lei n.º [47/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova o novo Estatuto da Carreira Diplomática, tendo o Deputado [Rui Tavares](#) (L) declarado eventual conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [709/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo sobre o sentimento de insegurança e vitimação a nível nacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [710/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação do voto acessível para pessoas com paralisia cerebral e outras deficiências.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [702/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que identifique e mobilize os fogos devolutos e disponíveis para habitação.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [645/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que exprima o desagrado de Portugal junto da República da África do Sul pela recente aprovação de uma lei de expropriação de terras.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 548/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a generalização das USF modelo B.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 539/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de um projeto-piloto de intervenções terapêuticas em situações clínicas ligeiras por farmacêuticos nas farmácias comunitárias.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 411/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) e 498/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforço dos cuidados de saúde primários de Ourém.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 551/XVI/1.<sup>a</sup> (L) e 554/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Reforço dos cuidados de saúde primários no Serviço Nacional de Saúde.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 560/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atribua um médico de família aos grupos mais vulneráveis até ao final do ano de 2025.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 565/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que retome e amplie as parcerias público-privadas na saúde em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 530/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 532/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN), 547/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) e 550/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que regulamente a alimentação e ementas em berçários e creches.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 533/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta os direitos de parentalidade das enfermeiras em cumprimento do Despacho n.º 7/2024, de 9 de agosto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 557/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra o acordo histórico celebrado com os enfermeiros e dê continuidade às negociações.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 534/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela contabilização total do tempo de serviço aos enfermeiros prejudicados pela interpretação do Decreto-Lei n.º 80- B/2022.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 675/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela valorização e dignificação dos trabalhadores dos Serviços Periféricos Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 678/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que iguale as condições de pagamento de todos os trabalhadores consulares.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 679/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a expansão e reforço da rede consular portuguesa.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 680/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a disponibilização de mais serviços através do Consulado Virtual.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 49 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 98 (2025.03.08)

### SUMÁRIO

Às 10 horas e 3 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República — que saudou, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, os Secretários de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e Adjunta e da Igualdade;

Encontravam-se ainda presentes: na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, a Presidente do Tribunal de Contas, a representante do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a representante do Procurador-Geral da República, o representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, os representantes dos Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, o Presidente do Conselho Económico e Social, o representante do Presidente da Associação Nacional de Freguesias, os representantes do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Secretários de Estado, as representantes da Secretária-Geral dos Sistema de Segurança Interna e do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, a Presidente e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a representante do Presidente da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, a representante da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o representante do Secretário-Geral da CGTP-IN, a representante do Secretário-Geral da UGT;

Na Galeria III, público convidado;

Constituída a Mesa, a Cabo-adjunto Lina Rodrigues, da Orquestra Ligeira do Exército, interpretou o hino nacional, que foi igualmente cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Mariana Leitão](#) (IL), [Manuela Tender](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Teresa Morais](#) (PSD) e do Presidente da Assembleia da República.

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 17 minutos, tendo sido executado pela Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Resolução n.ºs 3 a 5/XVI/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 54 e 55/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 585, 590 a 597, 600 e 601/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 777 a 785, 789, 790 e 801 a 803/XVI/1.ª.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do PSD, à retoma de mandato de um Deputado do PSD e à assunção de mandato de um Deputado do PSD.

Na abertura do debate da Moção de Confiança ao Governo n.º 1/XVI/1.ª (GOV) — Estabilidade efetiva, com sentido de responsabilidade, interveio o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Pedro Vaz](#) (PS), [Vanessa Barata](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) apresentou, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do [artigo 69.º](#) do Regimento da Assembleia da República, um requerimento solicitando a suspensão dos trabalhos por um período de 30 minutos, tendo usado também da palavra os Deputados [Pedro Nuno Santos](#) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Rejeitado o requerimento, foi retomado o debate da moção de confiança, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Pedro Duarte](#)), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [José Carvalho](#) (CH), [Regina Bastos](#) (PSD), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Bruno Ventura](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH).

No encerramento do debate, interveio o Ministro de Estado e das Finanças ([Joaquim Miranda Sarmento](#)).

No âmbito do previsto no [artigo 220.º](#) do Regimento da Assembleia da República, o Deputado [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) requereu, potestativamente, a interrupção dos trabalhos, pelo período de uma hora, antes da votação da moção de confiança, após o que aquela moção foi rejeitada.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 49 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 791 a 800/XVI/1.ª.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre o cancelamento da deslocação já aprovada, no âmbito do Projeto de Resolução n.º 724/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Estónia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 825/XVI/1.ª — Funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito — Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a duas Crianças (Gémeas) Tratadas Com o Medicamento Zolgensma.

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 535/XVI/1.ª (PS) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 564/XVI/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), 565/XVI/1.ª (IL) — Altera ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 566/XVI/1.ª (L) — Garante maior representatividade e voz aos estudantes, investigadores, bolseiros e trabalhadores no ensino superior e 572/XVI/1.ª (CH) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Isabel Ferreira (PS), Sofia Carreira (PSD), Maria José Aguiar (CH), Alfredo Maia (PCP), Patrícia Gilvaz (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Joana Mortágua (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Ana Gabriela Cabilhas (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 15 horas e 56 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 101 (2025.03.14)

### SUMÁRIO

O Presidente (Rodrigo Saraiva) declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Foi anunciada uma adenda a um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados aprovado em reunião plenária anterior.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 589, 598, 599 e 602/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 804 a 815 e 822/XVI/1.ª.

O Presidente (Rodrigo Saraiva) apresentou condolências ao Grupo Parlamentar do PSD e à família do ex-Deputado e ex-Governante Miguel Macedo pelo seu falecimento, tendo-se seguido no uso da palavra os Deputados Alexandra Leitão (PS), Fabian Figueiredo (BE), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L), Mariana Leitão (IL), Pedro Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Hugo Soares (PSD).

No âmbito da ordem do dia fixada pelo Livre, sobre o tema «Europa, segurança e democracia», procedeu-se à discussão conjunta, e posterior votação, na generalidade, dos seguintes projetos de resolução:

N.º 783/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a criação de uma comunidade europeia de defesa, que foi rejeitado;

N.º 785/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a utilização de ativos russos no apoio à Ucrânia, que foi aprovado;

N.º 784/XVI/1.ª (L) — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado social e a transição ecológica, que foi rejeitado;

N.º 726/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática, que foi aprovado;

N.º 727/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que Portugal adira ao Conselho do Ártico como observador, que foi aprovado;

N.º 794/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que defenda uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, do fortalecimento do Estado social e da transição climática justa, que foi rejeitado;

N.º 798/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela ajuda à Ucrânia no combate aos crimes humanitários e ambientais perpetrados pela Rússia, que foi aprovado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados Rui Tavares (L), Nuno Simões de Melo (CH), Paulo Moniz (PSD), Marisa Matias (BE), Madalena Cordeiro (CH), Jorge Pinto (L), Inês de Sousa Real (PAN), Liliana Reis (PSD), Isabel Alves Moreira (PS), Pedro Correia (CH), António Filipe (PCP), Rui Paulo Sousa (CH), Ana Sofia Antunes (PS), Bernardo Blanco (IL), Paulo Muacho (L), Diogo Pacheco de Amorim (CH), José Luís Carneiro (PS), António Pinto Pereira (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L), Paula Santos (PCP) e João Paulo Rebelo (PS).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 604/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação ao Ginásio Clube Português pelos seus 150 anos (a).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 605/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação a João Pedro Coelho pela conquista do prémio de Cozinheiro de Ouro da Suíça (a).

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 444/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Elevação da freguesia de Lanheses à categoria de vila histórica, 499/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica e 508/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 550/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de Castelo do Neiva à categoria de vila.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 486/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de Gualtar à categoria de vila e 501/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Elevação da freguesia de Gualtar à categoria de vila.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs 504/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Meixomil à categoria de vila, 505/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Seroa à categoria de vila, 503/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade, 500/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Proceda à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Fornos, Real, São Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura, União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso, e da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, do município de Castelo de Paiva e 553/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de Raimonda à categoria de vila.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 613/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, 55/2010, de 24 de dezembro, e Lei n.º 24/2021, de 10 de maio.



Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 614/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Segunda alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, tendo o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) declarado conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 831/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE e L) — Código de ética e conduta dos funcionários parlamentares, tendo o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) declarado conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 832/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Sétima alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República.

Foi aprovado o [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2025](#).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou encerrada a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

DIVISÃO DE REDAÇÃO.